



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA**

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1º grau canónico)

ALFREDO TUMBO JÚNIOR

A FAMÍLIA: UMA MANEIRA DE SER IGREJA EM MOÇAMBIQUE

**O Papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da
Justiça**

**Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor José Pedro Lopes Angélico**

**Porto
2018**

Resumo

Que desafios pastorais se colocam hoje à Igreja em Moçambique? Que relação se pode estabelecer entre a(s) cultura(s) moçambicana(s) e a missão da Igreja na luta pela promoção da paz e da justiça?

Ao longo dos últimos cinco séculos, época em que situamos a primeira entrada da Igreja Católica em Moçambique, várias foram as transformações que se operaram no seio da Igreja e da sociedade moçambicana, em função das necessidades e desafios concretos de cada período da história. Hoje, a Igreja debate-se com um profundo problema que é a justiça e a paz como caminhos para a promoção e valorização efectiva da dignidade do ser humano. Ou seja, se por um lado, no passado a Igreja esteve empenhada na primeira evangelização, transmissão da fé, mesmo em épocas menos claras da sua acção, na luta pelo fim da guerra civil, na construção e edificação das comunidades cristãs, hoje, a Igreja é chamada, por outro lado, a contribuir, com a sua voz profética, para uma sociedade mais justa, mais igual, onde todos possam ter o necessário para a subsistência e onde todos convivam como verdadeiros filhos de Deus e da mesma Nação. Por isso, tal como a sociedade tem o dever de zelar e prover às necessidades dos seus filhos, a Igreja é, igualmente, chamada, em virtude da sua identidade e missão, a lutar pelo bem-estar de cada membro da sociedade, a educar para o respeito pela vida, pela cultura e pela dignidade do ser humano.

Palavras-chaves: Moçambique, Cultura, Família, Liberdade, Evangelização, Inculturação, Promoção humana, Política, Economia, Justiça, Paz.

Abstract

What pastoral challenges are being faced by the Church in Mozambique today? What relationship can be established between the Mozambican culture (s) and the mission of the Church in the struggle for peace and justice?

During the last five centuries, when the Catholic Church first entered in Mozambique, several transformations took place within the Church and the Mozambican society, according to the needs and concrete challenges of each period of history. Nowadays, the Church struggles with a serious problem, that is, justice and peace as ways to promote and effectively value the dignity of the human being. If, on one hand, in the past, the Church was engaged in the first evangelization, the transmission of the faith, even in less clear times of her action, in the struggle for an end to the civil war, in the construction and edification of Christian communities, on the other hand, the Church is called to contribute, with her prophetic voice, to a more just, more equitable society, in which all may have what is necessary for subsistence and all may coexist as true children of God and of the same Nation. Therefore, just as society has a duty to care for and provide for the needs of its children, so the Church is called, by virtue of her identity and mission, to strive for the welfare of every member of society, to educate for the respect for life, culture and the dignity of the human being.

Keywords: Mozambique, Culture, Family, Freedom, Evangelization, Inculturation, Human Promotion, Politics, Economy, Justice, Peace.

Siglário

A.O. – *Apostolado de Oração*

CEM – *Conferência Episcopal de Moçambique*

CIC – *Catecismo da Igreja Católica*

CRM – *Constituição da República de Moçambique*

CNBB – *Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros*

DV – *Dei Verbum*: Constituição Dogmática do Vaticano II sobre a Revelação Divina

EA – *Ecclesia in Africa*: Exortação Apostólica pós-Sinodal do Papa João Paulo II sobre a Igreja em África e a sua missão

EN – *Evangelii Nuntiandi*: Exortação Apostólica do Papa Paulo VI sobre a evangelização no mundo contemporâneo.

FC – *Familiaris Consortio*: Exortação Apostólica do Papa João Paulo II sobre a função da família no mundo de hoje.

FRELIMO – *Frente de Libertação de Moçambique*

GS – *Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo actual

LF – *Lei da Família*

LG – *Lumen Gentium*: Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II sobre a Igreja

Mt – *Evangelho de São Mateus*

PT – *Pacem in Terris*: Carta Encíclica do Papa João XXIII sobre a Paz na Terra

RENAMO – *Resistência Nacional de Moçambique*

RJ – *Rio de Janeiro*

RM – *Redemptoris Missio*: Carta Encíclica do Papa João Paulo II sobre a missão do Redentor

Rm – *Epístola de São Paulo aos Romanos*

RTA – *Religiões Tradicionais Africanas*

U.C.P – *Universidade Católica Portuguesa*

UNESCO – *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*

Abreviaturas

Art. – *Artigo*

Coord. – *Coordenador*

Dir. – *Director*

Ed. – *Editora*

Nº. – *Número*

Trad. – *Tradução*

Vol. – *Volume*

Introdução

Ao longo da história da humanidade, que é também história da Igreja, enquanto chamada a acompanhar, a servir e a estar com a humanidade em todas as épocas históricas e contextos geográficos e culturais, muito se tem produzido e questionado sobre a presença e acção da Igreja nas nossas sociedades e, sobretudo, nas sociedades mais jovens, o seu papel e o contributo que dela se espera. Nas sociedades africanas de cultura Bantu, em particular, onde enquadrámos também Moçambique, com a consciência de Deus mais profunda, a todos os níveis, um Deus que é criador e artífice de tudo, próximo que caminha lado-a-lado com o povo, que é a suprema explicação de todas as interrogações do ser humano, estas questões crescem ainda mais, devido à sua história recente de submissão aos outros povos.

À imagem do Continente, Moçambique é um país vastíssimo em extensão territorial, rico em recursos naturais, minerais e energéticos, com uma pluralidade cultural, linguística e religiosa muito grande, mas pobre e com um atrasado acentuado e inexplicável no que diz respeito ao desenvolvimento político, económico e social. É um país que, não sendo dos mais ricos de África, em termos de recursos naturais e potencialidade económica, tem e teria tudo para uma estabilidade económica, onde todos pudessem ter o necessário para a sua sobrevivência e autonomia. Moçambique é, ainda, um país com longa história de guerras, desde a colonial até à guerra civil que dizimaram tantas vidas, obrigaram ao deslocamento das populações e contribuíram, em grande parte, para o empobrecimento do povo, destruição das cidades, para o aumento da exploração e da corrupção, tendo em conta a sua potencialidade económica invejosa em África, fruto da sua localização.

Neste sentido, quando falamos do contributo da Igreja na promoção da paz e da justiça, queremos, em primeiro lugar, sublinhar a importância de uma sociedade estável que vive e caminha alicerçada nestes dois valores fulcrais e indispensáveis para o crescimento, convivência e uma cultura de fraternidade. Por outro lado, pretendemos sublinhar a importância que a Igreja tem na construção de uma nova sociedade moçambicana onde todos podem conviver como irmãos, onde a diferença cultural, religiosa ou linguística não constitui um obstáculo para as relações e para o desenvolvimento dos moçambicanos e de cada um particular. Pretendemos, ainda acentuar a missão, presença e olhar maternais da Igreja, diante de um povo ferido pelas sucessivas guerras, sobretudo das actuais, como a económica, cultural, étnica e pequenas fracções religiosas, movidas em grande parte pelos partidos políticos e seus governantes. Aliás, como sublinha João XXIII, «a

salvação dos homens, de que a Igreja tem missão de cuidar, abrange, (...), toda a realidade humana, na união íntima do corpo e do espírito»¹.

Tal como é preciso contribuir para o desenvolvimento e para uma cultura de paz, também é, igualmente, indispensável pautar por uma educação familiar sólida que contribua, não apenas para criar famílias autónomas, ricas e jovens preparadas para os desafios de sobrevivência, mas, e sobretudo, para iniciar e incitar o homem à verdadeira vida social, à convivência, ao respeito pela vida e dignidade humanas, a defesa e preservação da paz e ao espírito de abertura cultural, capaz de compreender que a diferença constitui, apenas, uma riqueza para a sociedade e para o país e nunca ser vista como alvo a abater.

Entretanto, é evidente que a Igreja só será capaz de contribuir de forma efectiva para esta transformação se ela for capaz de mudar primeiro, ou seja, quando for capaz de compreender que para educar e transformar a família, a sociedade ou o povo, é necessário conhecer a sua cultura, mergulhar na sua história, na sua realidade, chorar as suas dores e ser capaz de transmitir uma palavra de alento. Será necessário, inevitavelmente, uma postura diferente àquela que assistimos no início da evangelização de Moçambique, e não só, mas de quase todos os países de África, cuja sua evangelização esteve associada à dominação colonial.

A Igreja, embora actue dentro do Estado, goza de uma liberdade e credibilidade que a permitem agir conforme a sua doutrina e ser fiel à sua missão. Por isso, sendo uma das poucas instituições com uma voz profética credível e respeitável, tendo em conta a sua contribuição na pacificação do país, mesmo tendo cometido alguns erros ao longo da sua presença em Moçambique, enfrenta e sempre enfrentará grandes desafios, resultantes da sua própria missão. Por isso, desenvolver uma cultura de paz e de justiça, consciencializar a população e, de modo particular, os governantes e partidos políticos a contribuírem e a educarem para a paz, constitui um grande desafio hoje para a Igreja, e não só, mas também para todos aqueles que, agindo na sociedade, têm uma capacidade de mobilização e de influenciar o agir do povo. O povo moçambicano é, por sua natureza, um povo pacífico e manifesta-o pela sua dimensão de hospitalidade, na relação com o diferente e na abertura aos novos desafios que se lhe colocam.

Esta dissertação, além dos elementos contextuais acima expostos, tem ainda e como principal objectivo, oferecer um olhar histórico, crítico e pastoral da missão da Igreja, hoje, em

¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA METRÓPOLE, *Carta Pastoral no décimo aniversário da Pacem in Terris*. 4ª ed., Lisboa: Edição do Secretariado Geral do Episcopado, 1974, p. 7.

Moçambique, na promoção da paz e da justiça, bem como dos principais desafios que se colocam ou colocarão à Igreja no futuro. Pretendemos fazer uma leitura histórica e crítica da presença da Igreja em Moçambique, da sua missão ao longo dos séculos e do seu grande contributo social na promoção da dignidade humana, na defesa dos direitos humanos, na educação e na luta pela pacificação do país.

A nossa abordagem estará dividida em três grandes capítulos, onde pretendemos trazer ao leitor, de forma transversal e até comparativa em alguns momentos, a realidade moçambicana e da Igreja, a relação que se estabeleceu ao longo dos séculos e o rosto da Igreja diante do povo moçambicano. No primeiro capítulo apresentaremos, de forma breve, a realidade contextual de Moçambique, nosso objecto de estudo, e centraremos a nossa atenção, com mais detalhes no último ponto do capítulo, onde falaremos da evangelização de Moçambique, acentuando sobretudo, a primeira entrada dos portugueses no país, da sua acção missionária, dificuldades e as sementes positivas deixadas.

No segundo capítulo, vamos olhar, reflectir, a partir da realidade moçambicana concreta, e apresentar o papel da Igreja na promoção e edificação da paz e da justiça. Neste capítulo pretendemos, uma vez mais, apresentar aquilo que achamos ser o verdadeiro rosto da Igreja na sua dimensão maternal e missionária, na sua relação com o povo e nas mais variadas expressões culturais. E, porque a Igreja através dos seus membros, apresentaremos uma reflexão sobre a presença missionária nas comunidades moçambicanas, bem como o dever que cada cultura, cidadão, têm na construção de uma sociedade mais humana e fraterna. Mas, por outro lado, porque reconhecemos que se trata de um caminho longo e duro, também vamos apresentar o elemento da inculturação da Igreja como caminho fundamental, senão determinante, para uma verdadeira e eficaz evangelização de um determinado povo, seja em que contexto e época da história for.

No terceiro capítulo, olhando uma vez mais para a realidade actual do país, marcada, não pelas guerras armadas como no primeiro e segundo capítulos desta dissertação, mas pelas guerras culturais, étnicas, económicas e políticas, movidas pelos interesses e ganâncias egoístas dos governantes, que levam à divisão do povo, a uma guerra e ódio fratricidas, pretendemos apresentar os desafios concretos que se apresentam à Igreja moçambicana do presente e do futuro e as possíveis soluções na tentativa de construir uma sociedade mais justa e pacífica. Pretendemos sublinhar a importância da presença discernida da Igreja nas sociedades e culturas moçambicanas,

a sua contribuição na purificação e evangelização das mesmas, como caminho para um desenvolvimento integral da humanidade.

Finalmente, não pretendo fechar a nossa pesquisa, nem a do leitor que contactar com este trabalho, porque também não é nossa intenção fazê-lo, apresentaremos uma conclusão que nos permitirá adquirir e sublinhar algumas linhas orientadoras de tudo o que terá sido a nossa investigação e reflexão sobre o Papel da Igreja em Moçambique na Promoção da Paz e da Justiça, bem como alguns limites que achamos que esta abordagem apresenta.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE MOÇAMBICANA

Ao longo da história da Igreja, várias foram as etapas da actividade missionária, em diversos cantos do mundo, desde aos “naturalmente cristãos” até aos que se tornaram por conversão.

Sendo a Igreja por sua natureza missionária, segundo a vontade do seu fundador, ela sempre se preocupou com as ovelhas que ainda não pertencem ao redil do Senhor. Mas, como seria possível reunir todas no mesmo redil, em épocas, contextos difíceis e com recursos escassos que permitissem tal acção?

Se por um lado, é verdade que a missionação na época moderna, sobretudo na Ásia, África e nas Américas, está ligada, essencialmente, aos padroados (às concessões papais), também é verdade que os regimes políticos ter-se-ão aproveitado disto para implantar a sua dominação colonial nos mesmos territórios concedidos.

É neste contexto que a Coroa e o Evangelho, no período dos Descobrimentos, caminharão juntos e às vezes sem clareza de funções de cada um no processo da Evangelização. Os missionários eram enviados num acordo entre a ordem religiosa, a Santa Sé e o Rei. Mas a questão que se coloca é: a quem obedeciam? Ao Papa? Ao Rei? Ou até a eles mesmos? O que levavam aos Padroados ou campos de missão? O Evangelho ou a Coroa? Quais eram as implicações ao optarem por uma em detrimento da outra? Que teologia missionária produziram para fazer face a este mandato? Qual seria o centro desta estruturação teológica: Cristo ou a Coroa? A luta contra a expansão dos muçulmanos? Ou os nativos? Teria esta estratégia teológica conseguido respeitar a mentalidade, a cultura, a religião e as condições sociais da sociedade que se pretendia evangelizar? Estas são algumas das tantas questões que tentaremos buscar a resposta ao longo deste capítulo.

Procuraremos responder a estas questões ao longo desta abordagem, onde tentaremos situar a Evangelização de Moçambique, numa estreita relação com a missão dos Jesuítas, nas suas ligações com a Coroa portuguesa; a Santa Sé; ao seu carisma e a Universidade de Évora. Procuraremos, igualmente, esboçar o perfil da estratégia missionária Jesuítica em Moçambique do século XVI-XVII. Ou seja, a Estratégia Missionária dos Jesuítas no contexto da evangelização de Moçambique.

1.1. Contexto Geográfico, Político, Económico

Moçambique situa-se na costa oriental da África Austral com extensão territorial de aproximadamente «801 590 quilómetros quadrados»² e com uma população na ordem dos vinte e cinco milhões de habitantes, segundo o censo de 2016. Moçambique está localizado na porção sudeste do Continente africano. Seu território, banhado a leste e ao sul pelo Oceano Índico, limita-se ao norte com a Tanzânia, a noroeste com Malawi, a oeste com a Zâmbia e Zimbabwe e a sudoeste com a África do Sul e Suazilândia.

No Canal de Moçambique, os vizinhos são Madagáscar e as Comores (incluindo a possessão francesa de Mayotte). No Oceano Índico, para leste da grande Ilha de Madagáscar, situam-se as dependências de Reunião, Juan de Nova e Ilha Europa. No Canal de Moçambique, sensivelmente a meia distância entre o Continente e Madagáscar, o atol de Bassas da Índia, igualmente possessão francesa.

A capital de Moçambique é Maputo (*foi chamada por Lourenço Marques durante a dominação portuguesa*), que se situa na parte sul do país. Moçambique é, administrativamente, dividido em onze Províncias, sendo três no Sul (Maputo, Gaza e Inhambane); quatro no Centro (Manica, Sofala, Zambeze e Tete), e outras três no Norte (Nampula, Niassa e Cabo Delgado).

A parte norte do país é um grande planalto, com uma pequena planície costeira bordejada de recifes de coral, limitando no interior com maciços montanhosos pertencentes ao sistema do Grande Vale do Rift, e rico em recursos. A metade sul é caracterizada por uma larga planície costeira de aluvião, coberta por savanas e cortada pelos vales de vários rios, o mais importante dos quais é o rio Limpopo.

Politicamente, é de extrema importância evidenciar a realidade local antes da dominação portuguesa e da missionação, para depois relacionar com a actual, dentro de uma conjuntura de vida política que conheceu várias fases de construção e transformação ao longo do tempo.

O Império Mutapa, (actual Moçambique) como era chamado, era composto por um conjunto de comunidades heterogéneas, que falavam *karanga*. Vários são os autores que elogiam a sua rigorosa estrutura social. Um império com uma autocracia central forte e poderosa cuja profunda consciência de justiça determinava a sua maneira de viver. Também Duarte Lopes, na

² https://www.google.com.br/search?client=aff-cs-360chromium&ie=UTF-8&q=extensao%20territorial%20de%20mo%C3%A7ambique&gws_rd=ssl.

sua relação com o Congo, alude ao vasto e poderosíssimo império do Monomotapa, nos seguintes moldes:

«O Império do Monomotapa é grande e de gente infinita, gentia e pagã, de cor negra, muito animosa na guerra, de estatura meã, e veloz; e há muitos Reis vassallos de Monomotapa; [...] Tem este Imperador muitos exércitos, e separados nas províncias, divididos em legiões, à usança dos Romanos; porque, sendo grande Senhor, tem necessidade de batalhar continuamente para manter o seu estado. Entre as gentes de guerra, que apontámos, as mais valerosas em nome são as legiões de mulheres, muito estimadas de El-Rei, e o nervo das suas forças militares. Elas queimam com o fogo as tetas esquerdas, por que lhes não sirvam de embaraço ao dispararem as setas, segundo o uso das Antiquíssimas Amazonas, tão celebradas dos Historiógrafos das primeiras memórias profanas»³.

No plano administrativo, o enquadramento do império era feito em três níveis: *a Capital, a Província e a Aldeia*. Os Mutapas delegavam sua autoridade aos chefes da aldeia e da Província. Entretanto, parece que os detentores desses cargos variavam de acordo com as circunstâncias políticas. Nos primeiros anos do Império, apenas os parentes mais ou menos próximos dos Mutapas eram investidos nas funções de chefe da aldeia ou da Província. Por exemplo, rezava o costume que um presumido príncipe e herdeiro fosse colocado à frente dos territórios *dande*. Ele era o portador do título de *nevanje* primogênito. Na segunda posição da ordem de sucessão ao trono vinha um outro príncipe, chamado *nevanje*, mais novo. Além dos membros da linhagem real, aqueles, que, embora não aparentados aos Mutapas, tinham contribuído com a conquista, eram promovidos a cargos de grandes responsabilidades. Com o tempo, os Mutapa sentiram-se mais confiantes e seguros de si, por isso, a partir do século XVII, autorizaram que as aldeias e as Províncias elegeassem os seus próprios chefes.

Desde a independência, Moçambique é governado pelo partido FRELIMO, tendo a RENAMO como a maior força política da oposição. Trata-se de dois partidos políticos históricos e que tiveram um papel determinante na luta pela libertação do país da dominação colonial. Mas

³ LOPES, Duarte, *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1951, p. 133-134.

por outro lado, também foram responsáveis pela guerra civil em Moçambique, pela ânsia do poder, que durou cerca de dezasseis anos. Porém, desta guerra, nasceria, como hoje temos, um país democrático e com eleições multipartidárias de cinco em cinco anos. Entretanto, temos, a partir deste momento, uma pluralidade partidária que se pode testemunhar pela constituição do Parlamento moçambicano e, ou no dia-a-dia da vida política dos moçambicanos.

Moçambique independente herdou uma estrutura económica colonial caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País e entre o campo e a cidade. O Sul mais desenvolvido que o Norte e a cidade mais desenvolvida que o campo. A ausência duma integração económica e a exploração extrema da mão-de-obra constituíam as características mais dominantes dessa assimetria. Ora, isto será também motivo de, em algumas situações, como foi em muitos anos e continua a ser, ainda que em menor escala, fraco e lento desenvolvimento das zonas rurais e consequente desequilíbrio no estatuto social dos moçambicanos.

Se por um lado, a seguir a independência, adoptou-se uma estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria, apostando numa economia socialista centralmente planificada, por outro lado é necessário sublinhar que a conjuntura regional e mundial desfavorável, as calamidades naturais e um conflito militar interno de dezasseis anos, entre a FRELIMO e a RENAMO, inviabilizaram a estratégia. Maioritariamente dependente pela ajuda externa, para o seu orçamento de Estado, Moçambique é um país em crescimento e que aspira a confiança dos seus investidores.

O Estado, através da execução da sua política orçamental regula e dinamiza as áreas sócio-económicas mais importantes e cria um ambiente de negócios muito favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada. As reformas jurídicas no âmbito da legislação financeira, fiscal, laboral, comercial e da terra levadas a cabo pelo Governo contribuem significativamente para fortalecer esse bom ambiente com a respectiva atracção do investimento privado nacional e estrangeiro. Todavia, assistimos ainda a um cenário de uma economia centralizada em determinados pontos do país. Ou seja, um desenvolvimento acentuado para algumas regiões do país e uma estagnação económica acentuada noutros que, além de não atraírem muitos investidores e não serem a primeira opção ou destino de investimentos, caminham esquecidos e à margem do desenvolvimento sócio-económico do país, tendo em conta o enorme e invejável potencial económico do país para a atracção de investimentos, internos e externos, na área industrial, agricultura, turismo, pesca e mineração.

Apesar do notável crescimento económico que o país vem registando, muitos moçambicanos continuam a viver abaixo da linha da pobreza. O combate à pobreza absoluta constitui uma das grandes prioridades do Governo mas é preciso ter em conta que só, com atitudes e políticas práticas de inclusão social, como uma economia orientada para o desenvolvimento integral da pessoa humana é que podemos assistir a uma melhoria, não apenas para alguns, mas para todos. Não terão todos os mesmos recursos e nem as mesmas riquezas, mas todos podem ser agentes e dinamizadores da sua própria vida, onde todos e cada um se sentem integrados e corresponsáveis pelo desenvolvimento integral do país, que deve ser, conseqüentemente o desenvolvimento de todo o povo moçambicano.

1.2. A família moçambicana

Para falarmos da família moçambicana é preciso, em primeiro lugar, situar a questão no contexto africano e, em particular, Bantu da concepção familiar, da sociedade e do mundo. De facto, de acordo com a visão antropológica Bantu, o mundo é dinâmico e existe uma interação entre o mundo invisível e o mundo visível, pois coincidem na sua essência vital. Formam duas faces do mesmo e único universo. Assim, o mundo visível, longe de ser uma aparência do outro mundo verdadeiro, o invisível, ele participa na mediação que une intimamente todos os seres ao Ser Supremo. O mundo visível, onde fazem parte os humanos, é visto pelo Bantu como um prolongamento do invisível e o invisível é considerado como real tal como o visível. Ora, isto influencia a concepção, não apenas familiar como também a vida religiosa africana que pode ser considerada como uma aproximação do universo visível ao invisível. Aliás, é por esta aproximação e relação entre os dois mundos que temos uma profunda ligação entre os seres vivos e os antepassados, o que durante muito tempo foi confundido com adoração aos mortos ou politeísmo.

A estrutura familiar Bantu não se resume apenas aos membros, directamente, ligados à família sanguínea ou aos vivos, mas estende-se também àqueles que, pela aproximação ou pertença social ou étnica tenham pertencido ao mesmo grupo ou se tenham destacado na vida ou cultura do povo, pela educação e luta pelo bem comum, os antepassados. Portanto, a estrutura familiar Bantu e moçambicana fundamenta-se na ligação com os antepassados, de onde vem, e com os vivos, com os quais convive. Com os antepassados, o ser humano está ligado vitalmente através da solidariedade vertical, originária, sagrada e constante; com os membros vivos do grupo ele está

ligado pelo mesmo sangue, sendo esta ligação chamada de solidariedade horizontal. Não existe separação, enquanto ruptura, entre os vivos e os mortos, há, sim, uma continuidade qualitativa e vital. Os mundos visíveis e invisíveis encontram-se em comunhão, na participação e na interação, pois o morto continua vivendo na sua descendência e no legado deixado e no prolongamento que a sociedade faz, vivendo tudo o que recebeu dos seus antepassados.

Apesar de se encontrar no mundo invisível, o seu espírito continua a ser membro da comunidade e do grupo familiar a que pertencia durante a vida. Aliás, são eles que, em parte dinamizam e orientam a conduta social do povo, pois, o culto aos antepassados visa prioritariamente manter viva a participação vital e fazer respeitar as leis e proibições existentes para o bem do grupo, porque «a alma humana continua a existir além da morte»⁴.

O facto de os antepassados desempenharem a função de intermediários entre o Ser Supremo e os seres humanos, faz com que a sua memória perdure ao longo dos tempos. Os mortos ao passarem pela agonia individual da morte adquiriram um conhecimento mais profundo do mistério e do processo de participação vital do universo. O antepassado é importante porque deixa uma herança espiritual sobre o mundo visível, uma sabedoria humana e social, cultural e política, tendo contribuído para a evolução da comunidade ao longo da sua existência e, por isso, é venerado.

Diante de tamanhas desigualdades sociais, a família continua a ser o grande e principal núcleo de afecto, socialização, educação e de integração humana, tendo em conta que ela inicia o homem para a sociedade, educa-o para os valores mais essenciais de convivência. Por isso, sabendo e reconhecendo a vasta variedade no que diz respeito à definição da família e sua constituição, em função do ambiente e cultura própria, é necessário sublinhar que a família cristã é chamada a ser um modelo de valores, de promoção e valorização da vida humana, bem como dos direitos como a paz e a justiça social. Deste modo, consciente deste valor e missão da família, «a Igreja deve trabalhar para construir lares fortes, pesquisando modelos de família extensa, de modo que cada casa seja verdadeiramente uma Igreja e a Igreja seja verdadeiramente uma família»⁵.

Neste sentido, além da constituição natural da família moçambicana, a família conserva a consciência da sua grande importância na construção de uma sociedade melhor. Aliás, para uma

⁴ JUNOD, Henri, *Usos e costumes dos bantus*. Maputo: Editora Paulinas, 1996, p. 311.

⁵ LOSSKY, Nicholas [et al.], *Dicionário do Movimento Ecuménico*. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2005, p. 533.

realidade como a de Moçambique e não só, mas também de todos os outros países de África, que atravessaram guerras coloniais e civis, a estrutura familiar reconhece o seu papel determinante na educação de novos líderes sociais, políticos e económicos que orientem a sociedade segundo as leis de justiça e de respeito pela dignidade humana.

Entretanto, falar da família moçambicana é entrar num campo vastíssimo, sabendo que não se pode falar, embora dentro do mesmo país, de uma estrutura familiar uniforme, bastando para isso salientar a grande diferença de concepção e de imagem familiar entre a região norte e sul do país, fruto também da diferença em relação à ideia e estrutura matrimonial e da imagem que a sociedade tem da mulher. Pois, se por um lado no norte do país temos, em vigor, o sistema matrilinear, ou seja, os filhos gerados no casamento seguem a linhagem da materna, no sul temos justamente o oposto, os filhos seguem a linhagem do paterno.

Analisar esta questão, fora dela ou do contexto da concepção familiar e tribal moçambicano, parece-nos, à primeira vista, uma questão mínima, fácil e simplesmente uma mera divisão ou preferência. No entanto, é importante sublinhar que esta questão determinou, no passado, e continua a influenciar as relações humanas e até o estatuto social que se tem, quando se é do norte ou do sul, quando se é desta tribo ou de outra. Porém, vive-se hoje um ambiente diferente, com mais convivência, em relação ao passado. Aliás, não podemos resumir a guerra, a disparidade económica e de oportunidades e o ódio entre o sul e o norte, apenas nesta questão, pois, como veremos no capítulo seguinte, em grande parte será influenciada pelos regimes políticos, mas também não deixa de ser um problema importante.

Além desta diferença, há alguns traços comuns importantes de sublinhar que caracterizam a família moçambicana e contribuem para uma sociedade viva e com valores humanos fundamentais na construção de um mundo cada vez mais humano, tais como: o respeito pela vida, que resulta da consciência de que a vida é um dom de Deus que deve ser respeitado e preservado; a consciência da dignidade humana; fruto da guerra que sofreu, da fome, da colonização e até da discriminação racial; o valor da vida humana que se reflete na capacidade de acolher e partilhar com todos os que se aproximam, conhecidos ou não; a sua profunda e dependente ligação a Deus, origem e motor da sua vida; a luta pela sobrevivência e a educação dos filhos para o respeito e valorização da cultura de paz e de trabalho pelo bem de todos.

A família moçambicana, constituída por vários membros, na sua estrutura alargada, ferida pelas longas guerras, pela fome e pela miséria por elas provocadas, pela falta de paz e pela

incerteza quanto ao seu futuro, é caracterizada por um elevado compromisso social de cada um e de cada grupo, conforme a pertença, bem como numa profunda ligação com Deus e seus antepassados, onde encontra respostas das suas mais profundas inquietações. Falar de família moçambicana é, para além destes elementos todos, falar de um grupo e estrutura dinâmicos na construção de uma sociedade, é falar de um povo profundamente religioso que, embora influenciado por ideologias políticas contra os seus princípios básicos e fundamentais, luta pela paz e bem-estar de todos os moçambicanos. É um núcleo de valores onde se inicia para a vida, uma vida mais autêntica e mais humana.

1.3. A diversidade religiosa no Império Mutapa

Para falarmos da religiosidade no Império Mutapa, antes da evangelização e até nos séculos a seguir à entrada do Cristianismo, mas sobretudo antes da segunda entrada missionária, no século XX, é importante sublinharmos, antes de tudo, que o povo praticava a religião tradicional, ligado a Deus através da natureza, numa profunda relação com os antepassados, mediadores desta relação e aqueles que, de certo modo, constituem o núcleo ordenador da sociedade tradicional africana.

Não sendo o Cristianismo a primeira religião a entrar no Império, é importante fazer um olhar crítico aos dados históricos que nos são fornecidos em relação à presença das religiões em Moçambique e, sobretudo na missão de cada uma, pois, grande parte dos conteúdos que nos permitem fazer uma bordagem histórica, sobre este assunto, são posteriores e resultam da relação entre a Igreja Católica e outras igrejas cristãs, bem como na sua relação com outras religiões, incluindo as manifestações religiosas do âmbito cultural e local. Por isso, olhando para a dimensão religiosa, na sua diversidade, é necessário afirmar, em primeiro lugar, que as estatísticas fornecidas por observadores portugueses contemporâneos são muito pouco fiáveis, tendo em conta que se baseiam em relatórios dos missionários aos seus institutos a que pertencem. Contudo são as únicas fontes de estudo que dispomos para este fenómeno. E, elas dizem que já havia uma religião no Império, antes da chegada dos missionários, confirmando, deste modo, já a existência de uma religiosidade no seio do povo, antes da chegada dos missionários. Segundo João de Barros, «havia

uma certa religião, no Monomotapa, que se manifestava na veneração dos mortos, no festejo de determinados dias e no reconhecimento de um só deus, a que chamavam Mozino (ou Muzimo)»⁶.

Essa religião, era usada para o imperador manter a autoridade sobre seus súbditos e fazia-o através da estreita relação entre a monarquia e os médiuns espíritas, os quais eram possuídos pelos espíritos ancestrais dos próprios imperadores ou por antigos representantes dos primeiros proprietários fundiários. Por meio deles, presumia-se que o imperador mantivesse um contacto estreito com os mortos poderosos, em nome da nação. Era ele quem conciliava o espírito nacional e intercedia em nome de seus súbditos. Havia também o culto das sepulturas reais. Este culto também contribuía para consolidar a imagem e o prestígio do imperador e, por fim, para reforçar sua autoridade sobre o seu povo. Esperava-se que ele fosse até a tumba de seus ancestrais antes de toda a expedição militar importante. Esse sistema religioso era retomado nos diversos níveis da administração e a religião, em si, constituía um importante mecanismo de controlo social, em particular numa economia dominada pela agricultura. Aliás, é importante sublinhar que: «o chefe é o sangue e o espírito dos antepassados, prolongamento e depósito comunicante do dinamismo vital, pessoa sagrada, responsável pela comunidade perante os antepassados, seu delegado por capacidade e eleição, e sua encarnação»⁷. E conseqüentemente, devia estar profundamente ligado aos antepassados mediante um ritual religioso próprio que expressava a fidelidade e compromisso com o povo.

A participação do imperador nos ritos da chuva era considerada essencial para a prosperidade económica do império. Ele organizava, para seus ancestrais, danças mensais da lua nova e grandes festas anuais, para apaziguar seus espíritos ancestrais. Também encontramos referências a músicos que atraíam a atenção dos espíritos para a necessidade de fazer com que chovesse. Mas para além destes cultos de índole local, vários autores chegam a falar da presença do Islamismo no império de Monomotapa. Aliás, trata-se de uma realidade perfeitamente normal e aceitável, tendo em conta a localização geográfica e estratégica do país, no que diz respeito às rotas comerciais que, facilmente podiam ser desenvolvidas ao longo da faixa costeira do território moçambicano.

⁶ BARROS, João de, *Ásia*. (ed. António Baião e Luis F. L. Cintra). Lisboa: Coimbra Editora, 1951, Vol. I, pp. 395-397.

⁷ ALTUNA, R. R. de Asúa, *Cultura Tradicional banta*. 2ª ed. Luanda: Edições Paulinas, 2006, pp. 19-23.

E neste sentido que, a par da religião tradicional no Império Mutapa, vulgarmente designada por religião do imperador, encontramos também o Islamismo, uma das principais religiões em Moçambique, depois do Cristianismo, em termos percentuais e de influência da sociedade, cuja sua entrada remonta entre os séculos X-XII, movido fundamentalmente pelas práticas comerciais. Ou seja, devemos reconhecer que, tal como a primeira entrada do Cristianismo, que mais à frente abordaremos quando nos debruçarmos sobre a evangelização em Moçambique, estará ligada aos Descobrimentos em 1498, a entrada do Islamismo também está intimamente ligada à entrada e fixação dos árabes ao longo da costa marítima do país que favorece a prática e desenvolvimento do comércio, podendo importar e exportar facilmente os produtos.

O Islamismo tem um forte impacto e influência, não apenas no aspecto religioso, mas também cultural, político e económico, em Moçambique, principalmente na parte norte do país e, sobretudo ao longo do litoral, onde predomina. Trata-se de uma presença que passou da comercial para a religiosa com o passar do tempo e do desenvolvimento social, à medida que o fluxo de entrada crescia e que facilmente foi assumida pelos moçambicanos como uma alternativa religiosa presente e válida no Império.

Além dos muçulmanos, é necessário sublinharmos, ainda nesta grande diversidade religiosa, a presença de uma comunidade judaica, já desde o século XVII, bem como um número muito elevado dos protestantes, a partir do século XIX, e outras religiões mais recentes que também desempenharam um papel importante na evangelização do país, mas sobretudo na área da educação das comunidades. Ao contrário do Islamismo que é predominante na região norte do país, o protestantismo, em Moçambique, situa-se fundamentalmente na região sul e sobretudo em Maputo e Gaza, pela sua localização geográfica e facilidade de entrada através dos países vizinhos como a África do Sul, com uma expressão elevadíssima, e a Suazilândia. Não só, mas também ao forte fluxo migratório entre Moçambique e África do Sul, sobretudo de moçambicanos para África do Sul em busca das melhores condições de emprego e de vida.

Contrariamente ao Islamismo que preconizava o contacto directo e até algumas políticas de submissão religiosa para se expandir ao longo do país, os protestantes preconizaram sempre, no seu processo de evangelização, o uso da imprensa, a assistência médica às comunidades mais vulneráveis e a ajuda alimentar, mesmo isto sendo considerado, por alguns analistas, como um truque psicológico para conquistar as multidões. Entretanto, seja qual for o objectivo, importa sublinhar o grande papel que eles tiveram neste processo de evangelização, com a criação de novas

igrejas, no ambiente de proximidade entre a religião e o povo, também contrário ao que veremos na primeira entrada da Igreja Católica em Moçambique, fundamentalmente ligada ao dominador.

Da inúmera presença religiosa em Moçambique, podemos destacar os Anglicanos, sobretudo na zona sul do país, os Metodistas, nas suas mais versas ramificações, os Zionistas e Apostolic Church, oriundos da África do Sul, bem como a Comunidade Assembleia de Deus pela sua elevada importância na vida social e política do povo, pela sua capacidade de influenciar o pensar e o agir social e, sobretudo, pela sua manifestação clara e integração aos movimentos independentistas, contrariamente à posição mais discreta da Igreja Católica pela sua ligação com a Coroa Portuguesa, sem com isso descartar as outras e múltiplas manifestações religiosas presentes no país.

Não se trata, também, com isto, de legitimar uns e condenar outros, mas essencialmente reconhecer o valor e contributo social de cada grupo religioso na sua relação com o povo e com a sociedade, dentro de um contexto próprio, social, económico e religioso da época. Aliás, basta sublinhar que a Igreja Católica, muito discreta nesta fase em relação aos outros movimentos religiosos e independentistas, será, depois da independência a principal defensora da paz e dos direitos humanos no país, a promotora do diálogo e de reconciliação e novos caminhos para uma sociedade mais justa, estável e fraterna.

Portanto, a presença religiosa em Moçambique esteve sempre ligada, na sua origem, aos interesses económicos, políticos e sociais dos países que disputavam territórios em África. Ou seja, se por um lado a Igreja Católica estará ligada à Coroa portuguesa nas suas descobertas e mais tarde ao direito de padroado e conseqüentemente a colonização, a Igreja anglicana, que entrou por meio da África do Sul, estará ligada aos interesses ingleses de anexar a parte sul do país à África do Sul e à necessidade de desenvolver a agricultura naquela região, aproveitando as condições climatéricas favoráveis e à sua proximidade geográfica. Por isso, não querendo resumir ou limitar a acção religiosa aos interesses políticos, económicos e sociais ligadas à dominação, porque não seria verdade, temos que admitir que as disputas entre as potências pela ocupação do Império Mutapa estarão na origem desta pluralidade religiosa que, em grande parte, embora evidencie alguns indícios de divisão, contribuirá para a evangelização do país, para a educação nos valores morais e cívicos e, ainda na capacidade de acolher e conviver com o diferente, no intercâmbio cultural e na abertura aos outros, preparando deste modo a laicidade do Estado que seria proclamada com a independência nacional em 1975.

Hoje em dia, desde a independência, Moçambique foi decretado um País laico, isto é, sem nenhuma religião de Estado, com total separação entre Igreja-Estado e uma total liberdade religiosa para os cidadãos. Todos os moçambicanos podem professar, cada um à sua escolha e de maneira livre, a religião ou fé a que pretenda pertencer. Trata-se de um profundo avanço, pois, se por um lado o governo perseguiu a Igreja Católica, a seguir a independência e com a consequente prisão e expulsão dos missionários, hoje todos podem coabitar, independentemente da sua pertença religiosa. Contudo, não se pode pensar que esta liberdade sempre existiu ou sempre foi evidente, pois tendo cada grupo religioso as motivações particulares que apresentamos, nestas breves linhas, e tantas outras que aqui não foram elencadas, é perfeitamente fácil e legítimo deduzir que houve sempre um clima de tensão entre as igrejas e religiões, movida pelos interesses das potências que representavam. Aliás, basta sublinhar, por exemplo que a segunda entrada da Igreja Católica, com o envio dos Jesuítas, formados na Universidade de Évora, como veremos mais à frente, estará fundamentalmente orientada para, em primeiro lugar, expulsar os muçulmanos presentes no território e que se expandiam, e, posteriormente, baptizar para salvar as almas.

1.4. Conceito de Paz e de Justiça

Toda a sociedade humana é regulada por um sistema que orienta as relações, define direitos e deveres, tendo como objectivo uma convivência, onde se respeite o direito e a justiça. Falar da justiça, neste contexto concreto, é falar do anseio primário do ser humano na sua relação com Deus, com o próximo e com a natureza. O homem, mesmo consciente da sua condição, que às vezes o conduzem ao egoísmo e injustiças, é chamado e destinado à prática da justiça, pela sua própria vida.

Como um sistema que regula a sociedade e as relações humanas, o direito e o dever de cada um, a justiça aponta para a equidade, ao ordenamento das formas sociais, sabendo que «a teoria da justiça, em si mesma, não favorece a qualquer regime»⁸, seja ele político ou económico. Ela deve, agindo conforme a circunstância, optar pelo bem, o que é recto, mas sempre em favor da humanidade. Neste sentido, podemos ainda na perspectiva de Rawls, considerar que a justiça,

⁸ RAWLS, John, *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1ª ed., 1993, p. 224.

enquanto equidade, deve ser definida e compreendida pelo papel dos respectivos princípios na atribuição de direitos e deveres e na definição da divisão adequada das vantagens sociais.

Quando falamos de paz, concretamente neste contexto de abordagem e de quase todos os países africanos, o conceito remete-nos logo à compreensão de não existência de guerra, de fim da opressão e até mesmo a capacidade e liberdade de cada povo pensar e ordenar a sua vida e seus destinos. De facto, a paz constitui um dos anseios basilares de cada ser humano e de cada sociedade. Não se trata apenas da ausência das guerras, mas sobretudo da consciência do viver em paz e de seres criados para viverem em paz e, por isso, corresponsáveis pela promoção e defesa da mesma. Daí que, a luta e o compromisso cristão pela promoção da paz e da justiça constituem uma resposta ao grito daqueles que são oprimidos por sistemas políticos, económicos, sociais ou por mecanismos injustos, que contrariam o desígnio do Criador, por outro lado, é uma forma que nos permite compreender «a vocação da Igreja de estar presente no coração do mundo, pregando aos pobres a Boa Nova, aos oprimidos a libertação e aos aflitos a alegria»⁹. Aliás, a missão da Igreja, hoje, consiste, fundamentalmente em pregar o Evangelho num profundo e renovado empenho pela total libertação do ser humano já na sua existência terrena.

Na verdade, a vivência profunda do Cristianismo não se resume apenas às práticas pessoais de justiça, mas consiste, fundamentalmente, em lutar pela paz social que valoriza e promove o bem comum, que luta contra as injustiças, olhando para o próximo, como ele é na sua essência, imagem e semelhança de Deus, testemunhando o amor que Deus tem pela humanidade e «promovendo um mundo mais justo e mais humano»¹⁰. De facto, a justiça de Deus, à qual todo o ser humano é chamado, não resulta da mera capacidade e vontade humanas, mas sim do próprio Deus que chama ao amor. Esta, já não resulta do princípio da retribuição, mas sim do princípio do amor, que é a verdadeira justiça, a justiça de Deus. Ela, não sendo humana, «só pode emanar de uma realidade transcendente, só pode emanar de Deus»¹¹ e garante uma profunda e verdadeira felicidade aos que acreditam e se dispõem a viver por ela.

Se por um lado, todo o ser humano é chamado a ser verdadeiramente humano nas suas relações interpessoais e com a natureza, o cristão, por outro lado, em virtude da do seu Baptismo e da sua vocação, é chamado a ser e a ter uma voz profética, que denuncia o mal e todas as outras

⁹ ALFARO, Juan, *Teologia da Justiça*. São Paulo: Edições Paulinas, Vol. III, 1978, p. 9.

¹⁰ *Ibidem*, p. 45.

¹¹ KELSEN, Hans, *A Justiça e do Direito Natural*. Coimbra: Livraria Almeida Editora, 2001, p. 98.

formas injustas que oprimem e sufocam a liberdade, sendo, pela sua presença e acção no mundo, um sinal da «verdadeira acção esperança na salvação definitiva, iniciada desde agora com a libertação integral do homem no mundo, o que não permite uma atitude de conformismo, diante das crueldades do mundo actual»¹².

Neste sentido, e sabendo que é, em primeiro lugar, dever do Estado chamar a si e ordenar todas as iniciativas particulares, auxiliar e reger as diversas manifestações sociais, no que diz respeito à sua convivência e responsabilidade de cada cidadão, a Igreja deve, pela sua presença no mundo, aprender mas também influenciá-lo com o seu testemunho e modo de vida dos seus fiéis. De facto, como sublinha John Rawls, «a justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é em relação aos sistemas do pensamento»¹³ e, tendo como a principal função a definição e atribuição dos direitos e deveres de cada cidadão, desde o sistema básico e elementar de sobrevivência, até à promoção da igualdade entre os homens, enquanto membros activos de uma sociedade, uma sociedade que gera a vida, mas que também se deixa transformar pelo homem ao longo do tempo e da história.

Todavia, ao proclamar a justiça, a Igreja não substitui e nem pretende traçar esquemas para a sociedade, mas sim oferecer soluções concretas no campo social, económico e político para uma verdadeira justiça no mundo e a promoção integral da dignidade humana e dos seus direitos fundamentais. Ou seja, sendo «uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho»¹⁴, a Igreja não tem apenas o dever de viver e testemunhar a justiça no mundo, como também não pode ser verdadeiramente fiel à Palavra de Cristo se, na sua acção, não tiver ou promover esta componente, da qual também depende a verdadeira compreensão do amor de Deus, um amor que é para todos e sem excepção. Portanto, o Evangelho também tem esta dimensão social, que consiste em promover o desenvolvimento integral do ser humano, da sua libertação e humanização.

¹² ALFARO, Juan, *Teologia da Justiça*. P. 51.

¹³ RAWLS, John, *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1ª ed., 1993, p. 220.

¹⁴ LAND, Philip, *Justiça no Mundo*. São Paulo: Edições Paulinas, Vol. I, 1978, p. 60.

1.5. A Evangelização de Moçambique

É impossível falar da evangelização de Moçambique sem fazer referência à acção portuguesa no que diz respeito aos Descobrimentos e sem falar dos Padroados. Aliado a estes dois factos, é incontornável um olhar sobre a acção dos Jesuítas, pelo seu papel fundamental neste processo e no combate ao Islamismo, localizados ao longo da faixa costeira de Moçambique, independentemente da sua ou não ligação com a Coroa.

Portugal iniciou as suas expedições de navegação na costa do Continente africano em busca de um caminho marítimo que o conduzisse até a Índia. Esta rota foi planificada e executada pelo Infante de Portugal, Dom Henrique, o navegador. O seu objectivo principal, como mencionamos, era a descoberta de uma rota marítima que levasse os navegadores até à Índia.

Ora nesta expedição, o Infante Dom Henrique reuniu toda a documentação que servia de guia ou pauta para a navegação num arquivo do seu retirado centro de operações instalado em Sagres. Nele reuniu toda a informação que tinha podido encontrar: relatos recebidos dos mouros, tratados de cosmografia e geografia, relatos de viagens, instrumentos de navegação e mapas que foi capaz de encontrar.

Não se está à altura, hoje em dia, de reconstruir ao detalhe a abundância de exemplares de tal riqueza documental, mas tanto quanto avançam alguns estudos, seguramente, de entre muitos figuravam: a la descripción de África e de Espana do Ceuto Al-Idrisi (1099-1164), o clássico tratado da esfera de Sacro Bosco, o relato do veneziano Marco Pólo, e a geografia de Ptolomeu, traduzida do grego para o latim em 1406 por Jacobus Angelus, discípulo de Crisólogos, o Almagesto (ou astronomia) do mesmo, traduzido do árabe no século XII por Gerardo de cremona e recentemente em 1401. Também, naturalmente, tinha mostras de mapas macrobianos, portulanos e Ptolemaicos. Entre eles, o portulano do Judeu Abraham Cresques, de 1375, nele aparecem de forma pormenorizada representadas as rotas das caravanas de Marrocos ao Níger por Audaghost e Tagaza, Tenbuch (*tombuctú*), Melli (*Mali*), Guinua (Guiné), Geugen (Gão), ao qual há que acrescentar as informações pessoais adquiridas em Ceuta e de experiência de técnicos, pilotos e marinheiros que o infante, sem nenhuma dúvida, procurou registar nas suas notas. Tendo esta documentação e assessorado por tão grande quantidade de especialistas náuticos tinha tudo para por em marcha a execução do mapa macrobiano e assim estava tudo pronto para iniciar a

«audaciosa expedição marítima»¹⁵. Só uma importante nota histórica antes de avançarmos a respeito do infante Dom Henrique, chamado o navegador. Como diz Las Casas «Dom Henrique se chama navegante, não porque navegasse ou mandasse navios como almirante efectivo mas porque planificava e impulsionava a navegação como estratégia a partir da escola náutica de Sagres»¹⁶.

Estas disposições da escola náutica de Sagres sob o impulso do Infante Dom Henrique irão fazer com que os portugueses naveguem por mares desconhecidos e sejam artífices de um movimento novo, *o da descompartimentação do mundo*. De facto, as sociedades que haviam sido isoladas até então foram postas em contacto; como afirma boa parte dos estudiosos desta matéria dos descobrimentos. Não se tratou apenas de abrir canais de comunicação entre a Europa e as várias regiões ultramarinas descobertas, mas também entre as mesmas zonas. Gentes, plantas, produtos, técnicas e crenças passaram a circular em todas as direcções e, porque assim foi, a cristandade europeia que, antes dos descobrimentos, estava ligada a Roma ou a Bizâncio, fechada sobre si mesma e incapaz de furar o cerco imposto pelo Islão, pôde aproveitar a oportunidade para tomar uma verdadeira dimensão planetária e universal. Desta forma, os portugueses acabaram por desempenhar um papel crucial na expansão do Cristianismo no mundo, ao provocarem este movimento que aproximou irreversivelmente toda a humanidade e que globalizou as suas relações.

Tendo já referido brevemente sobre as condicionantes dos descobrimentos, articulando a audácia do Infante Dom Henrique à frente da escola de Sagres e tendo igualmente mostrado, embora não muito exaustivamente, as possibilidades quer políticas, (*expansão político-militar de Portugal*), quer religiosas (*a expansão planetária do catolicismo*), iremos mostrar no ponto que se nos segue a articulação destes dois elementos numa realidade jurídico religiosa chamada: Padroado. Ao avançarmos para este ponto, o que pretendemos, sobretudo, é ver e analisar como a Coroa e Altar se moveram neste quadro dos descobrimentos portugueses.

¹⁵ S. da Silva, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra Editora, 1973, pp. 62-67.

¹⁶ LAS CASAS, Bartolomé, *Brevíssima Relacion de la Destruccion de África*. Salamanca-Lima: Editorial San Esteban, 1989, p. 89.

a) Os Padroados

É opinião de vários especialistas que a actividade missionária a partir da segunda metade do século XV, como consequência dos descobrimentos, não se pode explicar sem uma compreensão adequada do que é e significam os Padroados, quer Espanhol quer o Lusitano, que haviam de levar, «desde os seus primeiros tempos quase todo o peso da evangelização»¹⁷. Sinteticamente e para uma melhor compreensão do que vamos desenvolver nas próximas linhas, o «Padroado»¹⁸ era um conjunto de direitos e obrigações que os Papas concederam aos reis de Portugal e de Espanha para darem início e desenvolverem a obra missionária nas novas terras por eles descobertas de África e nas Índias Orientais e Ocidentais.

Segundo «DE WITTE»¹⁹, os numerosos documentos pontifícios alusivos ao padroado português podem ser divididos em dois grupos, a saber:

- ❖ As bulas alusivas às conquistas portuguesas em África, concedidas por Martinho V (1417-1431) e Eugénio IV (1431-1447). Estas bulas, substancialmente, prometem uma recompensa espiritual e o perdão dos pecados, mediante determinadas condições, aos cristãos que ajudem por todos os meios ao rei de Portugal e concedam a este jurisdição temporal sobre os lugares que vier a conquistar dos muçulmanos.
- ❖ A partir de Nicolau V (1447-1455) as bulas fazem referência não só aos territórios conquistados, mas também aos descobertos (Romanus Pontifex de 1455). Lugar de destaque merece a bula *Aequum Reputamus*, pela qual Paulo III (1534-1549) instituiu em 1534 a diocese de Goa, desmembrando-a do Funchal.

Os benefícios jurídicos e eclesiásticos atinentes ao padroado poderiam adquirir-se de diferentes modos: por eleição, petição, colação, e instituição, segundo o direito do padroado. Por eleição era quando alguma pessoa particular se designa para tomar posse de um benefício vacante. Esta eleição era feita segundo os casos, o sumo pontífice, os bispos outrora prelados tanto regulares quanto seculares. Por petição, era quando se designava canonicamente alguma pessoa incapaz por

¹⁷ SANTOS, Angel, *Historia de la Iglesia. Las Misiones Católicas*. Espanha: Edicep, Vol. XXIX, p. 57.

¹⁸ Convém dizer que a ideia de padroado não constitui nenhuma inovação desta época. Vários são os estudos que confirmam que uma figura jurídica e eclesiástica que já existia há bastante tempo atrás. Só a título de exemplo, no século V a Igreja movimentou muitos fiéis a fundarem templos e outras obras pias, outorgando-lhes em contrapartida uns determinados privilégios especiais. Assim, o padroado português, que é nosso objecto de estudo neste ponto estava incluído, como os demais padroados, neste capítulo jurídico dos benefícios eclesiásticos. Para mais detalhes sobre este assunto, cf. SANTOS, Angel, *Historia de la Iglesia*. pp. 57-63.

¹⁹DE WITTE, Ch. M., “Les bulles pontificales et l’ Expansion portugaise au xv^e siècle”. *Revue d’Histoire Ecclesiastique*. 48 (1953) 683-718.

algum impedimento particular o qual só a Santa Sé o podia dispensar. Por colocação, é concedido o citado benefício por aquela pessoa que tem faculdade de concedê-lo. Finalmente por instituição, segundo o direito do padroado de concessão que se fazia pela autoridade competente, em virtude da apresentação canónica daquele em cujo favor tem tal direito o padroado.

Este direito dado a partir do século V podia ser laical, eclesiástico, misto, de acordo com a pessoa de quem procede o citado padroado. Ademais, pode ser pessoal se vai unido a alguma coisa material; hereditário se é transmitido por herança aos estranhos; gentilício se vai apenas anexado a uma família determinada; activo pela faculdade de apresentar em virtude da qual é o padroado que faz a apresentação e finalmente passivo no caso contrário.

Quisemos arrastar a questão do padroado até aqui para nos ajudar a explicitar um dado histórico importante a respeito do padroado português. Este padroado estava fundado numa série de factos históricos realmente notáveis. «Ele era uma acumulação sucessiva de direitos e privilégios conferido pela Igreja aos soberanos portugueses»²⁰.

Assim, quando as naus lusitanas se puseram em marcha abrindo os segredos do oceano, o príncipe Henrique era presidente da Ordem de Cristo fundada em 1319 pelo rei Dom Dinis, em substituição da suprimida ordem militar dos templários. Pois bem, como presidente de toda a acção marítima de Portugal e da ordem de Cristo tinha um duplo problema por resolver: um de ordem temporal e outro de ordem espiritual. O primeiro era relativo ao comércio, a navegação, ao monopólio, etc; o segundo era o que tinha a ver com a salvação dos pagãos. É nesta circunstância que Nicolau V a 4 de Abril de 1418 envia a bula *Sane Charissimus* a toda a cristandade, pedindo ajuda para favorecer por todos os meios estes planos de Portugal.

Em 1442 os reis Duarte e Afonso V fizeram uma doação ao príncipe Henrique de todas as conquistas e descobrimentos que se fariam adiante. O Papa Eugénio IV confirmava solenemente esta doação, num documento importantíssimo, é nele que se encontra mencionado, pela primeira vez, o direito de padroado. Assim, a ordem de Cristo viria a ser a pessoa moral que empreenderia todas estas conquistas e navegações, desenvolvendo um programa traçado de antemão, isto é, a luta contra os Sarracenos ou infiéis que mais tarde se tentarão evangelizar. Assim, o dito direito do padroado se concedia a esta ordem de Cristo. Com o passar do tempo a mesma ordem ficou

²⁰ANTÓNIO, Silva Rego, *Le Patrinage Portugais de l'Orient. Aperçu historique*. Lisboa: 1957. E também pode se consultar JORGE, Sanches, *Les Missions Catholiques et la Politique de l'état Portugais*. "Spiritus", 1972, pp. 353-438.

intimamente ligada à Coroa portuguesa, quase com direito próprio. No entanto, é preciso sublinhar e ter bem clara a ideia de que «os reis de Portugal gozavam do direito de padroado não tanto como reis mas como governadores da ordem de Cristo»²¹.

Feita já uma abordagem geral sobre a origem do padroado, o seu enquadramento histórico e os seus diversos tipos, julgamos ser ajustado fazer alguma menção do conteúdo das outorgações jurídicas e eclesiásticas que eles concediam a Portugal. Fazer, também, uma menção daquelas a quem a coroa portuguesa iria inicialmente confiar a nobre missão de executar os benefícios eclesiásticos que lhe eram concedidas pela Santa Sé. É disto que pretendemos falar no ponto seguinte.

b) Concessões da Santa Sé, a coroa Portuguesa e a relação dos Jesuítas com a Coroa

A 18 de Junho de 1458 o Papa Nicolau V com a bula *Dum Diversas*, concedeu ao rei de Portugal e aos seus sucessores o direito de conquistar e de submeter todos os reinos situados nas terras dos infiéis. Nesta mesma bula, como afirma *Las Casas*, o Papa concedia igualmente indulgência plenária e autorização para «atacar e submeter os Serracenos, pagãos e outros inimigos da fé; Apropriar-se dos seus territórios e bens; Submetê-los perpetuamente à escravatura»²².

Mas, diante do temor de que os outros príncipes disputassem este direito de, a pedido da coroa portuguesa, Nicolau V confirmasse novamente os direitos portugueses com a sua bula *Romanus Pontifex* datada de 8 de Janeiro de 1455. Com esta bula concedia-se aos reis de Portugal, a faculdade de fundar e construir Igrejas nas terras conquistadas e outras ainda por conquistar, com o seu correspondente clero necessário.

A partir deste momento ficava ao encargo da Coroa a provisão para as regiões a ela submetidas de pregadores ou evangelizadores e sacerdotes para a administração dos Sacramentos. Mas de facto, como veremos mais a adiante, que a actuação do Infante resumiu-se a organizar a Igreja nos lugares submetidos, criando reitores das Igrejas e baptizando os pagãos submetidos que se convertiam; mas a evangelização, essa se descuidou por completo, isto é, era quase inexistente.

²¹ SANTOS, Angel, *Historia de la Iglesia*. P. 60

²² LAS CASAS, Bartolomé, *Brevíssima Relacion de la Destruccion de África*. P.180.

Sisto IV (1471-1484) na sua bula *Clara Devotionis* de 1472 reconfirmou os privilégios concedidos pelos seus antecessores e, em 1481, acentuava os privilégios do Padroado com a bula *Aeterniregis clementia*, que podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- ❖ Estava reservado aos portugueses a navegação nos mares dos descobrimentos a fim de fazer com que outros navios não levassem armas aos infiéis;
- ❖ Os portugueses eram os verdadeiros donos destes mares e todas as terras que se tinham descoberto e que se viriam a conquistar, ao mesmo tempo que as pertenciam as já descobertas e conquistadas;
- ❖ A coroa portuguesa poderia fundar e construir Igrejas, mosteiros e outras obras pias, o clero para estar ao serviço dessas Igrejas e mais, o clero que se encontrava lá tinha poderes para perdoar todos os pecados excepto os reservados a Santa Sé;

Todos estes privilégios constituíam chamado padroado antes que as naves portuguesas chegassem a Índia em 1498. Estes privilégios foram sendo posteriormente confirmados por novas bulas pontificias. Leão X confirmou com sua bula *Dum Fidet Constantiam* de 7 de Junho de 1549 e com a *Praeclare Devotionis* de 3 de Novembro do mesmo ano. Nesta última se enumeram uma vez mais os privilégios concedidos por Nicolau V e Sisto IV.

De tudo o que foi exposto, fica claramente constatável que a Coroa portuguesa recebe da Santa Sé a ratificação dos benefícios espirituais e temporais. Mas se isto é claro, imerge uma questão que se nos impõe responder, a saber: *como é que a Coroa iria cumprir esta responsabilidade espiritual sobre as zonas que lhe eram reconhecidas a posse? A quem é que a corte iria confiar o cuidado espiritual das zonas descobertas e aquelas ainda por descobrir?* Iremos comentar esta questão no ponto seguinte, onde tentamos, sumariamente, perceber a relação que existe entre a companhia de Jesus e a Coroa portuguesa da altura. Tentaremos igualmente ver as origens jesuíticas e a sua formação a partir da Universidade de Évora, local onde grande parte deles era preparada para a missão quer interior quer no ultramar.

c) **Os Jesuítas e a Coroa portuguesa: A Universidade de Évora**

A história da formação da Companhia de Jesus e das suas estratégias missionárias é, sem dúvida, um dos capítulos mais importantes e complexos na história da expansão do Cristianismo pelo mundo e, conseqüentemente, «é também um capítulo fundamental na própria história dos

encontros ou (des) encontros desta matriz cristã com vários outros sistemas de crenças previamente existentes na África, Ásia e nas Américas»²³.

Para podermos perceber as alianças entre os Jesuítas e a Coroa portuguesa, na aventura da *colonização salvífica*, como era designada pelo seu cariz espiritual de salvação das almas, é necessário voltarmos a algumas características próprias destes a partir do espírito do seu fundador, as suas constituições e da sua formação para, a partir daqui, podermos entender a razão pela qual a Coroa teria confiado aos Jesuítas esta nobre missão.

Um primeiro elemento que deve ser levado em conta, quando observamos, são as diretrizes que nortearam a Companhia de Jesus. Desde o seu início tem um carácter soteriológico (ou salvacionista). Isto torna-se fácil perceber dado que é um facto histórico inegável que os membros fundadores desta Ordem religiosa se organizaram em função de um apelo feito pelo Papa Paulo III, para a criação de congregações religiosas que se dedicassem ao trabalho de fortalecimento da Igreja e da autoridade Papal (algo muito importante no contexto da reforma da cristandade proposta por Lutero). E, uma das principais formas de fortalecimento da Igreja Católica seria justamente o trabalho de salvação dos mortais que se encontravam dispersos pelo mundo, por religiões não cristãs. E, é neste contexto que a Companhia de Jesus foi criada, e que a principal inspiração de Inácio de Loyola teria sido um movimento religioso denominado *Devotio Moderna*, do qual ele participara. Aliás, basta ver também algumas fórmulas de juramento, mormente o texto dito “*fórmula do instituto*” é claro quanto a sua disponibilidade e objectivos. Citamos uma passagem:

«(...) assim fiquem obrigados, quanto estiver na nossa mão, a ir sem demora para qualquer região aonde nos quiserem mandar, sem qualquer subterfúgio ou escusa, quer nos enviem para entre os turcos ou outros infiéis, que habitam mesmo que seja nas regiões que chamam Índias, quer para entre hereges ou cismáticos, quer ainda para junto de quaisquer fiéis(...)»²⁴.

Nele fica clara a disposição que os seguidores de Loyola devem ter, de ir sem demora para qualquer região onde forem mandados, seja para a conversão dos turcos ou outros infiéis (ou seja, para a conversão de islâmicos), seja para a conversão dos hereges que habitam as regiões que eram

²³ GNERRE, Maria Lúcia A, *Viajantes, Índios e Jesuítas, Encontros e Desencontros no Grão Pará e Maranhão do século XVIII*. Edição Universitária/ UFPB, 2010.

²⁴ LOYOLA, Inácio de, *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 67.

chamadas de Índias, ou para qualquer outro lugar onde haja infiéis (*podemos incluir aqui a África e as Américas*).

Quando em 27 de Setembro de 1540, a Ordem religiosa de Loyola foi aprovada, através da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, e o próprio texto da Fórmula subsidiou a escrita da bula em questão. Assim, estes seriam os traços identitários da Companhia de Jesus e dos seus “soldados de Deus sob a bandeira da cruz”. Portanto, estes traços identitários e a influência dos Jesuítas junto das classes mais influentes nos colégios e junto das Universidades e na corte como confessores e preceptores possibilitaram-nos de se tornarem «a principal congregação missionária do padroado português»²⁵.

Em Portugal, de acordo com os autores do Dicionário de História Religiosa de Portugal, os Jesuítas estavam ligados à Universidade de Évora. Esta Universidade tinha sido criada no século dos descobrimentos e cuja finalidade era, segundo estes autores a formação de teólogos e pessoas que pudessem ensinar a doutrina cristã e a palavra de deus ao povo. Portanto a formação de pregadores, confessores, curas e sacerdotes idóneos era o seu objectivo primordial.

Quanto ao programa curricular, no âmbito teológico, diz-se que os professores de teologia desta Universidade comentavam a *Suma Teológica de São Tomas de Aquino*. Dos vários professores que ali passaram o que mais se distinguiu foi Louis de Molina que com o seu célebre: *Concordia liberiarbitrii* e o *Appendix ad concordiam liberiarbitrii* desencadeou em toda a Europa aquela que é considerada uma das mais renhidas polémicas de todos os tempos. Esta prestigiosa Universidade, como afirma Lavajo:

«(...) além de bispos, sacerdotes e religiosos e outros homens de saber, a Universidade deu para o ultramar português uma plêiade de personalidades que honraram a Igreja e as ciências sagradas e humanas. De Évora levaram numa mão a bíblia com que transmitiam a fé cristã e na outra a gramática com que veiculavam a língua portuguesa e, com ela, a cultura ocidental (...)»²⁶.

²⁵Dicionário da História Religiosa de Portugal, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Dir. Carlos Morreira Azevedo, Vol. II, Humanismos e reformas, Editora Círculos de Leitores S.A e Autores, edição 20499, 2000, p. 261.

²⁶ Dicionário da História Religiosa de Portugal. P. 323.

Mas, com isto tudo, como seria a sua estratégia missionária nos territórios de ultramar? Como se articularia o desejo de conversão dos infiéis, ligado ao seu desejo do seu fundador e a sua obediência à Coroa portuguesa de quem tinha recebido a missão? Era possível uma missão apenas fundada no Evangelho e orientada para Cristo? A quem é que seriam mais fiéis: a Deus ou ao rei? Ou seriam capazes de dar a Deus o que era de Deus e ao rei o que era rei, obedecendo aos dois? Evangelizaram ou fracassaram?

Postas estas questões e sem pretendermos dar respostas exaustivas de cada uma delas, estão lançados os alicerces para deduzirmos a teologia missionária que presidiu a acção missionária dos Jesuítas sobretudo no antigo Monomotapa.

A missionação jesuítica em Moçambique é normalmente compreendida em três momentos: *o primeiro entre 1560 e 1572, o segundo se deu no período de 1610 a 1759 e o terceiro entre 1881 e 1911*. Nós aqui abordamos somente as estratégias missionárias do primeiro período e parte do segundo.

«Convencidos os Jesuítas que no Monomotapa havia gente plebeia que se podia tornar cristã, eles avançam para o poderoso reino de Monomotapa e lá abrem uma estratégica missão em 1560»²⁷. Porém, informações avançadas por vários autores são de que este primeiro momento dos Jesuítas em Moçambique não deixa muitos sinais positivos ou de grande acção missionária, especialmente no que se refere à adaptação cultural, havendo até referência de missionários Jesuítas que se envolveram em negócios de tráfico de escravos, para além de consolidar a presença da Coroa portuguesa neste prestigiado território e assim criar um ancoradouro seguro, para os comerciantes das Índias, que lhes permitisse favorecer trocas comerciais com as populações do interior.

VILANCULOS, a respeito do missionação dos Jesuítas, em Moçambique, chega a afirmar que, por um lado,

«a dita cristianização dos nativos nada mais era senão uma forma de combater a influência dos árabes, uma vez que os muçulmanos estavam presentes na corte imperial,

²⁷ O'MALLEY, John W, *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, Bauru: EDUSC, 2004.

por outro, constituiu-se como uma estratégia para desviar a atenção dos nativos para as suas verdadeiras intenções dominadoras»²⁸.

Nesta ordem de ideias Maria Lúcia Abaurre e Dilaine Soares Sampaio, citando HAIGHT e ELPHICK, afirmam que:

«o governo colonial (Coroa portuguesa) teria elegido a Igreja Católica (os Jesuítas enquanto principal congregação para a acção e eficácia do Padroado) como sustentáculo e como influenciadora do estilo e da substância administrativa no Monomotapa»²⁹.

Assim se pode afirmar, como o afirmam vários autores, que as dinâmicas da missionaçãõ portuguesa durante estes séculos foi caracterizada por um conjunto de abordagens, sucessos e, obviamente, insucessos na cristianizaçãõ dos povos autóctones por parte da Igreja e, através desta última, da Coroa, ambas interessadas em expandir o seu poder e a sua influência económico-social na Europa, assim como, e mormente, no resto do Mundo, particularmente nas zonas de interesse comercial, como é o caso do Monomotapa, onde a incompreensão, estereótipos e, sobretudo, a relutância em perceber «o outro», tanto dos missionários como dos nativos, fizeram com que se transferissem ideias e se transpusessem conceitos alheios à verdade que se impunha sobre o verdadeiro objectivo missionário da Igreja. Assim, assistia-se menos à evangelizaçãõ e mais a uma imposiçãõ da cultura europeia por meio da religiãõ cristã.

«A teologia inseria-se, portanto, num projecto de fortalecimento da Igreja Católica e da autoridade do Papa que, como acenámos nas páginas anteriores, tinha culminado com a criaçãõ da Companhia de Jesus»³⁰. Nesse período, a Igreja entendia que uma das formas de revigorar o catolicismo era expandi-lo, ainda que fosse por meios coercivos e políticas ligadas ao Estado e, conseqüentemente viria a ser o colonizador, ou simplesmente o dominador. Essa expansãõ só era possível com a perseguiçãõ e expulsãõ dos muçulmanos e a imposiçãõ de uma conversãõ ao

²⁸ VILANCULOS, Júlio-André. “*The role played by Church and State in the democratisation process in Mozambique, 1975-2004*”. *Studia History. Ecc.* Pretória: Vol. 39, Nº. 2, Fevereiro, 2013, p. 68.

²⁹ JACKSON-HAIGHT, 1967 & ELPHICK, 1977, apud DENONN, D. “*A África Austral*”. In: OGOT, Bethwell Allan (Org.). *África do século XVI ao XVII*. Tradução MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, Cortez; Brasília: UNESCO, 2011 (Coleção história geral da África, Vol. 5), p. 821.

³⁰ BOLETIM GERAL DAS COLÔNIAS. Nº 43, 1940, p. 10.

modelo Português de compreender o Cristianismo. Nesse sentido, tanto a Coroa portuguesa colabora com o estabelecimento deste modelo missionário, quanto os Jesuítas colaboram decisivamente para a consolidação deste império ultramarino português, no século XVI. Tal colaboração perdura até o século XVIII, quando a legislação Pombalina acaba definitivamente com qualquer colaboração jesuítica com a Coroa portuguesa.

Portanto, neste local e nestes séculos os dirigentes da expansão nunca ensaiaram sequer a evangelização sistemática das populações africanas e em particular para a moçambicana, que é nosso objecto de estudo. O método era claro: como na idade média, consolidar a Igreja e o Cristianismo numa região a partir da conversão do seu soberano?

De facto, é facilmente notório todo o esforço de propagação do Cristianismo desenvolvido neste período, têm como pano de fundo, uma estrutura mental que deixava pouco espaço para acções de evangelização sistemática entre os nativos. Isso levou a uma imediata consequência, a indiferença deu lugar à militância e fez com que houvesse maior intolerância para com as comunidades não cristãs.

Aqui nota-se que a maioria dos missionários, estava pois, pouco motivada para tentar compreender as culturas locais e para discernir os múltiplos aspectos delas que não deviam ser combatidos. A evangelização confundia-se com a europeização forçada dos neófitos. O objectivo geral era a conversão. Mas esta conversão implicava dois aspectos:

«por um lado, a conversão aos valores ocidentais, o que de per si implicava a rejeição dos valores milenares que orientavam a cultura do povo e por outro, ao se converter, estava-se, implicitamente, a reconhecer o estado de vassalagem para com a Coroa lusa»³¹.

Enfim, como se pode ver, uma teologia missionária repleta destas ambiguidades e imperfeições não podia fazer surgir um Cristianismo autêntico e duradouro. Facto este que se consuma no questão de o próprio Monomutapa, mesmo depois de ser ter «convertido» e aceite o Baptismo, ele, a sua família e um número de servos do reino, rebelou-se. Esta sua rebelião iria conduzir à expulsão dos missionários lusos do Monomutapa e a morte do Padre Gonçalo da

³¹ SAMPAIO, Dilaine Soares, “*Estratégias Missionárias dos Jesuítas nos Séculos XVI E XVII: entre África e Índia*”, In João Pessoa, Saeculum: Revista de História. Vol. 11, nº 21 (2014), pp. 115-124.

Silveira, tido por muitos como primeiro missionário mártir no Monomotapa e assim as dinâmicas da missionação portuguesa, durante estes primeiros dois séculos de presença, falharam no que diz respeito à retenção e à conseqüente proliferação da Igreja no império, conduzida pelos leigos que, conscientes dos riscos que corriam por parte do governo local, que tendia a uma perseguição feroz da religião, foram continuadores da missão evangelizadora.

Síntese do capítulo

A história da evangelização do mundo, transformada em tarefa à escala planetária por acção dos portugueses, é um processo multifacetado com inúmeros particularismos resultantes das regiões e das épocas em que decorreu e dos homens que a protagonizaram.

A tarefa de estudar teologia missionária que orientou a acção missionária dos Jesuítas na evangelização do Monomotapa, actual Moçambique, é uma realidade deveras difícil, pois difíceis são, também, as fontes que podem subsidiar, validamente, qualquer investigação que se faça sobre este assunto, isto porque há escassez de fontes suficientemente credíveis. Para além disso, as fontes existentes são, maioritariamente, livros que se baseiam em diários ou biografias dos missionários ou de gente que lá andou nesse tempo e espaço estudados. A grande dificuldade do trabalho na consulta das fontes, reside no facto de muitos destes livros ou de outras fontes que se baseiam nestes trabalhos, serem feitos por clérigos e não propriamente por historiadores, com uma visão neutra sobre a realidade missionária. Aliás, é preciso sublinhar que muitos destes clérigos ou autores, apresentam uma versão mais romancistas do que histórica, procurando elevar os seus feitos em terras de missão.

A tentativa de dedução ou indução da estratégia jesuíta na evangelização do Monomotapa, na ausência de fontes neutrais, só podemos fazê-la colocando em diálogo, por um lado os dados da história da Igreja e por outro lado os princípios orientadores da formação dos Jesuítas, isto é, documentos fundacionais e estilo de formação. Foi o que tentamos fazer ao longo desta abordagem.

Como síntese do essencial desta estratégia teológica dos Jesuítas na evangelização de Moçambique, podemos dizer que ela se tentou articular de modo quase que harmonioso aos interesses da Coroa portuguesa; da Santa Sé e os da Companhia de Jesus. Portanto, ela tentou responder e corresponder aos desejos de três entidades: a expansão política e cultural de Portugal; o desejo de alargar a supremacia do Papa, por meio da expansão do Cristianismo por todos os quadrantes do mundo e o desejo de converter todos os gentios e “varrer” todos os muçulmanos, a fim de que, em todos os cantos do mundo conhecido, se rendesse a maior glória de Deus.

Sendo a expansão político-militar dos europeus um elemento particularmente influente no decurso da história missionária, entende-se porque era necessária uma teologia que não dialogasse com as outras religiões locais e cometesse tamanhos atropelos e desrespeitasse os sentimentos, liberdade e identidade de muitos seres humanos. Afinal de contas, o objectivo da teologia era

produzir «verdadeiros convertidos e assimilados» e, uma vez convertidos, estavam, não apenas, submetidos ao Papa (não a Cristo!) mas também à Coroa portuguesa. Mas é preciso salientar, acima de tudo que, independentemente das estratégias usadas neste processo, da eficácia ou não dos mesmos, foi assim que o Cristianismo entrou em Moçambique. Foi assim que se enraizou e se foi constituindo, mesmo sendo vivido de forma, particularmente, de quem o trazia e não propriamente do povo local, da sua identidade originária ou conforme a verdade do Evangelho. Foi e é assim que a semente do Reino se estabelece e se irá desenvolvendo nos séculos seguintes, passando por várias fases.

Sem evidenciar culpas nem culpados, nem legitimar estas acções, quisemos evidenciar em breves linhas o processo de evangelização e a implantação do Cristianismo. Na verdade tratava-se do modelo evangelizador da época, orientado e determinado por todos os factores anteriormente expostos. Mas, fazendo um juízo de valor, o que não nos cabe, impõe-se-nos uma questão, com a qual terminamos esta apreciação crítica e, em parte introduziremos o segundo capítulo. Como foi possível que homens de cultura e de saber, formados em Évora, habituados a fazer dialogar a Revelação e a cultura, como acenamos atrás, produzissem e perpetuassem este tipo de estratégia teológica enquanto dialogavam com os grandes homens do renascimento, impregnados de realismo e optimistas quanto à condição humana e mesmo com um certo reactivismo cultural?

CAPÍTULO II

O PAPEL DA IGREJA NA CONSTRUÇÃO E EDIFICAÇÃO DA PAZ E DA JUSTIÇA

A Igreja, Sacramento, Sinal e Instrumento de salvação para todos os povos, é chamada a ser, ao longo da história, sinal da presença de Deus no meio do povo. Por outro lado, é missão da Igreja a promoção dos valores e direitos humanos fundamentais, onde quer que seja e em qualquer época da história humana.

Levar Cristo, é hoje, essencialmente, no contexto africano, moçambicano, em particular, tentar compreender e mergulhar na realidade cultural do povo, nos seus problemas e desafios, ser voz dos sem voz, o rosto dos sem rostos e lutar pela justiça. Na verdade, quando falamos da Igreja em Moçambique e do seu papel na construção da paz, estamos a falar da presença e missão da Igreja, num país ferido pelas guerras e injustiças sociais, pela pobreza originada pelos regimes políticos e por corrupções de várias ordens, desde o regime colonial aos dias de hoje. Por isso, neste capítulo, pretendemos reflectir e apresentar o papel da Igreja, em Moçambique, na construção e edificação da paz, olhando para a sua missão originária, indispensável e até determinante na vida de um povo.

Entretanto, para abordarmos com mais profundidade este aspecto é necessário, antes de mais, falar da religiosidade do povo moçambicano, da sua relação com Deus e, sobretudo a sua íntima e profunda dependência de Deus, sua origem, sustento e fim.

A dimensão religiosa do povo moçambicano insere-se no seu contexto originário e cultural Bantu, um povo e cultura profundamente religioso, que crê na existência de um só Deus e na mediação dos antepassados, vistos, não de forma supersticiosa, mas como aqueles que, ainda que já mortos, pelo seu legado histórico, social, cultural e religioso, continuam a acompanhar a vida do povo e influenciar no seu modo de pensar e agir social.

A imagem que um bantu tem de Deus, além das categorias comuns de Omnipotente, Omnisciente, o Invisível e Transcendente, é de um Ser sumamente Bom, Único e o manancial de toda a bondade. É a força vital, na qual somos todos chamados a reconhecer a nossa participação. Portanto, embora não pareça, pela sua manifestação religiosa, principalmente na sua ligação com os antepassados, algo que, em parte dificultou a evangelização pelas incompreensões de parte a parte, que teremos oportunidade de abordar mais à frente, neste capítulo, o povo bantu é

profundamente religioso e monoteísta, acredita num só Deus, Criador do Céu e da terra, de todas as coisas e de qual tudo depende.

É um Deus presente e próximo do povo, um Deus que acompanha o povo na sua vida e realidade do dia-a-dia. Ele está acima de tudo e de todos, mas não distante de cada um, pois é bondoso, fiel, presente, artífice das relações humanas, de paz e harmonia social, protetor e sempre atento ao povo, principalmente aos que sofrem. Deus é, portanto, o Supremo ordenador da natureza, aquele que move o nosso agir mas sem ferir a nossa liberdade de escolha.

Neste sentido, sem influências políticas e económicas que alteram o agir social, sem o egoísmo humano a impor-se sobre a ordem natural e cultural, o povo Bantu, do qual pertence Moçambique, e por via da sua relação com Deus, da consciência da sua filiação, é por sua natureza fraterno, hospitaleiro, onde a realização pessoal coincide com a busca do bem comum, porque, como sublinha Mbiti, «eu sou porque nós somos, e visto que nós existimos, eu sou»³². Ou seja, para um bantu, a dimensão religiosa não se resume apenas à dimensão teórica da relação com Deus, mas manifesta-se nas relações humanas e com a natureza. Isto é, é a minha dimensão humana e religiosa, consciência de filho de Deus, que me impele a uma relação de fraternidade e de respeito pela natureza, que orienta o meu agir, bem como o meu compromisso e responsabilidade na promoção de uma verdadeira convivência harmoniosa, onde todos e cada um, conforme a sua realidade concreta e condição social, se possam sentir como membros da sociedade onde se respeita a dignidade humana e onde se promove o bem comum, sendo o primeiro, inquestionavelmente, o direito à vida e paz.

Mas, se todos têm Deus como seu criador, artífice das suas vidas, do seu agir social e fonte das relações humanas, uns com os outros, de onde surgem as guerras fratricidas que tanto dizimam vidas humanas? Ou por outras palavras, se a ordem natural orienta para o bem e sã convivência, porquê tanto ódio e egoísmo que, além de valorizar os valores como a vida, o bem comum e a dignidade humana, escravizam o homem pelas políticas económicas baseadas apenas no lucro e na ganância do querer mais?

Sem pretender responder cabalmente a estas questões, elas servem de ponto de partida para a reflexão que iremos desenvolver ao longo das próximas linhas, onde vamos, de forma mais

³² MBITI, John, *Entre Dios y el tiempo. Religiones tradicionales africanas*. Madrid: Editora Mundo Negro, 2007, p. 151.

concentrada e aprofundada, estudar a realidade moçambicana, e não Bantu, como o fizemos até aqui.

2.1. A paz política em Moçambique

O processo de paz política, em Moçambique, passou por várias fases, desde a eclosão da guerra colonial até à guerra civil que viria a ter o seu término em Outubro de 1994. Na verdade, três anos, a seguir à Independência Nacional, em 1978, o país via-se mergulhado numa profunda guerra de “irmãos”, provocada pelos dois maiores partidos do país, como já nos referimos. A grande questão e motivo da guerra era: *terminada a dominação colonial e tendo em conta que todos lutaram pela Independência do país, mesmo um (a FRELIMO) se impondo mais ao outro (a RENAMO), quem iria governar?* Quem assumiria os destinos do país? Haveria um sucessor legítimo para governar? Quem estava preparado para fazer uma devida transição e uma verdadeira governação que se baseasse nos problemas e desafios concretos do povo? A partir deste momento, várias questões se levantam mas, é preciso sublinhar, antes de mais, que aos moçambicanos interessava uma paz efectiva, baseada na verdade e respeito mútuo, seja qual fosse a cor partidária, religião ou nacionalidade. O povo queria paz e bem-estar. A verdade sobre a dignidade humana, os seus inalienáveis direitos e deveres, são elementos que deviam ser respeitados e salvaguardados, sabendo que a pessoa humana não é um objecto da sociedade ou de manipulações políticas, mas sim, sujeito da mesma, membro activo e chamado a transformá-la com a sua acção. Por isso, sabendo que, «a verdade da paz é a verdade da justiça, da fraternidade, da solidariedade, de Deus, da reconciliação, do perdão, da liberdade, do amor, do humanismo, da vida, do bem comum»³³, e consciente da dimensão estática e dinâmica da sociedade, pela acção humana, é necessário salientar que a paz só é possível mediante uma cultura de paz, onde as famílias vivem e educam os filhos para a paz e a Igreja educa os seus fiéis a serem artífices e preservadores dos valores da paz.

De facto, «brincar à guerra civil, matar pessoas e recusando o diálogo democrático e sincero é demasiado sacrifício para os moçambicanos»³⁴, ainda feridos pela longa e dura guerra colonial.

³³ GONÇALVES, Jaime, P., *A Paz dos Moçambicanos*. Maputo: Edição do autor, 2014, p. 141.

³⁴ *Ibidem*, p. 146

Uma verdadeira paz leva e deve sempre orientar à justiça social, onde todos se respeitam mutuamente e a justiça leva a todos a contribuírem para o bem comum que consolida a paz. Daí que era e é fundamental afirmar que a paz verdadeira, que todo o ser humano deseja, civilizada, digna e justa, não se alcança pela força das armas, pela expressão do mais forte em relação ao mais fraco, mas por uma educação da consciência, da sociedade e de toda a Nação para reforçar os valores morais, éticos, humanos, culturais de fraternidade e solidariedade. Aliás, a paz não depende apenas de quem está em guerra ou dos seus promotores, mas de todos, fazendo cada um o que lhe compete fazer. Portanto, se a paz é urgente a nível da Nação e seus dirigentes, também é igualmente urgente a nível do povo e das famílias, da sociedade e dos bairros, das empresas e dos sectores de vida social e política, tendo como base o diálogo que promova uma verdadeira construção de paz.

Tal como sublinha José Luzia, «o povo esmagado por tantas violências e por tantas carências, aspira, de facto, por um tempo de mais amor e mais justiça»³⁵, onde se possa optar por uma política e convivência baseadas na verdade e no respeito pela vida humana, pelo povo e pelos valores que lhe são inerentes e imprescindíveis, pela não-violência e por uma paz duradoura, fruto da justiça e promotora da justiça social mais eficaz e mais abrangente. E, só uma profunda consciência do valor da paz e atitude de não-violência é que podem orientar o povo a uma paz verdadeira e eficaz, onde a paz é e passa a ser uma opção prioritária para todos pelo bem da dignidade humana em todas as suas dimensões. Pois, independentemente dos motivos que forem invocados, «a guerra é a ascensão, irrupção descontrolada da energia animal no interior da esfera humana»³⁶, chamada a conviver com todos em profunda liberdade e harmonia.

2.2. A Igreja em Moçambique

Ao longo do primeiro capítulo, centramos a nossa reflexão no processo de evangelização de Moçambique que, além de compreender várias etapas, também foi um processo muito influenciado pelos regimes políticos, pela relação Igreja-Estado e até pela ideia que a sociedade tinha da Igreja e dos missionários. Agora, pretendemos abordar a Igreja em Moçambique já depois da independência. Que País e Igreja temos? Com a prisão massiva e até expulsão dos missionários,

³⁵ LUZIA, José, *Manuel Vieira Pinto - O Visionário de Nampula*. Prior Velho: Paulinas, 2016, p. 127.

³⁶ *A Igreja no mundo de hoje*. Trad. Manuel do Carmo Ferreira, Editora Livraria Sampedro, 1969, p. 305.

o encerramento dos lugares de culto, a proibição de frequentar e até mesmo a nacionalização dos bens da Igreja e escolas católicas, a seguir à independência, que tipo de Igreja tínhamos e como ela continuaria a sua missão?

Se por um lado acentuámos, e é verdade, que o processo de evangelização de Moçambique não foi uniforme, fácil e até mesmo consistente em alguns momentos, devido à mistura, à relação, quase que inseparável, entre os missionários e o regime colonial, entre a política e a Igreja do tempo, devido aos problemas de adaptação cultural por parte dos missionários e o fechamento por parte dos destinatários da acção missionária por desconfiança, devido a tentativa de evangelizar Moçambique, como também de outros países africanos, com modelos europeus, a ideia de fé e de missão que muitos tinham, entendida como uma simples salvação das almas ou promoção dos assimilados, é por outro lado, igualmente, importante sublinhar que é nesse processo onde se formaram as primeiras bases de consciência cristã, bases sólidas que, como veremos, darão origem à noção de uma Igreja familiar, elemento fundamental e indispensável para se falar da Igreja em Moçambique depois da independência.

Olhando para a realidade africana no seu conjunto e para a moçambicana, em particular, caracterizada por um profundo sofrimento, causado pela guerra colonial e civil, situação que provocou milhares de mortos e empobrecimento social, aumento da corrupção e da desigualdade social, é impossível separar, na missão da Igreja, o anúncio do amor de Deus pela humanidade e a sua dimensão prática que se traduz na promoção do homem. A Igreja, como «Sinal e Instrumento de salvação»³⁷, não é chamada apenas a opor-se contra todas as formas de opressão ou de sofrimento, mas sim, direta ou indirectamente, a evitar todas as formas ou tentativas de opressão, promovendo os direitos humanos.

Neste sentido, é missão da Igreja, estabelecer pontes de diálogo e de reconciliação entre as diversas camadas sociais, políticas e económicas, divididas pela guerra e pela crescente onda de corrupção e pobreza. É urgente lutar pela paz, não a que o mundo oferece, baseada na injustiça, opressão e movida pelo egoísmo, mas sim a paz de Deus, «que se baseia na verdade, no arrependimento, na justiça e no amor»³⁸. De facto, sem um verdadeiro arrependimento e consciência dos actos cometidos ao longo da guerra e dos abusos políticos e económicos na

³⁷ *Lumen Gentium*. Nº 1

³⁸ “Kairos: *Um desafio à Igreja*”, in BUJO, Bénétet (Coord.), *Teologia Africana no Século XXI*. Vol. III, Prior Velho: Paulinas Editora, 2012, p. 204

distribuição ou gestão dos recursos naturais, é impossível encontrar caminhos de um efectivo diálogo ou de paz social. É impossível que uma sociedade viva da justiça quando assistimos a tamanhas desigualdades sociais. É impossível alimentar a esperança de uma sociedade melhor quando, a cada dia parece estar tudo perdido. Como alimentar a dimensão profética da Igreja, numa sociedade em que, embora se chame “laica”, assistimos a um condicionamento no seu modo de estar e de agir missionário?

A Igreja, em Moçambique, no período a seguir à independência nacional, enfrenta vários desafios sociais, aos quais é chamada a dar resposta, desde o respeito pela dignidade da pessoa humana, que já não era violado pelo colonizador mas pelos próprios moçambicanos, o respeito pela vida, a necessidade de construir pontes e caminhos para a paz, a dimensão eclesial das comunidades cristãs e, sobretudo, o compromisso pela evangelização que devia ser assumido pelos moçambicanos. É a Igreja em Moçambique a reclamar a sua identidade própria, isto é, «uma urgente passagem de uma mentalidade tradicional a uma autêntica teologia da Igreja local»³⁹. Ou seja, Moçambique a ser evangelizado a partir da sua realidade concreta, com os seus meios e com uma evangelização apontada para os anseios e esperanças de um povo e de uma Igreja jovem.

A missão profunda e eficaz da Igreja em Moçambique, olhando para o cenário acima evidenciado, passava, necessariamente por uma atitude de proximidade e serviço ao povo, nos seus problemas e anseios concretos, com particular atenção pelos pobres ou por aqueles que não têm voz. Anunciar Cristo, numa sociedade jovem, como a moçambicana, é lutar pela promoção e defesa dos direitos humanos inalienáveis. Isto não implica reduzir a acção da Igreja apenas à dimensão social de promover o Homem, mas sim na tomada de consciência de que o verdadeiro anúncio do Evangelho deve levar à comunhão com Deus, com o próximo e com o bem-estar comum.

A Igreja é chamada a defender a integridade humana, a lutar pelos seus direitos e a promover a justiça. É a Igreja, no tempo e espaço reais, vivendo os dramas concretos da vida humana na sociedade em que está inserido. Aliás, como sublinha Dom Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula, «evangelizar, hoje, (...) é sobretudo e antes de mais, anunciar às sociedades em construção, às comunidades políticas, aos poderes constituídos, aos homens concretos nas

³⁹ BARITUSSIO, Adriano, *Moçambique, 50 anos de Presença dos Missionários Combonianos*. Roma: Editora MCR, 2015, p. 305.

situações concretas, a forma libertadora e santificadora do Evangelho»⁴⁰. Ou seja, o verdadeiro anúncio passa pela promoção de novos espaços de vida, de esperança, onde os valores como a liberdade, o amor, a justiça, a concórdia e a paz, encontram espaços nas relações humanas e moldam o agir social, sabendo que a preocupação pelo bem-estar comum deve levar as pessoas, bem como todas as comunidades, a atingirem, em toda a sua realidade, a perfeição que lhes é própria, de acordo com a sua vocação. Ou ainda, como sublinha a João Paulo II, «É a Igreja que sente uma renovada consciência da universalidade da sua missão e do consequente dever de levar a luz de Cristo a todos os povos»⁴¹

Numa sociedade marcada pelo sofrimento, pela violência, as injustiças de toda a espécie, o subdesenvolvimento, apesar da grande riqueza cultural e em recursos humanos e naturais, a Igreja em Moçambique é chamada a promover a justiça e não estar silenciosa diante do esmagamento dos débeis pelos opressores e seus regimes políticos. Para isso, é necessário que a Igreja, cumprindo o seu mandato missionário, saia de si para ir ao encontro do homem concreto, para mergulhar e conhecer a sua realidade e assim poder evangelizá-lo. É necessário entrar nas angústias e sofrimentos da humanidade, bem como nas suas esperanças e anseios, sabendo que, como diz a *Gaudium et Spes*, são também as esperanças e angústias da Igreja⁴². Aliás, da promoção humana integral, do testemunho da esperança e comunhão, depende a acção eficaz da Igreja, enviada ao homem de hoje.

Num novo contexto político, económico, social e religioso, onde há cada vez uma maior consciência e compreensão dos direitos fundamentais, apesar de, largamente, não serem respeitados, a Igreja é chamada, não só a promover, como também a defender o direito à vida, à liberdade, à paz e à alegria, elementos chaves e indispensáveis para o desenvolvimento integral do ser humano. Isto é, a actuar onde a vida, a dignidade e liberdade da pessoa humana estão em causa.

A missão evangelizadora da Igreja não se limita e nem se deve restringir apenas às comunidades cristãs ou à cristianização dos ainda não-cristãos. Deve estender a sua presença e acção para os campos da política, da cultura, da economia, da justiça, da família, onde quer que esteja o ser humano. De facto, evangelizar a política é mergulhar no aspecto social e cultural do ser humano, sabendo que «é no espaço político que ele promove e constrói a comunidade»⁴³. É

⁴⁰ PINTO, Manuel Vieira, *Aspectos da evangelização em Moçambique*. Porto: Humbertipo, 1989, p. 11.

⁴¹ João Paulo II, *Ecclesia in Africa*. Nº 5.

⁴² Cfr: *Gaudium et Spes*. Nº 1-2.

⁴³ PINTO, Vieira Manuel, *Aspectos da evangelização em Moçambique*. P. 31.

também na sua missão profética que a Igreja se preocupa com a justiça, tornando-se a voz dos sem voz, pelo reconhecimento do valor e dignidade humanas, bem como no combate a tudo o que impede o desenvolvimento humano. Por isso, podemos afirmar, à luz da sua missão e na sua relação com a sociedade a que é chamada a evangelizar, que «a Igreja não pode ser autenticamente Igreja, se ela não anunciar a justiça, ao mesmo tempo que denuncia a injustiça»⁴⁴. Por outro lado, evangelizar a família é compreender que este é um dos principais espaços, senão o principal, onde se despertam, já desde cedo, os valores fundamentais de uma vida social. De facto, a família, além de ser a Igreja doméstica, constitui a base e o fundamento da comunidade e da sociedade, a fonte da vida e do amor, não só da vida física, mas também da vida moral, espiritual, social e cultural. Ela é a Igreja fraterna que prepara o indivíduo para a dimensão comunitária.

Portanto, tal como a comunidade eclesial, a família, e neste caso concreto a família moçambicana por sua natureza religiosa, ainda que num culto próprio fundado na crença de um Deus único, criador de todas as coisas e do qual tudo depende, nos antepassados como mediadores e elos de ligação entre o homem e o ser divino, não pode viver senão participando na força vital comunicada por Deus. É Ele a fonte que comunica e mantém viva a família, a comunidade e que molda a sua visão ética. Por isso, o agir moral do cristão, na sua relação com o mundo e com as realidades sociais, perante os desafios que lhe são colocados, deve orientar para a prática e busca do bem comum, numa atitude relacional. Não se trata de eliminar as particularidades existentes em cada um, mas promover e fazer da diferença uma riqueza cultural e promovendo a paz e a justiça, onde cada um pode, vivendo livremente, pôr a render os seus dons ao serviço da comunidade e dos outros.

Enquanto imagem e primeira comunidade cristã, a família introduz-nos o espírito de diálogo, uma dimensão que, a nível político e económico, é praticamente ausente e daí as guerras e instabilidades sociais de várias ordens, originadas por esta debilidade, pois quem vive verdadeiramente estes valores primários, não só estabelece e reconhece a sua relação filial com Deus e com o próximo, como também contribui para a harmonia do cosmos, porque a liberdade e felicidade humana é entendida, neste contexto, mais como uma maneira comunitária do que propriamente individual.

⁴⁴ MAGESA, Laurenti, “*A eclesiologia africana: tensões e modo de abordagem*”, in BUJO, Bénédet, MUYA, I. Juvénal (Coord.), *Teologia Africana no Século XXI*. Vol. II, Prior Velho: Paulinas Editora, 2005, p. 250.

Deste modo, é importante salientar e voltar a sublinhar, como já o fizemos, que a Igreja em Moçambique, na sua mais ampla e total presença, em toda a esfera social, nos problemas, anseios, desafios concretos do povo, dores e alegrias, bem como nos seus sonhos por uma sociedade mais justa, harmoniosa e fraterna, ao jeito de um núcleo familiar, tem igualmente a grande missão de promover a liberdade de consciência no pensar e no agir, uma liberdade baseada e orientada pela responsabilidade pessoal e social de cada cidadão. Por outro lado, enquanto comunidade-família, a Igreja deve proclamar a palavra de Deus, fonte que vivifica e alimenta a vida da comunidade. Promover e defender uma moral, moral eclesiológica, bem como o direito à vida, à liberdade, à justiça e a uma sociedade mais harmoniosa e fraterna.

2.3. O encontro entre a Igreja e a cultura do povo

Olhando para o contexto moçambicano, na sua imensidade geográfica e variedade cultural, de norte ao sul, será que podemos falar de uma única cultura moçambicana ou deveremos falar de várias culturas? Haverá, nos moçambicanos uma homogeneidade cultural, algo que se possa dizer e ser aceite por todos como cultural? De que encontro nos referimos e como é que ele deve ser processado?

O conceito cultura pode ser compreendido de muitos e diversos modos. Importa aqui, sublinhar que, não se tratando propriamente de uma investigação exaustiva sobre o termo, apresentamos a sua compreensão mais geral e baseada ao que nos propomos estudar e acentuar nas próximas linhas.

A cultura é, na sua compreensão antropológica e sociológica, o que molda as relações humanas numa determinada sociedade, o *modus vivendi* de um povo ou de uma determinada sociedade, podendo ser estática, na medida em que ela se impõe ao homem e molda-o, iniciando-o à vida social. E dinâmica na medida em que ela se deixa transformar pela acção do homem. Portanto, a cultura é um modo próprio de expressão de um grupo humano e tudo aquilo que um indivíduo ou grupo humano deve saber ou crer para agir de modo aceitável aos outros membros, seus semelhantes, bem como um conjunto de traços identitários e distintivos que caracterizam uma determinada sociedade e a distingue das outras, tanto na sua dimensão material, espiritual, intelectual, afectiva, etc.

A cultura dá ao homem a capacidade de pensar sobre si mesmo e compreender a sua dimensão específica, singular, de pertença a um grupo, das suas responsabilidades, direitos e deveres no meio ambiente em que está inserido. Por isso, na relação entre Homem e cultura, o «homem não é apenas o artífice da cultura, mas é também o principal destinatário»⁴⁵. Daí que a cultura deve contribuir para a realização do ser humano na sua dimensão mais ampla.

A Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual sublinha que «as alegrias e as dores dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e dos que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo»⁴⁶. De facto, a Igreja é chamada a mergulhar profundamente na cultura e vida concreta do povo, para que a sua acção missionária continue a responder aos anseios concretos e verdadeiros da humanidade. Aliás, como destinatários da acção missionária da Igreja, é necessário que a Evangelho os leve à comunhão pessoal com Deus e com o mundo, mediante uma identificação com a Palavra anunciada e recebida, pela transformação pessoal, comunitária e até uma purificação cultural.

Ao longo dos séculos da acção missionária da Igreja, e ainda hoje, como sublinha João Paulo II:

«A Inculturação é uma exigência particularmente aguda e urgente, um processo longo, profundo e globalizante da mensagem cristã, definido como a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no Cristianismo e o enraizamento do Cristianismo nas várias culturas»⁴⁷.

Deste modo, e olhando para esta afirmação, podemos sublinhar que a evangelização deve levar Cristo ao coração da cultura ou das culturas do povo, sendo, para isso, necessário conhecer as mesmas, as suas expressões fundantes e mais significativas para assim poder valorizar e aprofundar os seus aspectos positivos e purificar o que é contra o Evangelho ou simplesmente menos positivo.

A cultura deve ser vista, não como obstáculo para a evangelização, embora isso tenha acontecido e aconteça em algumas situações, mas sobretudo como um caminho, senão o caminho único de um encontro verdadeiro entre o Evangelho e o Homem. De facto, não sendo algo

⁴⁵ MARTINEZ, Lerma, *Antropologia cultural. Guia de Estudo*. 5ª ed., Maputo: Editorial Paulinas, 2007, p. 44.

⁴⁶ *Gaudium et Spes*, 1.

⁴⁷ JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio*. Nº 52.

extrínseco ou acessório na compreensão do ser humano, mas essencial, a cultura constitui um lugar teológico, onde se realiza a auto-comunicação de Deus e o meio pelo qual o homem pode responder ao desígnio do amor de Deus.

Deste modo, a inculturação será vista, não como fragmentação do Evangelho nem como um desvio ao mandato universal de Cristo, mas sobretudo, como um viver profundo e verdadeiro da realidade do Evangelho e do povo e numa cultura viva, com todas as transformações que acarreta. Ora, isto implica ter uma consciência de que só se realiza a universalidade missionária da Igreja através de particularidades, quando a Igreja, servindo o homem concreto e no seu ambiente concreto, é capaz de lhe comunicar a salvação, transformando e identificando a sua vida com Cristo, pois, como diz Paulo, «o Evangelho torna-se força de Deus e salvação de todos os que crêem»⁴⁸ (*Rm.* 1,16).

A identidade de uma cultura nacional e uma experiência da mesma são necessárias para a construção da personalidade nacional de todos e de cada um, em particular, bem como para estabelecer relações com outras culturas. Ou seja, a experiência profunda e verdadeira da minha cultura, não deve ser obstáculo para o relacionamento com outras culturas a que é enviado, mas sobretudo como um veículo de compreensão que me permite compreender e respeitar a cultura do outro.

Portanto, tal como é necessário uma inculturação para a eficácia da acção missionária, também é igualmente necessário sublinhar que a inculturação exige sempre uma crítica profética, reconhecendo a presença do mal no mundo, a realidade do pecado, das injustiças na vida humana. Por isso, ela rejeita e denuncia falsas doutrinas e práticas religiosas que não são de acordo com o Evangelho e afastam o homem de Deus. E, a presença missionária da Igreja torna-se, deste modo, como uma presença global e permanente nos meios sócio-culturais. É uma presença de serviço humilde e amorosa, perdendo a própria comodidade e lançar-se ao serviço do homem concreto, abraçando a sua realidade cultural para o poder resgatar e transformar.

Em Moçambique, como já foi sublinhado anteriormente, o encontro entre o Evangelho e a cultura, ou talvez a identificação, ou ainda se quisermos, a relação entre o Evangelho e a cultura, não foi um processo fácil de se estabelecer, olhando para a grande diversidade das manifestações culturais que se verificam dentro do mesmo país. Aliás, é mais que certo e provado que é impossível falar de uma cultura moçambicana, senão em culturas moçambicanas, nas suas

manifestações mais diversas. Portanto, esta diversidade constituiu em parte um obstáculo na eficácia dos meios missionários, pois o que por um lado poderia ser expresso de um modo, por outro deveria ser e constituir um “*desprezo, cultural para outros, dentro do mesmo país*”. Ou seja, não se trata apenas de ser diferente, mas sobretudo de ser e ter uma justificação e interpretação completamente contrária.

Por outro lado, já antes, durante e depois da guerra colonial, a Igreja em Moçambique continua a ser, sobretudo na relação com os missionários, associada ao regime colonial, àqueles que, a dada altura do tempo e da história, entraram com uma missão dominante e aliada ao lado opressor. Isto é, assumindo o Evangelho e a dimensão eclesial, não como as suas próprias categorias, mas como algo imposto e em regime colonial, encontramos uma resistência no que diz respeito à abertura e ao acolhimento do Evangelho na cultura, mais ainda, na transformação da própria cultura pelos valores evangélicos.

Também, é necessário evidenciar que o povo moçambicano, bem como todo o povo Bantu, é profundamente religioso, ligado a Deus pela sua origem criatural e estabelecendo com Ele vias de relação a partir da natureza e dos meios culturais em que se insere, pelo culto aos antepassados, não para substituir a presença de Deus, mas como veículos que ajudam o ser humano a chegar a Deus. Ora, este culto nem sempre foi devidamente compreendido por quem vinha de fora e, por isso, era considerado como adoração aos mortos ou outra prática politeísta, para não falar dos missionários que, ligados ou não aos regimes políticos, transportaram o conceito e cultura ocidentais para as Igrejas emergentes de África, o que criou, não apenas choques culturais, como também a não identificação. Por outro lado, Moçambique foi sempre uma sociedade com liberdade de expressão religiosa, no sentido em que cada um podia professar e viver a sua fé na Igreja ou em qualquer outra confissão religiosa, o que de certo modo também pode ter influenciado, não apenas na relação entre o Evangelho e a cultura do povo, mas e de forma mais significativa no lento acolhimento do Evangelho, identificação e até na própria inculturação.

É neste sentido e na busca de caminhos convergentes entre a Igreja e a cultura do povo que o estudo da sua língua e da sua cultura para melhor «compreender, estimar, promover e evangelizar o meio em que actua»⁴⁹, como aconselha João Paulo II aos missionários, se tornou uma ferramenta importantíssima na eficácia missionária. Era o povo a ser evangelizado a partir das suas

⁴⁹ JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio*, N° 53.

realidades concretas, cultura e língua, era a inculturação do Evangelho e do missionário na cultura do povo e a transformação do mesmo.

A Igreja, verdadeiramente missionária por sua natureza e enviada por Cristo, respeita e promove a cultura de cada povo, quando promove o ser humano e a sua dignidade. Ela oferece o Evangelho, sem destruir o que há de bom e de belo, reconhece os valores culturais positivos e, por meio do Evangelho, purifica o que de menos positivo existe, purificando e introduzindo no culto cristão alguns elementos da cultura do povo. Portanto, se por um lado a Igreja tem como missão levar Cristo ao povo e não a uma cultura ou raça, por outro lado é pelo poder do Evangelho que a cultura se deve deixar penetrar e transformar.

2.4. A relação Igreja-Estado em Moçambique

Como foi sublinhado por várias vezes, ao longo das abordagens anteriores, Moçambique declarou-se desde a sua Independência como um país laico, sem identificação particular com nenhuma confissão religiosa, das diversas que existem dentro do mesmo. Não se trata de ignorar a presença, acção e contributo das Igrejas no que diz respeito ao desenvolvimento humano, social, espiritual e até económico dos moçambicanos. Trata-se, antes de mais, de uma linha identitária e constitucional, fundada na escolha e expressão livre da fé de cada um.

Se por um lado compete ao estado defender os interesses dos seus cidadãos nas relações com qualquer que seja a instituição localizada dentro do território, seja económico, religioso, etc, por outro lado as instituições devidamente autorizadas e reconhecidas pelo Estado devem desempenhar a sua acção de acordo com o que está previsto na lei acerca da sua especificidade. Entretanto, sem nunca ter sido uma relação de uma total harmonia, é preciso salientar que a Igreja e o Estado moçambicano vivem hoje dias melhores e talvez a melhor desde a origem desta relação, tendo em conta o percurso de desconfiança que sempre caracterizou as duas entidades.

Em Moçambique, a relação Igreja e Estado, conheceu várias etapas até chegar ao que hoje pode ser considerado como uma relação estável. Porém, por uma questão meramente metodológica e de preferência, vamos apenas evidenciar três que consideramos as mais importantes, desde o processo da Independência Nacional.

- a) A primeira diz mesmo respeito à fase que se segue à proclamação da Independência Nacional até ao início da guerra civil, ou seja, de 1975-1978. Esta fase é caracterizada,

fundamentalmente pela perseguição feroz à Igreja, acusada de estar directamente ligada ao colonialismo e à opressão do povo. O clero, maioritariamente, constituído por missionários estrangeiros, é perseguido, preso, expulso do território e até morto. São confiscados os bens da Igreja e é proibido o ensino religioso, bem como o contacto entre o sacerdote e os fiéis, com o receio de influenciarem o povo com as suas doutrinas. Na verdade, se olharmos para os motivos da perseguição da Igreja, veremos que uns se baseiam em questões históricas e políticas, na ligação de uns e de outros com os anteriores regimes, na aceitação ou não do actual regime bem como a tomada de consciência de alguns, e não são poucos, missionários de que a sua verdadeira missão era o povo simples, consistia «na defesa dos seus direitos, pugnando contra a exploração, a segregação racial, a marginalidade»⁵⁰.

Trata-se de um período difícil para a vida e acção missionária da Igreja, obrigada a calar, mas ela subsistirá com a acção decidida e corajosa dos fiéis. São eles que, contra tudo e contra todos, desobedecendo o regime político do tempo, mantêm vivas as comunidades, mesmo correndo imensos riscos até da própria vida. Portanto, se por um lado é frequente ouvir-se que a evangelização em África, e neste caso concreto em Moçambique, foi uma mera escravidão, uma presença meramente política e fundada nos interesses políticos, aqui vemos, por outro lado, que essa afirmação não é isenta de alguma falsidade.

É verdade que tivemos missionários ligados aos regimes políticos, que desempenharam a sua missão, unicamente orientados para a política e para quem os enviara. Aliás, era o sistema do tempo. Mas, também temos outros, e ainda são bastantes, se não forem a maioria, que, abnegadamente, viveram a sua missão fundada nos valores evangélicos e conforme a identidade da sua vocação. Aliás, é destes que germinou a verdadeira semente de fé, uma fé sólida que foi capaz de manter a Igreja viva mesmo em tempos de perseguição. Portanto, se não se pode dizer que a evangelização de Moçambique foi 100% baseada na transmissão da fé, testemunho de vida, ou verdadeiramente evangelização, também não podemos reduzi-la a mera colonização espiritual, ou como meio para colonizar a sociedade, porque não foi. Houve muitos erros e graves neste processo, mas também

⁵⁰ COSTA, G. Ernesto, *Chamados à Missão e Desenvolvimento Integral do Homem*. Editorial Franciscana: Braga, 1996, p. 162.

inúmeros ganhos que até hoje se fazem sentir. Aliás, se falamos da Igreja em Moçambique, hoje, o seu processo de evangelização, de fé e compromisso, já vem desse tempo, «num modelo de comunhão, de família, de união e responsabilidade orgânica»⁵¹, fruto do estilo próprio de evangelização de pequenos grupos.

b) O segundo momento podemos defini-lo desde o início da guerra civil até à assinatura do Acordo Geral de Paz, entre a FRELIMO e a RENAMO, os dois maiores partidos políticos do país, ou seja, de 1978-1992. Esta fase caracteriza-se por uma mudança de perspectiva e de acção por parte da Igreja. Na verdade, se por um lado a primeira fase da Igreja no pós-Independência é caracterizada por uma atitude mais passiva, resguardada, consequência da perseguição da mesma e dos seus membros, por outro lado, a segunda fase vai ser caracterizada pelo maior envolvimento da Igreja na vida social, no combate ao mal e às injustiças, na influência aos regimes políticos e económicos, na busca de caminhos para a paz, como mediadora entre as partes e, sobretudo, na tomada de consciência da sua verdadeira missão no meio dos pobres, perseguidos e oprimidos.

A Igreja, movida pelo seu fundamento identitário, tal como no Pentecostes, Sai em busca de caminhos novos de evangelização e de proximidade com o povo. A Igreja compreende que não pode ficar fechada e acomodada pelo medo da perseguição. A Igreja compreende que deve fazer parte e mergulhar nos problemas e angústias do povo e buscar soluções e meios mais humanos, tanto a nível político, económico e social. Trata-se de lutar e defender os direitos fundamentais e inalienáveis como a vida, a liberdade, a paz e o direito à participação ou associação.

Neste sentido, a Igreja começa a fazer parte das principais entidades de mediação entre os dois maiores partidos em guerra para buscar soluções para a paz. É aqui, onde encontramos uma figura incontornável no processo de pacificação, de diálogo que conduzirá ao grande acordo de paz, o Dom Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, na altura, «presidente da comissão de Justiça e Paz»⁵².

⁵¹ FERREIRA, Da Costa, L., *Igreja Ministerial em Moçambique: Caminhos de hoje e amanhã*. Lisboa: Editora Silvas, 1987, p. 261.

⁵² GONÇALVES, Jaime, *A Paz dos Moçambicanos*. P. 55.

Não alinhando com nenhum dos dois partidos, não sendo essa a sua missão, a Igreja lutará pelos direitos humanos, pelo respeito, pela vida e dignidade de muitos moçambicanos, jovens, adultos e crianças, postas em jogo. Contudo, apesar de uma relação conturbada, vivida pela Igreja na sua relação com o Estado moçambicano, a Igreja, fiel à sua missão, deu provas de merecedora de crédito e confiança, o que permitiu que ela fosse aceite pelas duas partes como o principal mediador na busca de paz, que viria a ser assinada em Roma, a quatro de Outubro de 1992, onde, de entre várias entidades nacionais e internacionais, se destacam os dois partidos políticos envolvidos e a Igreja Católica. Portanto, é a Igreja a desempenhar fielmente a sua missão, a de estar com o povo e lutar pelo seu desenvolvimento integral e com dignidade, pois, o respeito pelo Estado não era sinónimo de a Igreja permanecer calada diante das atrocidades que o povo vivia.

- c) O terceiro momento compreende o período desde o ano 1992, ano da Assinatura do Acordo Geral de Paz até aos dias de hoje. É um ano histórico para os moçambicanos e, talvez, não menos importante ao ano da Independência. É a assinatura do «grande acordo»⁵³, pelo seu significado e testemunhas envolvidas, vindas de toda a parte do mundo, um acordo que mudaria a vida dos Moçambicanos desde a política até às questões mais básicas do dia-a-dia.

Politicamente, Moçambique passa a ser um Estado democrático, com o governo a ser eleito pelo povo, mediante um escrutínio eleitoral com a duração dos mandatos prevista na Constituição; *economicamente*, é um país que atrai investimentos, começam a surgir pequenas médias empresas e devolve-se, aos moçambicanos, a possibilidade de lutarem pela vida, cultivando os seus campos e desenvolvendo uma rota comercial por todo o país; *culturalmente*, apesar de uma variedade de manifestações culturais, há tentativas de reconciliação nacional, criação de pontes para reaproximações, após cismas criados pelos partidos políticos; *a nível religioso*, continuando laico, conforme a sua Constituição, o Estado devolve muitos, dos edifícios nacionalizados e tirados à Igreja, é devolvida aos moçambicanos o direito à escolha e à profissão de fé, sem receio de serem perseguidos pelos regimes políticos.

⁵³ GONÇALVES, Jaime, *A Paz dos Moçambicanos*. P. 123.

Entretanto, se por um lado se tratava de algo e um feito positivo, por outro lado, crescia a exigência, coerência de vida e testemunho à Igreja, bem como do seu papel, cada vez mais importante na dinâmica social e até mesmo em algumas decisões políticas. Era necessária a consciência por parte da Igreja, e de todos os envolvidos no processo de pacificação do país, do valor da paz conquistada, bem como a sua fundamentação em Deus. Ou seja, era determinante, não um negócio de paz ou um mero cessar de fogo, mas sim «construir a paz na verdade, na justiça e no amor»⁵⁴. A Igreja é vista e passa a ser vista, não como inimiga dos moçambicanos, mas como uma realidade e parte integrante da vida dos mesmos. Os missionários, o diferente, que um dia causaram estranheza com a sua chegada, associados ao regime colonial, são agora vistos como uma oportunidade para o crescimento e desenvolvimento da Igreja em Moçambique e para os moçambicanos, bem como da sociedade em geral, sabendo que muitos deles estarão envolvidos, não apenas nas actividades espirituais e assistência às comunidades, como também na assistência social, sendo professores, médicos, arquitetos e até na capacitação do povo nas melhores técnicas de desenvolver a agricultura e criação.

Portanto, temos a Igreja em todos os momentos da história do povo moçambicano, desde a colonização, ainda que num regime e perspectiva diferente; durante a guerra civil e com todas as suas consequências; durante o processo de negociação de Paz e finalmente durante o período em que o país goza de uma paz política, apesar dos recentes conflitos e instabilidade políticos que se verificaram. Neste sentido, e olhando para o percurso apresentado, podemos sublinhar que a Igreja nunca teve uma relação fácil com o Estado moçambicano, fruto do contexto da sua evangelização. Todavia, houve, a partir da segunda fase da Igreja em Moçambique, a seguir à Independência, conforme apresentamos, um período de uma verdadeira aproximação, resultante da influência que a Igreja teve em todo o processo de pacificação do país e de criar pontes de diálogo, bem como do reconhecimento do próprio Estado da necessidade que o país tem de contar com a Igreja neste e outros aspectos sociais ligados à promoção humana e harmonia social. Não podemos dizer que a Igreja e o Estado andam de mãos dadas, mas podemos, claramente e sem margem de erro, afirmar que, hoje, vemos uma proximidade cada vez maior e verdadeira, sem interesses unilaterais, uma

⁵⁴ DE SOUSA, A, J, Augusto, *Memórias de um Jesuíta missionário em Moçambique*. Editorial A.O., Braga, 2015, p. 726.

liberdade de acção de cada uma das entidades, conforme o que lhe é próprio e, sobretudo, um compromisso, de parte a parte, na luta pelo bem comum dos moçambicanos, mesmo sabendo que este é um aspecto que ainda vai conhecer muitos contornos e progressos.

Se ao Estado compete legislar e velar pelo bem-estar de todos os cidadãos, à Igreja é pedido e exigido que seja fiel à sua vocação e missão. Contudo, tanto num como noutra, há um imperativo que se impõe: lutar e promover a dignidade humana e ter o ser humano como centro de toda a acção, planificação e para o qual tudo se deve orientar.

2.5. A liberdade religiosa

Se por um lado é importante sublinhar a dura relação que se verificou ao longo dos primeiros anos do Cristianismo em Moçambique, entre o Islamismo e Cristianismo, como veremos mais à frente, por outro lado, é indispensável sublinhar aquela que será a posição do Estado em relação à prática religiosa dos seus cidadãos, definindo-se, logo a seguir à independência, como um «Estado laico, cuja laicidade assenta na separação entre o Estado e as confissões religiosas»⁵⁵. A laicidade do Estado permitiu aos Moçambicanos, não apenas a faculdade de escolher a religião que quisessem professar, como também colocou todas as confissões religiosas no mesmo nível, pelo menos em relação ao Estado e à lei civil, bem como tentou criar um equilíbrio no que diz respeito à vida social, muitas vezes definida, também, pela pertença religiosa.

De facto, é fundamental salvaguardar os direitos fundamentais do ser humano e, como sublinha Paulo VI, «a liberdade religiosa ocupa um lugar de primária importância»⁵⁶, por tudo aquilo que a dimensão humana, social e espiritual da religião significa e representa. Trata-se de uma relação pessoal com o Ser Supremo, o seu criador, que deve ser estabelecida e vivida pelos melhores e mais eficazes meios que o ser humano encontrar.

Ao longo da história da evangelização dos povos, como foi o caso de Moçambique, também encontramos vários desvios e abusos à liberdade humana, resultantes da não separação entre o que era o Estado e a religião. Ou seja, quando a religião do rei passa a ser a religião do Estado, quando o Estado faz as leis e a Igreja legítima, em troca de certos benefícios, ou vice-versa, assistimos a

⁵⁵ *Constituição da República de Moçambique*. Art.12, N° 1-2, 1990, p.4.

⁵⁶ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*. N° 38

uma mera instrumentalização de parte a parte e a religião perde a sua essência profética e a sua razão primária. Na verdade, a separação entre o Estado e a Igreja, previstos num Estado laico, como Moçambique, por exemplo, pretendem, como sublinha John Rawls, «garantir a igualdade de todos perante a lei, isto é, princípio de cidadania, e limitar as desvantagens dos mais desfavorecidos quanto à partilha desigual de benefícios e das oportunidades»⁵⁷.

Com a proclamação da independência nacional, em 1975, Moçambique vive, hoje, como nunca antes, um verdadeiro sentido de liberdade religiosa, resultante do respeito mútuo entre as confissões religiosas, existentes no país, e da luta pela mesma causa, o bem comum, a reconciliação nacional e a paz efectiva em Moçambique. Trata-se de olhar a diferença, não como obstáculo na realização da missão de cada grupo religioso, mas, fundamentalmente, como um enriquecimento. Alias, basta sublinhar que, depois da independência, Moçambique esteve mergulhado numa guerra civil, durante dezasseis anos, provocada pelos dois maiores partidos do país, a FRELIMO e a RENAMO, cuja reconciliação só viria a ser possível com os esforços de todos os Moçambicanos, mas sobretudo as confissões religiosas e seus membros que, «movidos pelos seus princípios religiosos e em virtude do humanismo neles defendido, lançaram-se louvadamente na busca da Reconciliação Nacional»⁵⁸, uma realidade que dura já há mais de vinte anos, desde a sua conquista. Portanto, tal como é dever do Estado, garantir e prover os valores básicos aos cidadãos, dos quais também faz parte a liberdade religiosa, também é, proporcionalmente, dever dos cidadãos e das confissões religiosas, e neste caso falaremos mais à frente da Igreja católica, em virtude da sua identidade e missão, mas também como objecto do nosso estudo, contribuir para a consolidação dos mesmos valores e permitir uma verdadeira vida de paz e harmonia entre todos, filhos de Deus e irmãos uns dos outros.

A liberdade religiosa e o pluralismo religioso não devem ser vistos como uma desordem social e muito menos, uma sociedade dividida. Devem ser vistos, antes, como uma oportunidade para viver e conviver com o diferente e como um caminho para a construção, em conjunto, da paz e dos verdadeiros valores em Moçambique.

⁵⁷ RAWLS, John, *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p.108.

⁵⁸ GONÇALVES, Jaime, P., *A Paz dos Moçambicanos*. Maputo: Edição do autor, 2014, p. 52.

2.6. A Igreja diante dos problemas sociais: Guerras, fome, injustiças e pobreza

Em tempos que correm, a indiferença generalizada e ensurdecadora perante a dificuldade do pobre e dos que sofrem é cada vez mais gritante e generalizada. Vivemos num ambiente social e cultural onde quanto mais isolados uns dos outros e do mundo, mais nos realizamos, onde o isolamento é cada vez mais notório e cada vez mais visível e dramático, a diferença social e de vida entre os ricos e os pobres. Se por um lado temos os ricos, cada vez mais ricos e em menor número, por outro temos os pobres cada vez mais pobres na sua miséria. A solidão e a incerteza do dia de amanhã, a fome e as guerras, o ódio e a violência, as injustiças e os isolamentos, constituem, hoje, as principais ameaças contra a vida humana. Nisto, surgem-nos as inevitáveis perguntas: Qual é o papel da Igreja? De que lado se posiciona a Igreja diante destes problemas e como esta os vê? Numa sociedade generalizada, no modo de pensar e ver a realidade. Uma realidade consumista onde as pessoas valem mais por aquilo que são capazes de ter e consumir e uma realidade onde o estatuto social fala mais alto identificando melhor o indivíduo que o próprio Ser. Qual será a missão da Igreja? É possível Ser e fazer diferente?

Fugir do mundo e dos seus males ou conformar-se com as suas propostas e modos de vida, já foi em tempos, a teologia pregada para conservar a santidade ou a pureza nos pastores e das suas ovelhas. Ou seja, o cristão vivia alheio a tudo o que acontece na sociedade. Hoje, a Igreja é chamada a fazer o movimento contrário, o verdadeiro que caracteriza a Igreja. Deve empenhar-se com o mundo, contagiar e arrastar o mundo na esperança cristã e nos verdadeiros valores humanos.

No meio de uma sociedade ferida pelas guerras, fome, injustiças e extrema pobreza, urge perguntar o lugar e acção da Igreja na busca de soluções mais humanas de sobrevivência. De facto, não substituindo a política nem as suas responsabilidades do Estado perante o povo, não se fazendo passar por uma instituição de caridade ou de simples administrador de bens sociais para cobrir a miséria humana, a Igreja não pode ficar indiferente a estes dramas humanos. Aliás, basta sublinhar que para além das doenças de vários tipos, a fome constitui uma das armas mais mortíferas em Moçambique, um país que, em termos de recursos minerais é extremamente rico e com um potencial para que todos tenham o necessário.

A luta pela dignidade humana passa pelo compromisso com a sociedade, pela promoção e luta por políticas e economias mais humanas, pela valorização cultural e responsabilidade social de cada cristão e de cada cidadão.

O cristão vive sob a lei da liberdade interior, a lei natural que Deus colocou no seu coração. Portanto, na sua relação e compromisso social, é chamado a uma profunda conversão do coração, da sua auto-suficiência humana para a confiança em Deus e do seu egoísmo ao amor e serviço do próximo. Ou seja, é impossível falar de uma verdadeira acção e vida do cristão sem as duas dimensões unidas, o amor a Deus e ao próximo, como caminho que sintetiza a «fé que realiza aquele amor e aquele serviço do próximo que implica a observância dos direitos da justiça»⁵⁹.

Se por um lado o amor ao próximo e a justiça não se podem separar na vida de um cristão, olhando problemas e desafios concretos da sociedade que se colocam à Igreja, por outro lado é importante sublinharmos que o amor implica uma profunda exigência de justiça, que consiste no reconhecimento e valorização da dignidade humana e dos direitos do próximo, tal como a justiça encontra a sua plenitude no amor.

Desde sempre, a Igreja preocupou-se com a justiça social e económica, promovendo uma justa distribuição de riquezas, conservando, para si, como a principal riqueza, os pobres, marginalizados, os que deles ninguém se preocupa. Mas há que acentuar que para muitos países africanos, olhando para as suas políticas económicas, é um problema actual e urgente de procurar soluções viáveis e eficazes. A acção da Igreja não pretende dividir nem substituir o Estado, nos seus deveres civis, mas, como comunidade de fé, ela traz consigo as marcas da sociedade humana, pois tem a missão de transparecer, a missão de salvação do homem e revelar ao mundo o plano de Deus. Ora, esta acção compreende o homem na sua realidade integral, desde a política, a cultura, a economia e até às questões elementares da vida social.

A Igreja tem a missão de proclamar a justiça, missão que recebeu de Cristo, no campo social, bem como denunciar as situações de injustiça, sempre que os direitos fundamentais do ser humano o exijam. É, igualmente, sua missão, em virtude do seu mandato, oferecer soluções concretas no campo político, social, económico, para que a justiça seja efectiva.

Diante dos dramas humanos que assistimos todos os dias na sociedade moçambicana, a Igreja é aquela que, diante destes conflitos e flagelos, conserva a posição de mãe, a posição reconciliadora, iluminadora das consciências políticas e económicas, aquela que aponta o caminho para que haja verdadeiras Políticas Inclusivas que coloquem o ser humano acima de todos os interesses ideológicos e egoístas, como centro do qual e para o qual toda a acção deve partir e encontrar a sua orientação.

⁵⁹ CNBB, *A Igreja e a Política: Subsídios teológicos*. 3ª Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1974, p.38.

«A Igreja, Sinal e Instrumento de salvação para todos os povos»⁶⁰, chamada e enviada para servir, segundo o desígnio do seu fundador, revela uma profunda sensibilidade para com o drama dos pobres e uma verdadeira indignação e dor perante inúmeras situações de desumanização e falta de justiça social.

A compreensão do homem como «imagem e semelhança de Deus»⁶¹, donde radica também a sua dignidade, faz com que a Igreja compreenda, ao longo da sua história e nas situações concretas de cada tempo e sociedade, que todo «o ser humano tem direito à vida e é importante defender a sua integridade física, direito à liberdade, assistência médica e serviços sociais, salário justo, direito à vida em sociedade, bem como o direito de assumir livremente certas responsabilidades com vistas aos mesmos fins»⁶².

A Igreja, de facto, contra aquilo que, em algum momento da história foi, deve renunciar a todos os privilégios e comodidades, para sair ao encontro do homem para proclamar e defender a justiça e o direito. Anunciar aos homens, sociedades e culturas concretas que o amor, a paz e a justiça, fundadas na verdade e com origem em Deus, são possíveis. A Igreja não pode permanecer calada perante os graves problemas de injustiça e desumanização. É preciso evangelizar a política e a economia para que estejam mais ao serviço do homem e não o contrário, para que se sonhe numa sociedade mais justa e mais humana, mais fraterna, onde os recursos e riquezas sociais podem ser e estar ao serviço e benefício de todos, para uma «renovação da humanidade»⁶³, chamada à comunhão com Deus e com todos.

Por isso, diante destes problemas, a Igreja e todos os cristãos, são chamados, cada um na sua condição, a agir, segundo a sua fé e vocação, para transformar esta sociedade. É necessário, mais do que reclamar direitos, consciencializar nos deveres e compromissos para com a sociedade. A justiça no mundo, a partilha de recursos, o respeito pela vida e dignidade humana, a luta pelos direitos humanos, só terá sentido se todos se comprometerem pela paz, pela justiça e com a vida. Não se pode falar apenas institucionalmente destes dramas humanos, é necessário descer ao terreno, à realidade humana, como diz Papa Francisco, «ter coragem de sair e andar pelas estradas

⁶⁰ *Lumen Gentium*, 16.

⁶¹ *Catecismo da Igreja Católica*, 1700.

⁶² JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*. N.º 11-24.

⁶³ Instituto Superior de Estudos Teológicos, *A Evangelização em Tempo de Mudança: Jornadas de Teologia*. Coimbra: Editora Gráfica de Coimbra, 1992, p. 27.

desconhecidas, ir às periferias»⁶⁴, levando todos e a cada um, a tomar consciência do seu dever humano e cristão, enquanto membro de uma sociedade em construção.

Neste mundo de hoje, a Igreja deve continuar a sua missão profética para a qual existe e foi chamada. Não se trata, contudo de circunscrever a missão da Igreja apenas à dimensão social. Trata-se, sobretudo de compreender e fazer compreender que não podemos falar da Igreja e da sua missão, da presença e acção efectiva sem este compromisso social. A Igreja está ao serviço do homem, principalmente dos mais pobres e vulneráveis, que são o verdadeiro rosto de Cristo. Por isso, deve agir, tomar partido pelos pobres e oprimidos e defender a sua libertação.

A unidade e reconciliação social, que conduzem ao verdadeiro espírito de fraternidade, de partilha, de paz e integração social de todas as esferas humanas são e devem fazer parte da acção efectiva, o projecto que move a acção da Igreja, onde os mais pobres e oprimidos, os sem voz, encontram nela um verdadeiro acolhimento e resposta para os seus dramas diários.

Aliás, sem estas preocupações por parte da Igreja, desafios ou capacidades de entregar, conhecer e identificar-se com a realidade cultural do povo, é impossível falarmos de uma missão verdadeiramente integral da Igreja. E, como já nos referimos nas linhas anteriores, não se trata de substituir o papel social do Estado nem reduzir a missão da Igreja apenas ao aspecto social e material, mas é sobretudo reconhecer que não podemos falar de uma presença e missão da Igreja sem esta dimensão. Ela faz parte da missão integrante da Igreja e do seu mandato missionário que deve ser realizado no meio do povo, com o povo e em prol do povo, com particular atenção, seguindo o seu mestre, pelos pobres e oprimidos, pelos injustiçados e marginalizados, por aqueles que, diante dos regimes políticos e económicos vigentes, são vítimas das suas consequências. É a preocupação pelos fracos para os restituir da dignidade de filhos de Deus, criados à Sua imagem e semelhança e para a felicidade.

⁶⁴ PAPA FRANCISCO, in *www. Agência Ecclesia*. pt, 27 de Setembro de 2013.

Síntese do Capítulo

Não querendo fechar ou limitar o estudo, ao terminar este capítulo, é importante sublinhar, em jeito de síntese, alguns pontos fundamentais relativos ao papel da Igreja em Moçambique na sua vertente missionária e social. Assim sendo, de forma esquemática, enumeramos alguns pontos que julgamos sintetizarem a abordagem feita ao longo das páginas anteriores:

- Falar do papel da Igreja em Moçambique na promoção da paz e da justiça, é em primeiro lugar, como vimos ao longo do capítulo, falar do verdadeiro rosto da Igreja no meio do povo e diante dos seus problemas e desafios concretos. É pensar e encontrar respostas novas e caminhos comuns que levem o homem à sua realização plena no encontro com Deus e com o próximo;
- A Igreja, chamada a anunciar Cristo a toda a humanidade, a testemunhar caminhos de paz e de amor, de igualdade e de fraternidade, a ser instrumento de salvação para todos, tem nesta sociedade, o grande desafio de revelar caminhos de paz e de justiça, de integração social e ajudar a restituir a dignidade humana, lutando e promovendo os direitos primários e inalienáveis do ser humano;
- Num contexto de guerras, fome, injustiças sociais e ódios tribais que assistimos, sobretudo no século passado, movidos pelas ideologias políticas para dividir o povo, a Igreja, enquanto Mãe e Mestra, é aquela que apresenta o rosto integrador e acolhedor de Deus. É aquela que, não actuando directamente na política e na economia, denuncia, com a sua missão profética, os abusos ou as políticas e economias que escravizam o homem, tornando-o refém das suas escolhas e do seu consumo;
- Enquanto símbolo de união e unidade, a Igreja é chamada a promover os valores de paz, de unidade, de fraternidade e de justiça, uma justiça e fraternidade que se fundamentam na consciência da nossa dimensão filial. Ou seja, a consciência da nossa filiação divina deve orientar-nos à consciência da necessidade de vivermos em união como filhos, sem guerras nem ódios, sem perseguições nem divisões entre pobres e ricos. Somos todos filhos de Deus, filhos da mesma nação e chamados a conviver em harmonia, onde o mínimo que existe, numa vastidão de recursos naturais, seja capaz de servir e chegar para todos, cada um na sua condição concreta;

- Finalmente, a Igreja é chamada a promover e a valorizar a cultura do povo, como valor fundamental de toda a história humana e para o homem em concreto que pretende evangelizar. Como sublinhamos, a Igreja não é enviada a evangelizar uma cultura em concreto, nem a um povo em especial, mas a todo o mundo e a todo o homem de todos os tempos e história. Por isso, a Igreja em Moçambique, hoje, é aquela que aprendeu com a história, com os êxitos e fracassos cometidos ao longo da mesma e caminha com o povo. Ela actua de acordo com a realidade concreta do povo, nos seus problemas e desafios, alegrias e dores, e evangeliza conforme as necessidades do povo.

Contudo, uma verdadeira paz exige um espírito de paz, onde todos e cada um se comprometam com e pela paz. Para uma cultura de paz, é preciso muito além do que um mero calar de armas ou apelos para a paz. É preciso educar para a paz e para os valores da paz, consciencializando a cada um a importância de uma sociedade em paz no desenvolvimento integral do ser humano. Por isso, a paz, um bem desejado por todos, deve ser um bem para o qual todos trabalham e para o qual todos respeitam e preservam. Nisto, a Igreja tem um papel fundamental e determinante, enquanto Mãe e Mestra que anima, orienta e educa, pois é preciso cultivar e orientar para uma paz integral e verdadeira, a paz que vem de Deus e que só Deus pode dar.

CAPÍTULO III

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA IGREJA ACTUAL

A Igreja, Sinal e Instrumento de Salvação para todos os povos, é chamada, em virtude da sua vocação a estar e acompanhar o homem de todos os tempos e espaços geográficos ou ambientes culturais onde se encontra. Trata-se de uma presença indispensável na concretização de uma relação mais profunda entre Deus e o ser humano.

Tendo reflectido, no capítulo anterior sobre o papel da Igreja na construção e edificação da paz e da justiça, na sociedade moçambicana, analisando a sua posição, desafios e importância ao longo da construção da sociedade moçambicana, sobretudo, depois da independência nacional, em 1975, até aos dias de hoje, importa agora, conscientes do valor da paz e da justiça no desenvolvimento integral de uma sociedade e no respeito aos valores fundamentais da dignidade humana, olhar para os desafios que se colocam à Igreja de hoje e aos possíveis caminhos da Igreja para o futuro.

De facto, tal como foi no passado, a Igreja continua e continuará no futuro a desempenhar um grande papel social, político e até influenciar as políticas económicas, num país que, embora esteja num acentuado crescimento e desenvolvimento a todos os níveis, apresenta também um índice cada vez maior de corrupção, criminalidade, privação e violação dos direitos básicos do ser humano uma nova forma de exclusão social, maior índice de desemprego juvenil, dimensão religiosa cada vez mais frágil, desrespeito pelos valores culturais e novas tendências importadas que enfraquecem o valor cultural dos moçambicanos.

A Igreja, com uma missão evangelizadora específica, caminhando ao lado do povo e com o povo, não se pode calar diante destes problemas e desafios que se colocam à sociedade moçambicana. Aliás, a resolução, ou pelo menos a busca de reflexões e possíveis caminhos sobre estas questões, justifica, move, e, ou talvez, determine o rosto da Igreja em Moçambique, o tipo de Igreja que queremos ser e ter e, sobretudo a relação Igreja-Homem actual, no seu serviço social. Mas, tal como se levantam estes desafios à sociedade política, económica, cultural e religiosa, enquanto dimensões institucionais, também, os mesmos desafios se levantam a cada cidadão moçambicano na sua singularidade, enquanto membro e obreiro da sociedade onde vive e está inserido. Ou seja, trata-se de desafios e inquietações que nos devem preocupar e responsabilizar a todos, sabendo que o verdadeiro desenvolvimento, conversão e mudança que queremos ver deve

ser uma atitude, em primeiro lugar individual e depois comunitária. Se é importante que todos se empenhem na construção de uma sociedade melhor e harmoniosa, é igualmente imprescindível o papel de cada um neste processo, sabendo que cada cidadão é um agente importante e indispensável nesta obra de Deus.

Mas como será isto? Como é que a Igreja, numa sociedade laica, embora tenha uma presença e palavra credível, é capaz de influenciar uma verdadeira e efectiva mudança? Será que a voz profética da Igreja não parou no tempo? Não terá acabado durante as negociações do Acordo Geral de Paz em 1994, quando terminou a guerra civil? Olhando para as actuais guerras, não armadas, mas económicas, políticas, culturais, étnicas, fome, pobreza, secas e até calamidades naturais, que papel desempenha a Igreja na reconciliação, na promoção e valorização social do ser humano e da sua cultura, no respeito e promoção da autonomia, na valorização e restituição da verdadeira liberdade humana, numa sociedade em constante instabilidade?

3.1. Possíveis caminhos e soluções para uma vida social mais humana

Diante dos desafios e problemas sociais, como as guerras, a fome, as injustiças e a pobreza, sobre os quais já reflectimos no capítulo anterior e que agora questionamos na introdução deste, é fundamental e determinante olhar para o rosto e papel da Igreja e encontrar caminhos possíveis e soluções para uma vida social mais humana. Aliás, esta é a grande questão e motivação, procurar e encontrar uma vida mais humana.

A sociedade moçambicana é muito influenciada, culturalmente, pela cultura estrangeira, pela importação de novos modelos que, embora promovam, valorizem e enriqueçam a cultura local, também desvalorizam e colocam em segundo plano os valores básicos e essenciais. Por outro lado, em virtude da sua vulnerabilidade financeira, é muito definida político e economicamente pelo investimento estrangeiro, por aqueles que exploram os recursos naturais existentes no país, bastando para isso sublinhar que mais de setenta e cinco por cento do orçamento anual do Estado vem do exterior. Neste contexto, é preciso que se eleve uma voz profética em defesa do ser humano, da vida e da liberdade.

Quando falamos de Moçambique, estamos a falar de um país riquíssimo em recursos naturais, minerais e energéticos, com capacidade para criar uma economia autónoma e mais centrada no ser humano e suas necessidades. Falamos de um país, que para além destes recursos,

possui um clima que permite uma grande produção e investimento em políticas agrícolas e pesca. Estamos a falar também, de um povo com uma expressão cultural variada, onde devia ser valorizada a diferença e desta forma, servir para o crescimento integral do país e não para acentuar as diferenças. Falamos ainda de um país onde falta promover a dimensão e valor do bem social e da fraternidade, olhando para toda a divisão étnica movida e desenvolvida ao longo dos dezasseis anos de guerra civil. Vemos os sinais mas também é evidente que se trata de um caminho que deve ainda ser construído e amadurecido.

Hoje, a Igreja não pode conceber a missão em Moçambique como já o fez no passado, onde «os africanos eram tidos como almas a converter, a conquistar»⁶⁵ e nem permanecer calada diante do esmagamento dos débeis pelos opressores, mas promover a dimensão familiar da Igreja em Moçambique, como caminho para uma consciência da fraternidade. É necessário um olhar lúcido, tanto a nível sócio-político como religioso, e responsável de todos e não esperar um milagre que venha do exterior. É necessário que os moçambicanos, em particular os cristãos, olhando para a sua consciência no que diz respeito à responsabilidade social, em virtude do seu baptismo, tenham uma missão profética e desenvolver, pela sua vida, uma teologia da responsabilidade uns pelos outros e todos pela sociedade. Não podemos ceder e legitimar a tendência actual de um subdesenvolvimento mental, económico, social e religioso, determinado por políticas sociais.

Se por um lado é verdade que o sofrimento é uma experiência universal, às vezes provocada por nós mesmos, mas também pelos outros, é legítimo e lógico afirmar que todos foram criados para a felicidade, a felicidade de encontro com Deus e com o próximo. Neste sentido, a libertação à qual a Igreja é chamada a lutar por ela, (económica, política, da fome, da guerra e das injustiças sociais), não deve ser entendida nem esgotar na auto-libertação de cada um, de si e para si, pois este é mais um caminho para a divisão e promoção de egoísmos cada vez mais acentuados, como temos visto. De facto, a Igreja, em virtude da sua missão como anunciadora da Boa Nova de Cristo, deve empenhar-se, com todas as suas forças, dedicação e fidelidade, pelo advento de uma sociedade mais justa para todos. Deve «lutar pelas classes mais exploradas e dos povos oprimidos»⁶⁶, pois ela, constitui a voz dos sem voz e a sua última esperança. É necessário que a

⁶⁵ HEBGA, Pierre Meinrad, “*Hebga e a Teologia Africana*”, in BUJO, Bénézet, MUYA, I, Juvénal, (Coord), *Teologia Africana no Século XXI*. Vol. II, Prior Velho: Paulinas, 2005, p. 85.

⁶⁶ GARANDY, Roger, “*Fé Cristã e Libertação*”, in IGREJA E MISSÃO: *Evangelizar hoje*. Cucujães: Tipografia das Missões, Ano XXI. 2ª série, nº 97, Maio/Junho, 1979, p. 142.

luta por uma sociedade melhor, pela igualdade de oportunidades e direitos seja uma dimensão constitutiva da fé cristã.

Na sua missão educadora, na sua relação com a sociedade e suas estruturas, a Igreja deve interpelar e orientar a uma consciência de que o ser humano foi criado e é, pela sua semelhança a Deus, «orientado para a vida em comum»⁶⁷, cultivando em cada ser humano uma solidariedade social autêntica com o mundo e contribuir para a unidade. A Igreja deve influenciar o mundo pela sua atitude crente e pela sua vida de esperança e de amor.

A promoção e a defesa dos valores e direitos fundamentais do ser humano não é algo alheio à Igreja. Mas deve ser visto, antes de mais, como um ministério pastoral, isto é, parte integrante da acção pastoral da igreja e sem a qual a missão da Igreja não conhece a sua dimensão plena. Não provendo directamente às necessidades físicas do ser humano e à sua miséria, a Igreja pela sua acção, movida pelo Espírito Santo, produz vida, justiça, harmonia e reconciliação. É necessário libertar o homem da sua miséria e angústias para melhor evangelizá-lo, dentro do seu ambiente cultura que é um espaço propício de encontro com Deus, e dentro dos seus costumes e hábitos.

Na sua relação com a economia, é necessário promover economias que sirvam ao homem e não o homem que sirva à economia e que levam à instrumentalização. Os bens existentes, dados por Deus para o uso comum, são suficientes para satisfazerem as necessidades de todos e de cada um e, por isso, nada justifica, além do egoísmo humano e políticas económicas de exclusão, a existência de sociedades privadas do mínimo necessário para a sua subsistência. Entretanto, se um dia este factor já foi externo, resultante das políticas externas e até do colono, hoje, com o país independente e com capacidade para criar o seu próprio desenvolvimento e autonomia política, devemos salientar que, infelizmente, o índice de pobreza, que é extremamente elevado, resulta da ganância, corrupção e falta de honestidade por parte de quem governa o país.

Portanto, é necessário reconstruir a dimensão social da fraternidade, rebuscar os valores fundamentais de uma sociedade africana e orientar o ser humano para uma vida de comunhão, para uma moral que parta da experiência e reflexão dos valores do homem africano, confrontando-as com o acontecimento e vinda de Cristo. Ou seja, é necessário reconstruir o homem africano segundo o projecto de Deus e segundo o seu ambiente cultural concreto, com todos os desafios que se impõem.

⁶⁷ RAHNER, Karl, et All, *Pensamento e Vida: A Igreja no mundo de hoje*. Roma: Editora Sampedro, 1968, p. 105.

A Igreja em Moçambique, e não só, mas em grande parte do Continente africano, encontra-se actualmente mergulhada diante de um problema de relação entre a tradição e a modernidade, entre o essencial da vida e de uma cultura e o que é meramente expressão do tempo e de sistemas, entre o defender os valores essenciais da vida humana e o lucro que retira o valor que ela tem. Por isso, deve orientar para a construção de uma nova sociedade, procurando seguir o espírito da dinâmica de Jesus. É necessário estar à altura das esperanças dos homens, que em primeiro lugar passam pela satisfação básica das suas necessidades e direitos sociais. É preciso incutir e desenvolver uma responsabilidade de autonomia económica, política do estrangeiro e desenvolver um exercício político e económico baseado na realidade dos moçambicanos e que seja capaz de responder aos seus anseios.

Se por um lado, o respeito pela dignidade humana é uma das características comuns do povo africano, desde a educação familiar até à convivência comunitária mais alargada, enquanto extensão da família, também é verdade que é necessário que esta dimensão se traduza na dimensão e vivência prática da moral social. Neste sentido, a Igreja, respeitando os valores morais e culturais africanos e procurando purificar o que é necessário purificar, deve lutar pela paz e pela justiça, deve lutar pela promoção do homem. Deve, ainda, promover o bem comum e tranquilidade pública, em detrimento da busca desenfreada do particularismo estreito.

É necessário promover uma maior participação do povo na vida social, tal como o é pedido na vida da Igreja, onde as decisões políticas podem ser tomadas pelo povo e em favor do povo e não simplesmente em actos de violência ou abusos de poder. É preciso que todos tenham a consciência de que só trabalhando para o povo e respondendo às suas necessidades básicas é que as políticas e a economia desempenham o seu verdadeiro papel social.

A Igreja não pode andar à margem da sociedade. Ela tem por missão caminhar com a humanidade, estar verdadeiramente presente e activa no seio da sociedade, ser fermento e não um edifício, ou um recinto de discussão de problemas da comunidade. A Igreja, libertando-se da sua comodidade, que às vezes corre o perigo de se instalar, deve tomar consciência da importância de penetrar no coração do homem, das massas, dos marginalizados e caminhar a par do ritmo da sociedade. Só assim a Igreja poderá estar atenta a todas as mudanças sociais e só assim poderá oferecer caminhos novos e soluções para os desafios da humanidade de hoje, desafios esses que passam pelos valores da paz, da justiça, do bem comum, do amor e da fraternidade. Só assim,

caminhando com a humanidade, a Igreja poderá ser «sal e luz do mundo»⁶⁸ (Mt 13-14), num mundo cada vez mais necessitado de Deus, mas por sua vez mais distante da comunidade e dos valores da fé cristã.

As actuais tendências de desenvolvimento de uma economia consumista em Moçambique, resumem e avaliam o valor do homem e da sua vida por aquilo que é capaz de produzir e consumir, por aquilo que é capaz de comprar ou vender e não pela sua dimensão comunitária de responsabilidade social, caridade ou promoção da paz e outros valores. Diante disto, é necessário um voltar a si próprio e questionar a verdadeira identidade, quem somos, de onde viemos, de quem viemos, a nossa missão e para onde vamos.

Em Moçambique, o principal desafio, além dos que já fomos reflectindo ao longo do trabalho, é sem dúvida a preservação do valor da paz que tanto custou aos moçambicanos, a sua conquista e a responsabilidade social de cada moçambicano, para que seja uma paz verdadeiramente efectiva que conduza à justiça social. Não podemos esperar um desenvolvimento integral e verdadeiro, como já sublinhamos, sem esta dimensão indispensável no ser humano e numa sociedade. É a missão universal da Igreja, lutar pelos mais frágeis, sofrer com eles, caminhando lado a lado. No entanto, a Igreja é, igualmente, desafiada a aceitar a sua responsabilidade social na sociedade moçambicana. Ou seja, tal como esteve e trabalhou, mediou e lutou pela paz e fim da guerra civil, também deve estar presente, com a sua missão iluminadora, na edificação e na procura de respostas que contribuam para a consolidação da paz.

De facto, a não existência da guerra não resolve os problemas da fome e das doenças, mas oferece meios e tranquilidade sociais para que todos e cada um no seu trabalho, se empenhem pelo desenvolvimento social. A não existência de guerras não resolve a questão da injustiça social, mas pode contribuir e de forma determinante para que, numa sociedade pacífica, não se pense apenas no bem pessoal e egoísta, mas no bem comum.

Portanto, a Igreja hoje em Moçambique, mais do que as preocupações com o fim das guerras e de primeiro anúncio ou consolidação das comunidades, algo também importante e nuclear na vida e missão da mesma, tem como principais desafios a promoção, defesa e restituição da dignidade humana roubadas ao povo; a promoção da educação, cultura e igualdade de género; lutar pelo direito de participação social na planificação de políticas sociais e económicas; lutar contra políticas e economias internas e externas que não beneficiam ao povo e nem ao

desenvolvimento integral do país, mas apenas a uma minoria; defender a paz conquistada com o derramamento de muito sangue e sobretudo estimular a sociedade para um compromisso social mais atento, consciente e verdadeiro, mediante a vivência da responsabilidade política, económica e até cultural de cada um.

A dignidade do povo deve ser plenamente respeitada pela distribuição e uso correctos dos bens materiais, à medida que o país avança e mostra sinais de desenvolvimento, mas também é necessário que todos se empenhem na construção desta nova sociedade, que não é apenas uma missão isolada do Estado ou da Igreja, enquanto instituições, mas de cada cidadão, de cada homem e mulher que sonha construir e ver uma sociedade melhor, uma sociedade mais humana, sem divisões nem discriminações raciais, culturais, étnicas, políticas ou financeiras. E assim, a Igreja desempenha, como foi no passado, um papel indispensável, senão determinante nesta (re) - construção da sociedade moçambicana.

3.2. Encontrar Cristo na pessoa que sofre e na cultura do povo

O povo moçambicano vive, hoje, uma realidade social contrastante àquilo que sonhou com a conquista da independência. Vive uma angústia de se ver mergulhado numa profunda crise política, económica, cultural e até religiosa, movida por interesses pessoais dos que a governam e escravizam economicamente. As dúvidas existenciais que colocamos no início do trabalho, voltam à consciência quando se vê mergulhado numa situação sem rumo.

Se por um lado «a liberdade e dignidade humanas estão intimamente unidas no plano da criação do homem e são elas que fazem a seriedade única do drama da existência»⁶⁹, por outro lado, é preciso, enquanto Igreja, e humanidade em geral comprometida com o bem-comum, que defender estes valores, como os da paz e tantos outros, em benefícios dos mais frágeis, constitui um verdadeiro caminho do Evangelho, de testemunho do amor maternal de Deus que sofre com as angústias dos seus filhos e rejubila, igualmente, com as suas alegrias.

A Igreja, na sua missão de caminhar com o mundo e com a humanidade, acompanhando o seu desenvolvimento e até os seus retrocessos e angústias, descobre o verdadeiro rosto de Cristo

⁶⁹ GOMES, F. Vítor, *Cristianismo e Humanismo: Itinerário Teológico de Henri de Lubac*. Porto: Editora U.C.P, 2006, p.175.

sofredor no homem sujeito ao sofrimento pelas circunstâncias sociais do seu tempo e da cultura em que se encontra. Cristo está presente na Igreja e no mundo, mas é sobretudo nos simples, pobres, perseguidos, angustiados, pacificadores, nos que lutam pela justiça e nos proclamados «bem-aventurados»⁷⁰ (Mt 5, 3-10), que mais perfeitamente somos chamados a descobrir e reconhecer o Seu rosto.

Portanto, é necessária uma “*emancipação das classes oprimidas, dos pobres*”, e até das suas culturas que consiste numa consciência e esforço contínuo de valorização do ser humano, isto é, reconduzi-lo à dignidade de ser protagonista da sua história e do seu destino e não vítima ou objecto da história. Não se trata, porém, de absolutizar o homem, mas sim de procurar caminhos e soluções que reconheçam, promovam e defendam a sua dignidade de filho de Deus em Jesus Cristo e, com isso, digno de viver em liberdade segundo o desígnio do próprio Deus.

Esta libertação integral do ser humano, imagem e semelhança de Deus, deve estende-se, igualmente à sua cultura e ao seu habitat. De facto, tal como é imprescindível mergulhar na cultura do povo, mediante uma verdadeira inculturação, para evangelizar o ser humano na sua totalidade, conhecendo os seus hábitos, costumes, valores e até vícios culturais, é igualmente indispensável, para a Igreja, o esforço de encontrar Deus na cultura de cada povo que é chamada a evangelizar. Aliás, como já sublinhamos nas reflexões anteriores, a ideia de Deus não pode ser, como já foi no passado, reduzida a uma cultura ou sociedade em concreto. Deus é e está presente em todos os tempos da história, tal como está presente em toda a humanidade nas suas expressões culturais mais diversas.

Neste sentido, se a Igreja quer evangelizar o mundo e ter uma voz diante dos problemas concretos da sociedade e dos homens, como sublinha José Nunes, «tem de se incarnar, inculturar. Aí terá a missão de serviço aos homens e está em posição de oferecer a fé e a esperança ao mundo (que delas necessita)»⁷¹, não como uma entidade que impõe regras morais de conduta, mas sobretudo, como instrumento de salvação e como mãe que caminha com os seus filhos. Só assim, comprometida com a sociedade e seus desafios, poderá testemunhar o verdadeiro rosto de Cristo, presente em cada ser humano e em cada cultura concreta, e reconduzir a humanidade à verdadeira e plena comunhão com Deus.

⁷¹ NUNES, José, *Pequenas Comunidades Cristãs: O Ondjango e a Inculturação em África/Angola*. Porto: Editora U.C.P, 1991, p. 332.

O povo moçambicano espera e luta, diariamente, por uma libertação plena do jugo político, económico, social e até exterior, mas também compreende que este é um esforço que deve ser de cada moçambicano no exercício da sua cidadania. Aliás, quando falamos da missão da Igreja em relação à libertação e promoção do ser humano, bem como da promoção dos valores como a paz, a dignidade ou o respeito à vida, como dom precioso e mais valioso de Deus, não estamos a dizer que ela tenha de substituir a missão e dever de cada um, mas é, sobretudo, consciencializar, educar e contribuir na construção e defesa, como resposta à sua vocação identitária de evangelizar o homem na sua realidade concreta e contribuir para o seu desenvolvimento integral. O que implica, inevitavelmente, um compromisso social que garante uma proximidade, abertura e confiança, onde se possa ouvir o ecoar da voz profética da Igreja na denúncia do mal e seus promotores.

Portanto, tal como o povo moçambicano, e em particular o homem crente, encontra em Deus, através da Igreja, sinal visível da sua presença, as respostas existenciais das suas mais profundas dúvidas, das suas angústias, anseios e esperanças, do seu sofrimento, a fundamentação da sua relação com outros seus semelhantes, bem como com a natureza, a respostas sobre a sua cultura e seus desafios, as respostas sobre as várias mudanças sociais que se operam no mundo de hoje e a sua ligação com os antepassados, como veículos de relação com Deus e não uma expressão do paganismo africano, a Igreja deverá, por sua vez, ser capaz de encontrar neste rosto humano concreto, oprimido pelas ideologias políticas, económicas, culturais nacionais e estrangeiras, mas também cheio de esperanças e sonhos de uma sociedade moçambicana e africana mais fraterna, o verdadeiro rosto de Deus presente nesta cultura, com os seus valores positivos a preservar, bem como os negativos a purificar.

Por outro lado, é importante, na relação entre a Igreja e a sociedade moçambicana, que se ultrapasse a mera «teologia de adaptação, baseada sobretudo nas questões de valores, crenças ou religiões tradicionais»⁷², e assumir uma verdadeira inculturação e aceitação de parte a parte, pois, disso depende, por um lado a eficácia e fidelidade da evangelização e do conteúdo evangélico, e por outro lado, a abertura à novidade transformadora de Cristo que quer salvar toda a humanidade. Por isso, tal como devemos sublinhar a importância e necessidade de descobrir Cristo no rosto sofrido do povo simples, também devemos salientar que isto só é possível mediante uma identificação com a cultura a que o homem pertence. Assumir a libertação do ser humano e a sua

⁷² MATUMONA, Muanamosi, *Teologia Africana: Da Reconstrução como novo paradigma epistemológico*. Roma: Roma Editora, 2008, p. 60.

cultura, bem como das amarras culturais que o aprisionam, como uma verdadeira e mais urgente missão da Igreja na comunidade moçambicana. Afinal, «a Igreja é capaz de valorizar as religiões tradicionais, africanizar a liturgia e viver em estruturas eclesiais novas e tendo em conta a cultura do lugar»⁷³ ou as suas necessidades pontuais.

3.3. Os anseios do povo na sua relação com Deus e com a Igreja

Reconhecendo, em alguns países africanos, e em Moçambique também, «o fracasso na construção do Estado pós-colonial»⁷⁴, é importante olhar com muito realismo os verdadeiros e evidentes dramas humanos que o povo enfrenta no seu dia-a-dia. Não se trata de lamentar a herança colonial no que diz respeito ao exercício actual das políticas, da vida económica ou até mesmo religiosa, mas sim reconhecer o grande défice estrutural na criação de um Estado novo, capaz de caminhar com os seus próprios pés e assim traçar os seus próprios destinos.

Se por um lado, é verdade afirmar que o povo espera na sua relação com o Estado uma maior e melhor governação, transparente, baseada no serviço à sociedade e não em interesses pessoais, por outro lado, é igualmente verdade que o povo moçambicano espera de Deus e da Igreja uma resposta, uma resposta pronta, verdadeira e urgente. Mas, qual será?

Como sublinhamos, o povo moçambicano é profundamente religioso, à imagem de toda a cultura Bantu, independentemente da religião a que pertence e da sua manifestação religiosa. Trata-se de uma relação vital e de profunda dependência pois sabe que tem a sua origem em Deus, como também tem a consciência de que Deus pode e fará justiça perante os desafios e sofrimentos a que está sujeito. Ora, esta confiança plena em Deus, na sua intervenção na história e vida da sociedade, faz com que a Igreja, para o povo e diante do povo, tenha uma responsabilidade mais acrescida na sua acção, resposta e modo de estar diante dos problemas sociais.

A sociedade moçambicana não espera e nem deseja uma Igreja aliada ao Estado, como durante a era colonial, nem uma Igreja fechada dentro de si, como tanto nos exorta o Papa Francisco, mas sim uma Igreja em acção, em contínuo movimento, actualizada quanto à cultura do povo e cada vez mais capaz de dar respostas concretas aos desafios que se lhe coloca. Uma

⁷³ NUNES, José, *Pequenas Comunidades Cristãs: O Ondjango e a Inculturação em África/Angola*. P. 105.

⁷⁴ PÉREZ, C., ROBERTO, “*África, entre dos Sínodos: Apertura a la misión*”, in SALVADOR, M. M. José (dir.), *MISSIONES ESTRANJERAS: Otra África es Possible*. Madrid: Nº 218-219, Maio-Agosto, 2007, p. 350.

Igreja com profundo conhecimento da verdade cultural e aberta para acolher, não apenas os filhos que sempre permaneceram dentro da Igreja, mas até aqueles que durante o período pós-colonial a perseguiram e abandonaram.

O sofrimento gerado pelas sucessivas guerras, os deslocamentos forçados, o medo social semeado pelo ódio étnico, a corrupção excessiva e abusiva por parte dos governantes, movida pela falta de honestidade e do uso da política como uma via de enriquecimento e não de serviço público, a escravidão económica que se traduz não apenas na definição do homem por aquilo que é capaz de consumir ou não, mas sobretudo em políticas de trabalho explorador, são alguns dos vários fenómenos que marcam e influenciam o sonho de um jovem moçambicano que procura um mundo ou uma sociedade melhor, firmada em valores humanos autênticos que respeitem a todos e a todos beneficiem.

É, igualmente, um sonho e anseio verdadeiro do povo moçambicano a prática de políticas democráticas verdadeiras, com um verdadeiro envolvimento e compromisso social de cada cidadão, onde o opositor e o diferente não é apenas um inimigo a combater, mas sobretudo um interlocutor capaz de contribuir na construção de um país verdadeiramente livre das amarras ideológicas e partidárias e atento ao ser humano, independentemente da sua classe social, cor partidária ou religião. Não só, e ainda ligado ao exercício político, o povo coloca diante de Deus e da Igreja, todas as formas injustas de exercício de poder, esperando uma verdadeira voz profética e um agir diferente por parte dos cristãos que têm uma missão e uma «profunda consciência da necessidade de promover a dignidade humana de cada pessoa»⁷⁵.

Outro anseio, não menos importante, mas do qual pouco se fala, é a integração e valorização equitativa da mulher nos serviços sociais. É verdade que temos que reconhecer o grande esforço e evolução social neste aspecto, olhando para os últimos vinte anos e para a vida social dada às mulheres ou por elas conquistada na dinâmica social, hoje, sobretudo na política. Entretanto, é igualmente justo reconhecer que a sociedade moçambicana continua longe para falar em igualdade de género ou uma participação feminina determinante no pensamento e andamento da sociedade.

Mas, tal como reconhecemos este retrocesso, é, também, indispensável afirmar, embora por poucos reconhecido e testemunhado, o grande papel familiar que a mulher tem na construção

⁷⁵ PÉREZ, C., ROBERTO, “*África, entre dos Sínodos: Apertura a la misión*”, in SALVADOR, M. M. José (dir.), *MISSIONES ESTRANJERAS: Otra África es Possible*. Madrid: N° 218-219, Maio-Agosto, 2007, p. 353.

da sociedade, desde a educação dos filhos e até à sua inserção social, bem como na difusão da fé cristã nas comunidades moçambicanas, sua dinamização e organização. Aliás, já abordamos esta questão, quando falamos da evangelização em Moçambique e sublinhamos o papel determinante da mulher, quando os missionários estavam impedidos de visitarem as comunidades e de presidirem à Eucaristia. Portanto, a Igreja é e continua a ser o único lugar onde se devia valorizar mais o aspecto de integração e igualdade de género, onde cada um é pela sua identidade de filho ou filha de Deus e não pelo seu género.

A sociedade moçambicana, nos seus anseios e desafios, sonha com um povo unido na sua diversidade étnica e cultural, nas suas manifestações religiosas, nas suas proveniências, línguas e costumes e não na eliminação da diferença ou no conformismo diante das políticas económicas e sociais que se lhe impõem. Ora, isto, exige de todos e de cada um, auxiliados pela Igreja, na sua missão educadora, «uma fé profunda e comprometida, capaz de renovar o comportamento das pessoas na sua vida social, profissional e, por conseguinte, da sociedade»⁷⁶. Na verdade, só um coração verdadeiramente convertido é capaz de procurar e encontrar Deus no outro, seu semelhante, e apenas um coração que vive verdadeiramente em paz será capaz de ser promotor de paz, de uma boa convivência, de defender os valores humanos e a sua dignidade porque vive de paz e conhece o seu valor.

Portanto, na sua relação com Deus e com a Igreja, o povo moçambicano anseia por uma verdadeira liberdade, não apenas política e económica, mas total. Uma liberdade capaz de trazer uma harmonia social, dignidade humana e respeito pela vida e pela diferença, igualdade de direitos nas oportunidades e, sobretudo, o direito de ser sujeito da sua própria história, capaz de traçar, pessoalmente as linhas do seu futuro. Por isso, a Igreja teve e continuará na linha da frente nesta nobre, mas difícil, missão de ser a voz dos sem voz e aquela que de todos se preocupa sem distinção da sua cor, raça, religião, etnia, língua, ideologia política e até mesmo da sua proveniência. A Igreja é aquela a quem todos, e todos por igual, podem chamar Mãe, aquela que a todos ouve o seu grito, atende, acompanha e mostra o verdadeiro caminho de felicidade, o caminho de encontro com Cristo e com a humanidade. O caminho de salvação.

⁷⁶ BENTO XVI, “*El anuncio misionero, prioridad de prioridades: Discurso de Benedicto XVI a los Obispos de la Conferencia Episcopal Mozambiqueña, por ocasión de su visita «Ad Limina Apostolorum» 25-5-2007*” in SALVADOR, M. M. José (dir.), *MISSIONES ESTRANJERAS: Acompañando el II Sínodo Africano*. Madrid: N° 223, Marzo-Abril, 2008, p. 231.

3.4. O verdadeiro rosto da Igreja

João Paulo II, falando do verdadeiro rosto da Igreja, na sua relação com o homem e sua cultura, na fidelidade à sua missão, sublinha que:

«Para evangelizar eficazmente há que adoptar decididamente uma atitude de reciprocidade e compreensão para simpatizar com a identidade cultural dos povos, dos grupos étnicos e dos vários sectores da sociedade moderna. Não só, é necessário trabalhar pela aproximação das culturas, de modo que os valores universais do homem sejam acolhidos com um espírito de fraternidade e solidariedade. Evangelizar supõe penetrar nas identidades culturais específicas»⁷⁷.

A Igreja, família de Deus e família humana, é chamada a pregar por actos e palavras que Jesus morreu e ressuscitou para a salvação do mundo, do homem concreto e sem excepção nem eleição por sua proveniência ou condição social e continua operante para transformar a vida do mundo. Por outro lado, enquanto sinal da presença de Deus, deve revelar, aos homens, a sua profunda ligação com os pobres e os oprimidos.

De facto, a inculturação do Evangelho na cultura do povo visa, além de conhecer profundamente o homem e o ambiente que queremos evangelizar, a uma identificação com os dramas concretos da humanidade e com eles procurar soluções. Ou seja, a Igreja não é chamada a fugir dos problemas da humanidade, mas a sofrer com os que sofrem e a lutar pelo bem dos seus filhos. Neste sentido, a primeira e principal preocupação da Igreja é a salvação integral do ser humano, a sua felicidade que se manifesta, mais plenamente na comunhão com Deus e com os outros. E, «é necessário estar atento a tudo o que, vindo de onde vem, desfigura o rosto de Deus»⁷⁸, presente no pobre e na sua cultura.

A Igreja, sem impor a sua doutrina como lei para a sociedade, não pode ficar silenciosa na sua relação com as culturas. Aliás, tal como a Igreja se deve inculturar, também a cultura e os costumes dos povos precisam de ser purificados pela verdade do Evangelho, caminho para a vida.

⁷⁷ JOÃO PAULO II, *Ecclesia in África*. Nº 59.

⁷⁸ Papa Francisco, “Discurso en el encuentro con la comunidad musulmana en la mezquita central de Koudoukuo en Bangui”, in MISSIONES ESTRANJERAS: “Francisco en África, de la amenaza a la esperanza”. Madrid: Nº 271, Marzo-Abril, 2016, p. 262.

Deste modo, a Igreja compreende, assume e participa da verdadeira teologia africana, carregada de dores, mas também de esperanças numa verdadeira e total liberdade de todas as formas de sofrimento no seu encontro definitivo com Deus.

Portanto, é impossível conceber um caminho de evangelização ou um verdadeiro rosto da Igreja que negligencie os problemas alarmantes na sociedade moçambicana que se referem à justiça, à libertação efectiva, ao desenvolvimento e à paz. Não se pode falar de um verdadeiro rosto da Igreja se ela não se compromete com a vida social e está alheia aos problemas do dia-a-dia da humanidade. Entretanto, é preciso, como já salientamos nas linhas anteriores, que não se pode reduzir a missão da Igreja apenas ao aspecto temporal de satisfação dos desejos e preocupações da humanidade. Mas, tal como não se pode reduzir, também não se pode dispensar pois trata-se de uma parte fundamental e decisiva na relação entre o homem e a Igreja, e, talvez, entre homem e Deus, através da Igreja.

Desempenhando o seu múnus espiritual e pastoral, a Igreja relaciona-se com a política e a economia, com a sociedade e a cultura para as consciencializar do valor da vida humana e da necessidade de defendê-la e respeitar como dom de Deus. O homem não pode ser visto nem definido por aquilo que possui, consome ou proveniência, mas pela sua verdadeira identidade de filho amado por Deus. Por isso, sabendo que o homem a evangelizar é um ser concreto e não abstrato, alguém que vive num ambiente concreto, influenciado pela sua cultura, política e economia que a ele se impõem, ou outros factores externos, é preciso mergulhar no seu ambiente e compreender todas as condicionantes que se impõem à sua fé e à sua resposta ao chamamento de Deus.

Na verdade, a Igreja manifesta o seu verdadeiro rosto, bem como os seus filhos, quando assume como seus os problemas e os anseios do povo e quando, mais do que denunciar os abusos contra os direitos humanos, contra a paz e contra a vida, desperta nos cidadãos e nos cristãos, em particular, em virtude da sua vocação, a importância da participação nas lutas pelo desenvolvimento do país com as suas obras e testemunho de vida fraterna, baseada no amor de Deus. De facto, a nossa fé deve-se mostrar à altura dos desafios impostos pela sociedade, trabalhando para a sua transformação. Por outro lado,

«a Igreja deve, também, abandonar toda e qualquer forma de paternalismo, e superar as estruturas e métodos que favoreçam o infantilismo, o subdesenvolvimento, a

dependência, (...), e encontrar princípios, estruturas e métodos que promovam o homem todo»⁷⁹.

Isto é, uma Igreja consciente do valor humano, que defende e promova os seus direitos, os direitos dos povos e de cada cultura.

Tal como a Igreja, o cristão não pode ser um homem resignado nas dificuldades do dia-a-dia e vítima das políticas da sociedade, mas um verdadeiro agente que luta por uma sociedade mais justa, mesmo sabendo que isso pode custar até a própria vida como, aliás, aconteceu com a prisão e morte de muitos missionários ao longo da história da evangelização do país e estiveram ao lado do povo na mudança de regime político. Ou seja, a missão de construção de uma sociedade moçambicana mais justa e harmoniosa é de todos e implica com cada cidadão em particular. Ou melhor, não podemos falar de uma verdadeira mudança e conversão sociais se não houver, em primeiro lugar um desejo e esforço pessoal de mudança e de paz.

É neste contexto que podemos sublinhar o tipo de Teologia da Igreja para a sociedade moçambicana, tal como em África, que se baseará, essencialmente, na reconstrução da identidade, como sublinha Matumona, da africanidade corrompida pelos modelos de globalização importados e ferida pelas guerras e pelo ódio, algo apenas possível com a identificação da Igreja com o povo e seus problemas de hoje e do futuro. Aliás, «uma teologia sem prática permanece como nova reflexão inconsistente e improdutiva, sem sentido para se afirmar como uma verdadeira ciência e perderia a sua ligação com a Igreja, pois a teologia deve estar ao serviço da comunidade»⁸⁰. É o verdadeiro rosto da Igreja ao serviço do povo, manifestando, desde já, que a salvação da humanidade, missão primordial a que foi chamada, começa na terra, reavivando a esperança humana e lutando com os homens nos seus dramas mais básicos como a promoção humana, os valores indispensáveis e tão desejados como a paz, a justiça, a reconciliação com Deus e com os outros, bem como a capacidade se sonhar com uma autonomia de vida, tanto a nível político, económico, social e cultural, por uma verdadeira e efectiva participação na vida social.

É necessário que a Igreja, lutando pela igualdade de direitos entre todos os moçambicanos, como Mãe, fomente a unidade nacional, não obstante a diferenciação étnica, cultural, religiosa e acompanhando a sociedade nas suas mais variadas transformações, pela encarnação da realidade

⁷⁹ LUZIA, José, *Manuel Vieira Pinto: O Visionário de Nampula*. P. 36.

⁸⁰ MATUMONA, Muanamosi, *Teologia Africana: Da Reconstrução como novo paradigma epistemológico*. P. 230.

humana e social, se coloque também «ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz»⁸¹, como uma dimensão indispensável da sua missão no meio da humanidade.

3.5. A Igreja Moçambicana do futuro

Moçambique, um país em crescimento, a todos os níveis, com recursos minerais que atraem cada vez maior visibilidade e interesse estrangeiro, com um crescente número de cristãos católicos, um aumento populacional muito considerável, estimado em vinte e cinco milhões de habitantes, mas com profundo atraso no que diz respeito à prática da verdadeira democracia e procura de uma autonomia económica, de políticas viradas ao serviço do ser humano e da sua dignidade, de economias inclusivas, mas sobretudo de uma vida social que satisfaça os anseios do povo moçambicano, em particular dos jovens que veem o seu futuro comprometido. Por outro lado, chegados a este ponto, importa reflectirmos o papel da Igreja moçambicana do futuro, olhando para todo o percurso feito, onde a Igreja esteve sempre nos grandes e determinantes momentos da vida do povo e da construção da sociedade moçambicana.

Se por um lado, admitimos que o papel da Igreja não terminou com a conquista da paz e consequente fim da guerra civil, mas que tem uma missão transversal a todos os tempos e espaços onde se encontra o homem de hoje, com os seus sonhos e esperanças, desafios e conquistas, alegrias e dores, por outro lado, é igualmente importante, olhando para a actual situação da sociedade moçambicana, pensarmos na Igreja para o futuro, com os desafios actuais e pontuais que marcam e fazem parte da vida do homem de hoje. De facto, como sublinha a Conferência Episcopal Moçambicana (CEM), «não basta libertar o homem da opressão, da exploração, da violência, do ódio. É necessário destruir as raízes, eliminar as causas que alimentam tensões e provocam desordens sociais»⁸².

A Igreja, ao mesmo tempo que respeita a autonomia das coisas criadas e das sociedades, sabendo cumprir em relação a elas a sua missão de sinal da presença de Deus no mundo e vida da humanidade, como assembleia visível e comunidade espiritual, caminha e deve caminhar juntamente com a humanidade, iluminando o conjunto das actividades e situações humanas em

⁸¹ GONÇALVES, Jaime, *A Paz dos Moçambicanos*. P. 136-137.

⁸² DOCUMENTOS PROMOÇÃO, *Justiça e Paz*. Porto: Editorial Promoção, 1975, p. 479.

todas as dimensões, tendo como objectivo a salvação do homem e sua felicidade, a sua vocação última. Por isso, sem substituir o Estado nas suas funções, nem tornar o Estado confessional, a Igreja, por fidelidade à sua missão, não pode deixar de apregoar, oportuna e corajosamente, os princípios morais religiosos que devem inspirar a ordem social e a procura de soluções mais adequadas ao desenvolvimento do homem e da sociedade, condenando, ao mesmo tempo, com a sua voz e missão profética, as desordens políticas, económicas e sociais que violam a dignidade humana ou que comprometem o seu desenvolvimento integral.

A Igreja está consciente hoje, mais do que nunca, e é notório em cada intervenção da Conferência Episcopal Moçambicana, da urgência de cumprir este dever social, dado que as circunstâncias históricas e sociais se apresentam como autênticos sinais dos tempos e que não pode, de modo algum ficar indiferente. O povo moçambicano vive um novo período da sua história, caracterizado por mudanças profundas e aceleradas, a nível cultural, político, social, económico e até religioso e é preciso estar à altura de dar resposta a estas mudanças e às aspirações da humanidade.

Se o fundamento e prioridade de qualquer sociedade bem ordenada e fecunda é a pessoa, único ser criado à imagem e semelhança de Deus, dotado de inteligência, vontade e liberdade, capaz de transformar o mundo com a sua acção, a responsabilidade, por outro lado exigida ao homem na sua relação com a sociedade e com os outros, deve conduzir a uma expressão maior da sua relação com Deus que se manifesta nas relações sociais e no cuidado pelo bem-comum.

Terminada a guerra civil em Moçambique, a Igreja é chamada e sobretudo desafiada a lutar contra todas as formas de exclusão social ou segregação, discriminação ou exploração, directa ou indirecta, do homem pelo homem, da raça por outra raça, de modo a tornar efectivos os direitos e deveres humanos numa sociedade tão diversificada e com pluralidade de classes sociais e de expressões culturais, próprias de cada região do país, desde o norte ao Sul, tendo em conta que todos os homens, cada um na sua singularidade e manifestações culturais próprias, «são dotados de alma racional e foram criados à imagem e semelhança de Deus. Por isso têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino divinos»⁸³.

A Igreja, anunciando o Evangelho que lhe foi confiado, proclama, promove e defende os direitos da pessoa humana, sendo uma das grandes prioridades a educação de jovens, tendo em conta o crescimento acelerado do país, a procura de líderes capazes de governar o povo com ideais

⁸³ *Gaudium et Spes*. N° 29.

mais humanos, baseados na justiça e equidade que se manifesta no serviço. Por outro lado, a relação com as estruturas políticas, sociais e económicas visa consciencializar o respeito que se deve ter pela vida, dom de Deus, e a importância de uma sociedade estável, segura e livre dos ataques como a fome, as doenças, que promovem a formação como verdadeira arma e mais forte no combate às desigualdades e construção de uma sociedade futura primada em valores humanos.

Todo o ser humano foi criado por amor e para viver em harmonia. Por isso, a paz é e deve ser o fruto de uma ordem inscrita por Deus no coração humano, a qual deve crescer na verdade como fundamento, na justiça, no amor fraterno e na liberdade. Assim, a paz exige, de todos os cidadãos, um clima e vontade firme de respeitar a dignidade dos outros, seus semelhantes, requer uma renovação da mentalidade nas relações sociais, na política, na economia e em todos.

A vida económico-social deve respeitar e fomentar a dignidade humana e um clima de paz e não de guerras pelas desigualdades gritantes que se vivem. Aliás, uma verdadeira convivência e clima de paz social só é possível quando todos podem ter o mínimo necessário, por direito, para a sua sobrevivência, pois, sem estes bens, o ser humano e a sociedade vivem na insegurança na dependência pessoal, de retirar a responsabilidade de agir, permanecendo apenas como vítima das acções e políticas económicas de consumo que a ele se impõem.

Deste modo, o desenvolvimento integral da sociedade moçambicana passa pela responsabilidade social de cada um, de cada entidade ou grupo que age dentro do país. Cada moçambicano, sem distinção de etnia ou proveniência, tribo ou classe social a que pertence, deve sentir-se responsável pela sua riqueza pessoal e pelo crescimento do país, pelo progresso cultural, pela justa distribuição de bens vindos da riqueza nacional e pela justiça. Nisto, a família, tal como a Igreja, tem um papel determinante pois constitui o primeiro núcleo de valores, de educação para os valores básicos de vida, de integração e responsabilidade social, bem como de respeito e de uma cultura de trabalho e de responsabilidade necessárias e exigidas, bem como indispensáveis para uma sociedade como a moçambicana.

A Igreja, como Mãe, no seu múnus espiritual e dimensão social, adquire o direito e o dever de educação, colaborando, deste modo, com o Estado na construção de uma sociedade mais humana, livre do «ódio, injustiça, opressão, guerra e todas as restantes formas de violência que são uma manifestação do mal»⁸⁴ dentro da sociedade.

⁸⁴ MATUMONA, Muanamosi, *Teologia Africana: Da Reconstrução como novo paradigma epistemológico*. P. 224.

Portanto, além dos elementos que destacamos, como desafios para a Igreja moçambicana do futuro, podemos elencar outros elementos que deverão merecer a atenção da igreja na missão construtiva que tem nesta parcela da Igreja universal. Como Mãe, sinal da presença materna e amorosa de Deus no meio do povo, ela sonha com o povo, sofre com ele e com ele caminha para o futuro, abrindo horizontes e mostrando caminhos novos. Por isso, a Igreja terá, vários desafios que, por outro lado, ajudarão e caracterizarão a Igreja a definir-se como presença de Cristo e meio de encontro com Deus, a voz dos sem voz, os olhos dos sem olhos, e a sua dimensão profética na sociedade moçambicana

- a) *A proximidade e atenção pelos mais fracos.* Ao longo do trabalho, fomos acentuando a diferenciação social clamorosa que assistimos na sociedade moçambicana entre os mais pobres e os que parecem deter toda a riqueza e controlo dos recursos do país. A Igreja, fiel à sua missão, constitui a voz mais autorizada para gritar e denunciar estes abusos contra a dignidade humana e seus direitos, bem como a única com a capacidade de alimentar a esperança de um futuro melhor, mediante um compromisso e participação social mais activa. Neste sentido, movida pelo Espírito Santo, anunciará aos mais fracos o advento da paz, da salvação e a verdadeira libertação e felicidade no encontro com Deus, na medida em que, já neste mundo, constitui a testemunha e imagem fiel deste amor de Deus que a todos ama e a todos se entrega.
- b) *Valorização da cultura e da diferença como riqueza nacional.* Como sublinhamos no segundo capítulo, a diferença cultural e étnica existente em Moçambique foi usada, durante muito tempo pelos políticos, em função da sua origem, como instrumento de divisão social, coisas que, mesmo que em menor escala, continuam a ser notórias nas relações sociais, participação em instituições públicas e até na distribuição de riquezas. Neste aspecto, em concreto, a Igreja tem a dura missão de consciencializar o povo da riqueza que temos por esta pluralidade cultural e do respeito que é devido a cada ser humano, imagem e semelhança de Deus, pois «a cultura humana é um lugar onde Deus se encontra»⁸⁵, independentemente da sua etnia e no olhar para a diferença como artífice para a riqueza e desenvolvimento e não como ameaça ou motivo de ódio e guerra.

⁸⁵ KANYANDAGO, Peter, “Um teólogo da libertação à escuta da tradição africana”, in BUJO, Bénétzet, (Coord.), *Teologia Africana no século XXI*. P. 141.

- c) *A luta contra a pobreza.* Moçambique é um país com um índice de pobreza muito elevado, o que contrasta com a grande riqueza que possui internamente e os passos significativos, a nível teórico e para uma minoria, de avanço económico. De facto, se por um lado o desenvolvimento económico do país deve-se reflectir na capacidade e possibilidade de posse, ou seja, na oportunidade de cada um possuir o necessário para a sua subsistência, por outro lado, não podemos falar de uma sociedade em paz e harmoniosa se temos uns (poucos) a acumularem mais de metade da riqueza do país e outros (que são a maioria) em condições paupérrimas e a sofrerem as consequências de endividamento externo. É preciso empreender esforços e lutar pelo auto-sustento, mediante o trabalho, mas também garantir condições de sustentabilidade e de trabalho para os mais desfavorecidos. De facto, a pobreza constitui um dos maiores inimigos e males da sociedade moçambicana e que tem dizimado muitas vidas e comprometido o futuro de muitas famílias, sobretudo dos jovens que acabam optando pela emigração e, às vezes por vidas e práticas ilícitas como drogas, prostituição, sujeição a trabalhos forçados, só para garantir o sustento diário, e até numa instabilidade social que reflete em roubos, sequestros e até assassinatos, como temos vindo a acompanhar a cada dia.
- d) *Ecumenismo.* Desde sempre Moçambique foi um país com uma pluralidade religiosa significativa que, embora não se notem grandes atritos religiosos, há sempre uma desconfiança em relação ao diferente na profissão de fé. É necessário construir um país em que prevaleça a unidade na diversidade. Ou seja, independentemente da religião de cada um, é importante e dever da Igreja, chamada a congregar todos na unidade, a promoção do ser humano e responsabilização de cada um na construção do país. Portanto, cada religião ou Igreja cristã presente no país é chamada a contribuir na unidade nacional e na pacificação da sociedade mediante uma sólida formação dos seus fiéis, no que diz respeito aos valores fundamentais em risco e do valor da paz e da justiça, a viverem em paz e pela justiça já nos seus núcleos familiares e comunitários. Deste modo, as iniciativas ecuménicas por parte da Igreja constituem um grande caminho e sinal de proximidade com os outros. Aliás, além do seu valor teológico, é também sinal da necessidade humana e social de quebrar as barreiras do medo da diferença, da desconfiança, da indiferença e a tentativa de criação de pontes que estabeleçam vínculos de união. Nisto, comprometendo-se com a causa comum e

desenvolvimento social, bem como a salvação integral do ser humano, «cada uma das religiões oferecerá a sua contribuição para esse objetivo»⁸⁶. Mas, também é determinante salientar que este diálogo ecuménico deve ser estendido às religiões ou manifestações religiosas tradicionais, próprias do povo que constituem a mais verdadeira manifestação de fé, povo simples ligado a Deus pela natureza e por via dos seus costumes identitários.

- e) *A liberdade*. A Igreja em Moçambique, no futuro, é chamada e será sempre desafiada a olhar para a liberdade humana, independentemente da sua pertença cultural ou religiosa, como o primeiro principal valor a conquistar e preservar. Não podemos falar de uma verdadeira acção missionária da Igreja, sem esta dimensão de libertar o ser humano e tudo o que o impede de ser feliz e de lutar pelo seu desenvolvimento, desde os elementos originariamente culturais e identitários até ao que é, em virtude da sua pertença social adquirida. Trata-se, na verdade de uma liberdade consciente de si mesma, com responsabilidade social assumida e vivida, corajosa e determinada na relação com o mundo nas suas mais variadas transformações, «uma liberdade que se propõe como critério das relações, e que transformará as comunidades cristãs em agentes do seu futuro»⁸⁷
- f) *Ecumenismo*. Moçambique é um país com uma diversidade religiosa vastíssima, desde a prática das religiões tradicionais, até ao Cristianismo nas suas mais diversas manifestações, passando também por outras religiões como o Judaísmo, Hinduísmo, Islamismo ou Budismo. Neste sentido, a abertura da Igreja ao diálogo com outras Igrejas existentes em Moçambique, algo que hoje podemos ver mas com algumas reservas ainda, constituirá um ponto e valor importante a cultivar como caminho, não apenas de unidade entre as Igrejas cristãs ou proximidade com outras Igrejas, mas sobretudo como uma tentativa de unir todos os moçambicanos, independentemente da sua fé. É preciso acabar com a guerra religiosa e olhar para a religião como meio, também, para cultivar os valores da paz, unidade e fraternidade, bem como um sinal de viver na harmonia, embora na diversidade.

⁸⁶ DIOP, Alioune, “Uma teologia do universal”, in BUJO, Bénédet, (Cord.), *Teologia Africana no Século XXI*. Vol. III, P. 24.

⁸⁷ BOULAGA, F. Eboussi, “Por uma catolocidade Africana”, in BUJO, Bénédet (Cord.), *Teologia Africana no Século XXI*. Vol. III, P. 87.

- g) *Desenvolvimento Integral*. Se por um lado falamos do papel que a Igreja terá na luta contra a fome, consciencializando a sociedade e as políticas económicas sobre a necessidade de lutar contra esta epidemia, que tanto coloca em causa muitas vidas humanas e compromete o crescimento de muitas crianças em muitas sociedades, mas com particular atenção para as sociedades africanas, não apenas pelo seu lento desenvolvimento, mas também pelo tipo de políticas que são desenvolvidas, bem como a gestão e distribuição dos recursos, aqui sublinhamos a importância da presença da Igreja na promoção do desenvolvimento integral do ser humano, mediante o seu compromisso social na transformação do país com o seu trabalho e envolvimento em acções que ajudem a criar um ambiente melhor. Na verdade, basta saciar a fome de quem tem fome para resolver a questão da pobreza. É necessário lutar e promover o desenvolvimento humano, torna-lo obreiro da sua própria vida e do seu destino. Não há desenvolvimento integral do ser humano sem um compromisso verdadeiramente social baseado na consciência do valor e importância do trabalho de cada um.
- h) *A inculturação*. Tendo abordado, no capítulo anterior, o valor da inculturação na eficácia da acção missionária da Igreja, bem como na identificação do ser humano com a fé que professa, devemos agora, olhando para a Igreja moçambicana do futuro, sublinhar que este é um valor que deve ser cada vez fortalecido e visível na vida da Igreja. Não podemos falar de uma verdadeira promoção humana, se a Igreja chamada a promover o ser humano, não se identifica com ele, nem com a sua cultura. Pois, além desta identificação exigida pela própria natureza da Igreja, é importante sublinhar que o seu futuro, nesta sociedade, «dependerá da qualidade humana e espiritual dos responsáveis das Igrejas»⁸⁸. Porém, a inculturação não significa e nem deverá ser apenas uma sujeição do Evangelho à cultura do povo, mas sim uma identificação que permite ir ao encontro do homem na sua realidade concreta, compreender a sua vida, angústias e preocupações, anseios e esperanças, e ajudar a purificar os excessos culturais que aprisionam o homem e não o permitem desenvolver. Portanto, trata-se de uma inculturação e identificação activas que devem fazer parte da Igreja e do homem, deixando-se, a Igreja, interpelar pela cultura concreta do homem e o homem deixar-se

⁸⁸ BOULAGA, F. Eboussi, “*Por uma catolicidade Africana*”, in BUJO, Bénézet (Cord.), *Teologia Africana no Século XXI*. Vol. III, P. 86

interpelar pela verdade do Evangelho que purifica e transforma a cultura. Pois, «a inculturação permite compreender, numa visão sintética, o desafio da conversão pastoral e cultural que subjaz ao projecto de evangelizar as culturas africanas contemporâneas»⁸⁹.

- i) *A pastoral familiar*. Tal como nos referimos do valor da família no início deste trabalho, é indispensável, agora, como um dos desafios mais importantes da Igreja moçambicana do futuro a referência da família, como uma forma de ser Igreja em Moçambique. De facto, se olharmos para a importância que ela desempenha na sociedade, desde a geração, educação ou iniciação aos valores culturais e inserção à sociedade, encontramos o verdadeiro caminho para a transformação da sociedade que todos aspiramos, para uma sociedade mais justa, equitativa e baseada nos valores verdadeiramente humanos. Neste sentido, a Igreja tem como principal desafio, neste aspecto nuclear para o tipo de sociedade e homem que queremos para amanhã, a dura missão de trabalho pastoral baseado no acompanhamento das famílias, nos seus mais profundos problemas do dia-a-dia e na responsabilização de cada uma, na construção de um Moçambique que seja de todos e onde todos tenham um espaço e direitos que lhes são próprios. De facto, como diz João Paulo II, «a família tem a missão de se tornar cada vez mais aquilo que é, ou seja, comunidade de vida e de amor»⁹⁰, um amor que se expande à sociedade e influencia o agir comunitário. Deste modo, a família, primeira comunidade cristã e Igreja doméstica, o centro dos valores primários da sociedade, deve ser vista e encarada pela sociedade e pela Igreja como uma verdadeira forma de ser Igreja em Moçambique, como uma verdadeira comunidade de filhos, um núcleo missionário com a nobre missão de evangelizar o mundo com o seu testemunho de vida e de amor, de valores de paz e de dignidade, de respeito pela natureza de uma profunda fé em Deus, autor e origem de todas as coisas. Só com a família e através da família, com a educação dos filhos desde o núcleo mais reduzido, é que podemos sonhar com uma sociedade inclusiva que visa a reconciliação, sem medos nem ódios, uma sociedade comprometida com o desenvolvimento integral de todos, com a luta e

⁸⁹ Ibidem, p. 95.

⁹⁰ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*. Nº 17.

preservação da paz e da justiça. Uma sociedade onde o ser humano constitui o principal e maior tesouro, o sujeito da sua história e não objecto ou vítima da história alheia.

Portanto, falar da Igreja moçambicana do futuro é falar de uma variedade de desafios que se impõem hoje, ao ser humano, à sociedade e à Igreja, neste mundo em constante e acelerada mudança. Mas, é também, olhando para a sociedade moçambicana e para o passado e presente da Igreja em Moçambique, reconhecer o valor imprescindível que a Igreja terá no processo de desenvolvimento social e humano.

Deste modo, a missão da Igreja, não se resumindo à acção social, torna-se profundamente ligada ao desenvolvimento do ser humano, à promoção e defesa da dignidade humana, bem como o desenvolvimento integral da sociedade moçambicana, desde a política à economia, onde os pobres, os excluídos, os marginalizados, possam encontrar o seu verdadeiro espaço e beneficiem dos recursos naturais e dos frutos do desenvolvimento e onde todos se empenhem pelo bem comum e pelo desenvolvimento integral do país, mediante a valorização da cultura de paz e de justiça, elementos integrantes da identidade da Igreja e da sua missão no mundo, pois, «a justiça é o motor do equilíbrio de uma sociedade»⁹¹ e não podemos falar de uma sociedade equilibrada ou verdadeiramente desenvolvida e humana se os seus valores não primam pela justiça e defesa da dignidade humana.

⁹¹ GOMES, F. Vítor, *Cristianismo e Humanismo: Itinerário Teológico de Henri de Lubac*. P. 113.

Síntese do capítulo

Tendo percorrido os caminhos dos desafios e perspectivas para a Igreja actual, sobretudo, olhando para a Igreja moçambicana do futuro, importa-nos sublinhar, em poucas linhas, alguns elementos estruturantes da nossa linha de reflexão, que evidenciamos ao longo da abordagem, como síntese, sem com isso querer encerrar ou limitar outras perspectivas que daqui possam surgir.

Quando falamos dos desafios da Igreja em Moçambique, queremos, antes de mais, olhar para a realidade actual moçambicana, desde a política, a cultura, a economia, a família, e todos os desafios que se colocam aos cidadãos, como a pobreza, a instabilidade social, os seus anseios e esperanças por uma sociedade mais justa e fraterna, onde todos podem participar na construção e desenvolvimento da mesma. Por outro lado, queremos olhar para a posição da Igreja perante estes desafios que, sendo da humanidade em geral que é chamada a evangelizar e a guiar como Mãe, também são seus desafios e esperanças.

De facto, como nos referimos nas linhas anteriores, a sociedade moçambicana não vive hoje num ambiente de guerra armada ou declarada, mas encontra-se mergulhada numa profunda guerra económica, numa crise que move e mobiliza inúmeras pessoas a abandonarem as suas aldeias, cidades e até o próprio país em busca de melhores condições de vida e de melhores oportunidades de emprego, levando por vezes a optarem por actos ilícitos como roubo, sequestros, assassinatos e instabilidade social para satisfazer as suas necessidades básicas. Trata-se, portanto, de uma sociedade desrespeitada e desconfiada, na própria relação entre os cidadãos nacionais e até à imagem internacional que se vai tendo do país.

Moçambique, um país riquíssimo em recursos naturais, anseia por uma governação mais verdadeira e direccionada para o desenvolvimento integral dos moçambicanos e não centrada, apenas nos interesses individuais dos governantes. Anseia por um clima social de fraternidade, onde, com todas as diferenças e particularidades, conforme os hábitos, costumes culturais de cada um, se viva num ambiente de respeito, tolerância, promoção e responsabilidade social, onde todos podem sonhar com o direito de lutar pelo seu desenvolvimento pessoal, familiar, social e de todo o país, onde todos se sintam incluídos pelas leis e políticas desenvolvidas.

Neste sentido, o povo moçambicano tem uma grande responsabilidade, no exercício democrático dos seus direitos e deveres cívicos, pois está nas suas mãos a capacidade de escolher e destituir o governante que corresponda ou não aos seus anseios. É preciso acabar com o medo, com o clima de intimidação social e fuga de responsabilidade. Tratando-se do bem social e do

Estado, de cada um dos moçambicanos, de hoje e de amanhã, é dever de cada um ter um compromisso social mais acrescido e uma participação mais activa na vida política que colabore na transformação do país.

A Igreja, por seu turno, é aquela que, não estando ligada directamente a nenhum exercício político, reclama o respeito pela dignidade da pessoa humana e o respeito pela vida. É a voz profética que, diante dos dramas humanos básicos como a fome, a falta de paz e tranquilidade, o desemprego, crimes de intimidação social, injustiças, brada e conduz a sociedade à consciência dos valores da paz, da justiça, da partilha, da fraternidade, do compromisso social, bem como o respeito como meios ou caminhos para um desenvolvimento integral de um povo, para as políticas inclusivas e para uma vida mais justa e mais autêntica.

A Igreja moçambicana do futuro é chamada a caminhar verdadeiramente ao lado do povo, a partilhar a sua vida, as alegrias e os fardos do povo, mediante uma verdadeira inculturação que a conduz a uma autêntica identificação com o povo moçambicano, com as suas alegrias e dores. Aliás, é impossível a Igreja ser verdadeiramente sinal da presença de Deus no meio do povo, ter uma voz profética e audível, defensora dos direitos humanos e Mãe da humanidade, se não é capaz de caminhar ao lado dos homens e acompanhar o seu desenvolvimento no tempo, na realidade e na cultura concreta onde se encontra. Portanto, a Igreja moçambicana do futuro é e deverá, para uma profunda eficácia da sua missão, a de levar Cristo ao coração dos homens, comprometer-se com a sociedade, nos seus avanços e retrocessos, acompanhar o seu desenvolvimento integral e cultivar, dentro da mesma, os valores de paz e de justiça, fraternidade e igualdade e, sobretudo a consciência de construção de uma sociedade mais humana, onde a riqueza nacional possa ser distribuída por todos e todos usufruírem dos seus direitos de cidadania.

De facto, a Igreja moçambicana do futuro só será viva e imagem da presença de Deus no meio do povo se a sua profecia for o resultado da sua fé e cumprimento fiel do seu mandato universal, se ela se dispor a servir a humanidade, na medida em que, livre das amarras políticas e do seu comodismo, «proclamar a libertação do homem e o amor fraterno, recusando, em nome do Evangelho, toda e qualquer solução que marginalize um grupo de homens»⁹². Neste sentido, e só com esta consciência, compromisso e abertura ao diálogo, podemos falar de uma Igreja que caminha com o povo, que oferece soluções e se torna numa verdadeira luz que ilumina os caminhos

⁹² PINTASILGO, Maria de Lurdes, *Imaginar a Igreja*. Lisboa: Multinova, 1980, p. 86

da humanidade peregrina ao encontro com Deus, um encontro que já deve ser experimentado neste mundo no encontro verdadeiro com o próximo e com toda a criação. Só assim a Igreja pode ser verdadeiramente imagem da presença de Deus no mundo e capaz de ser Sinal e Instrumento de Salvação para toda a humanidade, pois, não está no mundo como um mero espectador, mas como é e deve ser pela sua vocação: identificar-se com a cultura concreta do povo e caminhar com a humanidade, partilhando as suas alegrias e angústias, esperanças e sonhos, e contribuir para a realização plena da humanidade, mediante o respeito e defesa dos seus direitos fundamentais, bem como a construção de uma sociedade mais autêntica, mais fraterna, harmoniosa, onde todos estão comprometidos com a promoção e defesa da paz, da partilha e da justiça, valores indispensáveis no processo do desenvolvimento integral de uma sociedade e, em particular da humanidade, chamada, por sua vocação natural, à felicidade plena e à comunhão.

Conclusão Geral

Ao longo da história da humanidade, a família desempenhou um papel vital na construção de uma sociedade mais autêntica e firmada em verdadeiros valores humanos. Constituiu e constitui, ainda hoje, a base determinante na iniciação do ser humano às relações sociais, seus direitos e deveres no respeito pela vida e pela natureza, e até na sua primeira relação ou experiência filial com Deus.

A tentativa de abordar a família como uma forma de ser Igreja em Moçambique, resulta da necessidade que todos os moçambicanos, e não só, têm de compreender a importância da Igreja familiar na transmissão de valores humanos que nos permitem reconhecer no outro a verdadeira imagem de Deus que também somos. É uma consciência que nos permite olhar para Deus e chamar, como Sublinha São Paulo, «Abba, Pai» (*Rm. 8,15*) e, conseqüentemente, irmãos uns dos outros, chamados a viver em harmonia. Por isso, olhando para a família, na sua dimensão eclesiológica, quisemos, ao longo deste trabalho, reflectir sobre o papel da Igreja na construção da paz em Moçambique, uma realidade não nova, mas tão actual para os anseios do povo, se olharmos para a sociedade moçambicana com realismo nos seus mais diversos sectores de vida da população, desde a economia, a política, a cultura, a religião e até ao dia-a-dia do povo.

Neste sentido, não querendo fechar a pesquisa começada, pretendemos, com estas linhas conclusivas e por uma questão metodológica, apresentar, em três pontos essenciais, aquilo que julgamos ser muito importante sublinhar nesta fase, em jeito de síntese da nossa abordagem:

- a) *A Evangelização*. Tal como sublinhamos ao longo do trabalho, sobretudo no primeiro capítulo, Moçambique herdou uma estrutura eclesiológica portuguesa, fruto da missionação situada no contexto dos padroados e da dominação colonial. Mas, tal como tivemos o cuidado, também, de evidenciar na nossa reflexão, é importante salientar que esta estrutura, por muitos considerada apenas colonial, exploradora, opressiva e sem nada de evangelização, é que iniciou a actividade missionária das comunidades moçambicanas bem como a consciência do catolicismo dentro do Império ou da sociedade moçambicana como é hoje. É verdade que nem tudo foi bom, houve erros e abusos, frutos do tempo e do contexto em que foi feita a evangelização, bem como da ligação entre a Igreja e a Coroa portuguesa. Todavia, é necessário valorizar aquilo que ficou do positivo e de mais importante, a iniciação do povo à fé cristã e construção das primeiras comunidades que serviram de alicerce, e alicerces firmes, para o tipo de Igreja que temos hoje.

Em Moçambique, não podemos falar da evangelização, seja em que contexto for ou época da história, sem olhar para a dimensão da família e da vida humana. Aliás, uma verdadeira e fecunda evangelização terá, inevitavelmente que passar e primar pela educação familiar das comunidades, pela promoção humana e pela defesa dos direitos humanos, cada vez feridos pela ganância dos seus governantes. Terá de lutar e defender a dignidade humana em todas as esferas sociais, desde a política, a economia, a cultura e até dentro das comunidades religiosas. Ou seja, tal como a Igreja teve um papel importante na transmissão da fé, na primeira evangelização das comunidades, hoje, tem um papel vital na consolidação do bem-comum, mediante uma evangelização da cultura, da economia e da política para que estejam verdadeiramente ao serviço do homem e das suas necessidades. Portanto, não podemos falar de uma verdadeira evangelização, hoje, em Moçambique, se não primamos pela defesa e valorização dos direitos humanos e da sua dignidade.

b) *Promoção da paz e da justiça.* Ao longo da nossa abordagem, sobretudo a partir do segundo capítulo, centramos a nossa reflexão no papel da Igreja na promoção da paz e da justiça. De facto, o que seria da evangelização da Igreja sem esta dimensão humana e social básica? É possível falarmos de uma verdadeira evangelização e presença da Igreja, no meio do povo, sem lutar pela justiça e pela paz? A verdade manda dizer que não.

A Igreja, Instrumento de Salvação para todos os povos, em todos os tempos e épocas da história, é, por sua natureza e em virtude do seu mandato missionário, sinal e instrumento de libertação integral do ser humano, nos seus mais diversos contextos de vida. Por isso, como Mãe e Mestre, tem como missão, primordial, o anúncio do Evangelho, mas um anúncio que conduz à libertação, à felicidade, à convivência entre os povos e culturas diferentes, à consciência de promover e lutar pelos valores da paz, da justiça e da dignidade humana, pelos direitos fundamentais do ser humano e da responsabilidade social de cada um no crescimento e desenvolvimento do país.

De facto, se por um lado falamos da necessidade de evangelizar a política, a economia e a cultura, como meio para o respeito pelo ser humano, por outro lado é necessário sublinhar que a economia, a política e a cultura só estarão, verdadeiramente ao serviço do ser humano, mediante uma consciência do bem-comum. Ou seja, é necessário educar, já desde a família, para o sentido de comunidade e respeito pela diferença, pois, tal como é vital lutar e promover a paz, é igualmente indispensável o esforço de cada cidadão no respeito e preservação da mesma. Para isso, é

necessário que todos se sintam respeitados, incluídos e responsáveis na dinâmica do crescimento eclesial, político, social e até cultural do país, consciente das dificuldades que a Igreja e os seus membros terão de enfrentar neste processo.

A paz e justiça são o alicerce, o ponto de partida para o crescimento e desenvolvimento de qualquer sociedade. São elementos indispensáveis para uma estabilidade social em todas as vertentes. E, são também os anseios primários de cada ser humano e de cada sociedade. Todavia, é necessário pensar na paz e na justiça não apenas quando é a nosso favor, mas contribuir para que outras sociedades também beneficiem dos nossos esforços na promoção e construção da paz e da justiça. Aliás, grande parte daquilo que assistimos hoje em Moçambique, com políticas corruptas orientadas apenas para a satisfação dos interesses pessoais e partidários de quem está à frente do governo, com economias discriminatórias que matam o povo e beneficiam um pequeno e restrito grupo dos que detêm todo o poder e riqueza do país, com uma sociedade cada vez sedenta dos valores humanos de integração dos mais frágeis, com uma(s) cultura(s), cada vez em profunda(s) transformação(ões), caracterizada pela perda e desprezo dos valores culturais locais e adopção dos estrangeiros e ou uma atitude de total indiferença, e até mesmo na dimensão religiosa, resultam da instabilidade social, da ausência de uma paz efectiva, sem ameaças, onde as pessoas possam trabalhar e lutar pelo seu desenvolvimento integral. Resultam da ausência de uma verdadeira justiça e de um verdadeiro espírito e consciência da missão de cada um no crescimento do país.

c) Uma sociedade estável, tranquila, missionária e testemunha da paz. Se durante o terceiro capítulo foi notória a nossa reflexão sobre o papel da Igreja em Moçambique para o futuro, bem como dos desafios que hoje se colocam e que, inevitavelmente, olhando para a realidade da Igreja, continuarão a acompanhar a acção da Igreja, importa, aqui e agora, salientar que a tarefa da construção de uma verdadeira sociedade moçambicana, uma sociedade inclusiva, estável e tranquila, onde todos possam conviver como filhos e irmãos da mesma nação, é de todos os moçambicanos e deve resultar da consciência e esforço de cada um na valorização do legado herdado e conquistado ao longo dos séculos. É determinante que todo o moçambicano tome consciência da sua importância e dever que tem na promoção da dignidade humana e nos valores que orientam para uma educação social que vive, respira e testemunha a paz.

Tal como a Igreja moçambicana do futuro tem a missão de mergulhar cada vez mais na realidade cultural do povo, para assim evangelizar e resgatar o homem das suas amarras culturais,

políticas e económicas que o escravizam, também é dever, e por aqui passa a eficácia da evangelização da Igreja, a aposta na educação e na pastoral familiar, pois, estes dois elementos são vitais para qualquer comunidade. É necessário rebuscar e recolocar a família no seu devido lugar e, com isto, conceber a família, como ela é verdadeiramente, a primeira comunidade humana e cristã, onde se transmitem os primeiros valores e onde se inicia o homem para a sociedade. É necessário educar o homem e a sociedade e orientá-los para o bem, para a vida e para o amor. É necessário fazer das nossas comunidades e casas, aldeias e centros e concentração humana, verdadeiros espaços e ocasiões para testemunhar e viver o amor de Deus. Não se trata, contudo, de uniformizar as pessoas nem as suas atitudes, mas educar para a necessidade de buscar o bem para o outro e para todos.

Portanto, tal como a Igreja teve, no passado, a missão de lutar pelo fim da guerra armada em prol de uma sociedade pacífica, e conseguiu, hoje é desafiada a lutar por um outro tipo de paz: contra a guerra económica, a estabilidade social e a prática de políticas inclusivas e cada vez mais participativas, a valorização e promoção da cultura do povo e o respeito pela vida e dignidade humanas, mediante a prática de uma justiça social verdadeira. Por outro lado, o sonho de um Moçambique melhor constitui e é um desafio para a Igreja moçambicana do futuro, pois, Ela deverá estar sempre atenta às mudanças sociais, aos anseios concretos do povo numa determinada época e contexto da história. E, tal como ontem e hoje, à Igreja moçambicana do futuro, espera-se um verdadeiro compromisso social, firmado na evangelização às comunidades, sua missão primária, e na promoção da vida humana. Espera-se uma Igreja mergulhada e conhecedora da realidade do povo; espera-se, ainda, uma Igreja comprometida com a paz e com a justiça social que conduzam ao povo e a um desenvolvimento integral. Ora, isto não se trata de substituir o Estado nos seus deveres, mas, sobretudo, em compreender que a verdadeira evangelização e sua eficácia passam e passarão, necessariamente, pela promoção da cultura do povo, pelo respeito e promoção do ser humano, primeiro destinatário da acção evangelizadora da Igreja, e na consciencialização do papel e dever de cada um na luta e promoção da paz e da justiça. Pois, só assim, podemos falar da família como uma forma de ser Igreja em Moçambique e só assim podemos ser testemunhas de paz e de justiça para a cultura, para a sociedade e para o mundo. Só assim podemos sonhar com um Moçambique verdadeiramente em paz, onde todos sintam partes integrantes, protagonistas da sua própria história e indispensáveis para o desenvolvimento integral do país.

Contudo, e para terminar esta abordagem, apesar de considerarmos positivista, produtiva e alcançados os objectivos a que nos propusemos na nossa reflexão, importa, de forma breve e honesta, apresentar alguns limites deste trabalho.

- ✓ O primeiro situa-se logo no primeiro capítulo, mas é comum a todos, e diz respeito à bibliografia disponível para uma pesquisa mais aprofundada. É verdade que tivemos muito material disponível mas trata-se de um material que não é isento de crítica, sobretudo, porque já não é muito actual. Desejávamos ter tido outro tipo de material e actualizado que nos permitisse uma outra visão crítica da realidade.
- ✓ O segundo limite deste trabalho tem a ver com as razões históricas entre Portugal e Moçambique, entre o colonizador e o colonizado, entre o evangelizador e o evangelizado. Tentamos ser o mais honestos possível na nossa abordagem, sem benefícios nem prejuízos de nenhuma das partes, mas procurando trazer sempre a verdade. Todavia, admitimos que, por razões históricas e até mesmo patrióticas dos materiais que consultamos para a nossa pesquisa, podemos não ter sido suficientemente neutros na abordagem, aliás julgamos que é quase impossível.
- ✓ Finalmente e concluído o trabalho, achamos que alguns pontos podiam e mereciam um maior desenvolvimento e aprofundamento na sua abordagem, mas, por uma questão metodológica e em função dos recursos bibliográficos disponíveis, julgamos ter trazido bases sólidas e suficientes para que o leitor inicie uma investigação mais aprofundada e proveitosa sobre o tema que nos propusemos a reflectir.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO

Catecismo da Igreja Católica, 2ª edição, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1997.

IGREJA CATÓLICA: II CONCÍLIO DO VATICANO, Cnstituição Pastoral *Gaudium et Spes*, in Braga, Apostolado de Oração, 1992, 1-29.

IGREJA CATÓLICA: II CONCÍLIO DO VATICANO, Cnstituição Dogmática, *Lumen Gentium*, 1-20

JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*. 4ª edição, Edição do Secretariado Geral do Episcopado, União gráfica, Lisboa, 1974.

JOÃO PAULO II, *Ecclesia in África*. Editorial A. O., Braga, 1995.

JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*. 4ª edição, Editorial A. O., Braga, 1985.

JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio*. Editorial A. O., Braga, 1991.

PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*. 3ª edição, Editorial A. O., Braga, 1976.

BIBLIOGRAFIA GERAL

“*Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos*”. In *OGOT, Bethwell Allan (org.). África do século XVI ao XVII*, Tradução MEC – Centro de Estudos. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2011.

A, RITA, Ferreira, *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*, Lisboa: 1985.

ALFARO, Juan, *Teologia da Justiça*, Edições Paulinas, Vol: III, São Paulo: Paulinas Editora, 1978.

ALTUNA, R. R, De Asúa, *Cultura Tradicional banta*, 2ª edição, Luanda: Edições Paulinas, 2006.

ANTÓNIO, Silva Rego, *Le Patrinage Portugais de l’Orient. Aperçu historique*. Lisboa: 1957.

A Igreja no mundo de hoje, Trad. Manuel do Carmo Ferreira, Livraria Sampedro, 1969.

BARBOSA E XAVIER, Lda, *Artes Gráficas*, (Braga 1993).

BARITUSSIO, Adriano, *Moçambique, 50 anos de Presença dos Missionários Combonianos*. Roma: MCR, 2015.

BÍBLIA SAGRADA, 5ª edição, Lisboa: Editora Difusora Bíblica, 2012.

“BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS”, Dir: PEDRO Eusébio André. *A Missionaço Jesuíta em Moçambique: As Relações Com a Sociedade e com o Poder Político em Tete. 1941-2011.*

BUJO, Bénézet (Coord:), *Teologia Africana no Século XXI*, Vol. I, Prior Velho: Paulinas Editora, 2002.

BUJO, Bénézet; MUYA, I. Juvénal, (Coord:), *Teologia Africana no Século XXI*, Vol. II, Prior Velho: Paulinas Editora, 2005.

BUJO, Bénézet (Coord:), *Teologia Africana no Século XXI*, Vol. III, Prior Velho: Paulinas Editora, 2005.

CNBB, *A Igreja e a Política: Subsídios teológicos*. IIIª Edição, São Paulo: Edições Paulinas, 1974.

COLZANI, Gianni; *Teologia della Missione*. Itália: Edizioni Messaggero Padova, 1996.

Constituição da República de Moçambique. Maputo, 1990.

Constituição da República de Moçambique. Maputo: 2004.

COSTA, G. Ernesto, *Chamados à Missão e Desenvolvimento Integral do Homem*. Braga: Editorial Franciscana, 1996.

DE BARROS, Barros, *Asia*. Lisboa: edição de António Baião e Luís F. L. Cintra, Vol. I, 1951.

DE SOUSA, A, J, Augusto, *Memórias de um Jesuíta missionário em Moçambique*. Braga: Editorial A.O., 2015.

DELACROIX, Simon, COSTANTINI, Celso & BARTHE, Gilles. *Histoire Universelle des Missions Catholiques*.— Vol. 2, Les Missions Modernes (XVII et XVIII). Paris: Grund, 1957.

DE WITTE, Ch.M., *Les bulles pontificales et l'Expansion portugaise au XV siècle*, in *revue d'Histoire Ecclesiastique*. 48(1953).

Dicionário de História Religiosa de Portugal, in Carlos Morreira Azevedo (dir.), Portugal: Editora Círculo de leitores, Vol. II, 2001.

Dicionário de História Religiosa de Portugal, in Carlos Morreira Azevedo (dir.), Vol. III, Portugal: Editora Círculo de leitores, 2001.

Dicionário de História Religiosa de Portugal, in Carlos Morreira Azevedo (dir.), Vol. IV, Portugal: Editora Círculo de leitores, 2001.

Dissertação (*Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação*).

Porto: Universidade do Porto, 2013.

DOCUMENTOS PROMOÇÃO, *Justiça e Paz*. Porto: Editorial Promoção, 1975.

FERREIRA, Da Costa, L., *Igreja Ministerial em Moçambique: Caminhos de hoje e amanhã*. Lisboa: Editora Silvas, 1987.

FERREIRA, Da Costa, L., *Carisma Vicentino em Moçambique*. Cucujães: Editorial Missões, 2003.

F. LAS CASAS, Bartolomé, *Brevíssima Relacion de la Destruccion de África*. Salamanca-lima: Editorial San Esteban, 1989.

FLICHE-MARTIN, *História de la Iglesia: Las misiones Catolicas*. Vol. XXIX, Valencia: Edicep, 1978.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre, *Viajantes, Índios e Jesuítas, Encontros e Desencontros no Grão Pará e Maranhão do século XVIII*. Edição Universitária/UFPB, 2010.

GOMES, F. Vítor, *Cristianismo e Humanismo: Itinerário Teológico de Henri de Lubac*. Porto: U.C.P. Editora, 2006.

GONÇALVES, Jaime, P., *A Paz dos Moçambicanos*. Maputo: Edição do autor, 2014.

GORRÉE, G, CHAUVEL-G; *L'Église et sa Mission*. Paris: La Colombe; 1963.

HENRI, Junod, *Usos e costumes dos bantus*. Maputo: Paulinas Editora, 1996.

IGREJA E MISSÃO, *A revolução Moçambicana e a religião*. Cucujães: nº. 130, Editorial Missões, Outubro-Dezembro, 1985.

-----, *O desafio dos Sinodos Africanos*. Cucujães: nº. 169, Editorial Missões, Dezembro, 2009.

IGREJA E MISSÃO, *Jesuitas na missão da Zambézia*. Cucujães: nº. 153, Editorial Missões, Outubro, 2001.

GARANDY, Roger, “*Fé Cristã e Libertação*”, in IGREJA E MISSÃO: *Evangelizar hoje*, Ano XXI. 2ª série, Cucujães: nº 97, Editorial Missões, Maio/Junho, 1979 (142).

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS TEOLÓGICOS, *A Evangelização em Tempo de Mudança: Jornadas de Teologia*. Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1992.

JACKSON-HAIGHT, 1967 & ELPHICK, 1977, apud DENONN, D. “*A África Austral*”. In: OGOT, BethwellAllan (org.). *África do século XVI ao XVII*,

Tradução MEC – Centro de Estudos. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2011.

JORGE, Sanches, “*Les Missions Catholiques et la Politique de l’etat Portugais*”. In “spiritus”, 1972.

KAROTEMPREL, Sebastian, *Seguir a Cristo en la misión: manual de missiologia*. Navarra: Verbo Divino, 2000.

KELSEN, Hans, *A Justiça e do Direito Natural*. Coimbra: Livraria Almeida Editora, 2001.

LAND, Philip, *Justiça no Mudo*. Vol. I, São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

LOSSKY, Nicholas et Al, *Dicionário do Movimento Ecuménico*. Petrópolis: Editora Vozes, , 2005.

LOYOLA, Inácio de, *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LOPES, Duarte, *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*. Lisboa: Editora Alfa, 1951.

LOPES, FÉLIX. O.F.M, *Missões Franciscanas em Moçambique 1898-1970*. Braga: MCMLXXII, 1972.

LUZIA, José, *Manuel Vieira Pinto-O Visionário de Nampula*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2016.

MARTINEZ, Lerma, *Antropologia cultural. Guia de Estudo* 5ª edição, Maputo: Paulinas Editora, 2007.

MATUMONA, Muanamosi, *Teologia Africana: Da Reconstrução como novo paradigma epistemológico*. Roma: Roma Editora, 2008.

MBITI, John, *Entre Dios y el tiempo. Religiones tradicionales africanas*. Madrid: Editora Mundo Negro, 2007.

MALYN. Newitt, *História de Moçambique, Memórias Martins*. Maputo: 1997.

MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS: ACTAS. Vol. I: *Cristandade até ao século XV. Evangelização Interna, Ilhas atlânticas e África Ocidental*. Braga: 1993.

MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS: ACTAS. Vol. II: *África Oriental e Brasil*, Braga: 1993.

MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS: ACTAS, Vol. IV: *Missionação: Problemática Geral e Sociedade Contemporânea*. Braga: 1993.

PAPA FRANCISCO, “*Discurso en el encuentro con la comunidad musulmana en la mezquita central de Koudoukuo en Bangui*”, in MISSIONES ESTRANJERAS: “*Francisco en África, de la amenaza a la esperanza*”. Madrid: N° 271, Marzo-Abril, 2016 (262).

MORIGI, A, MARCO, A, SILVA, D, “*Librdade Religiosa-Relatório 2006*”, *Fundação Ajuda à Igreja que sofre*, Lisboa: 2006.

NUNES, José, *Pequenas Comunidades Cristãs: O Ondjango e a Inculturação em África/Angola*. Porto: U.C.P. Editora, 1991.

PAPA FRANCISCO, “*Discurso en el encuentro con la comunidad musulmana en la mezquita central de Koudoukuo en Bangui*”, in MISSIONES ESTRANJERAS: “*Francisco en África, de la amenaza a la esperanza*”. Madrid: N° 271, Marzo-Abril, 2016 (262).

PÉREZ, C., ROBERTO, “*África, entre dos Sínodos: Apertura a la misión*”, in SALVADOR, M. M. José (dir.), MISSIONES ESTRANJERAS: *Otra África es Possible*. Madrid: N° 218-219, Maio-Agosto, 2007 (350).

PINTASILGO, Maria de Lurdes, *Imaginar a Igreja*. Lisboa: Editora Multinova, 1980.

PINTO, Vieira Manuel, *Aspectos da evangelização em Moçambique*. Porto: Editora Humbertipo, 1989.

RAHNER, Karl, et All, *Pensamento e Vida: A Igreja no mundo de hoje*. Editora Sampedro, 1968.

RAWLS, John, *Uma teoria da justiça*. 1ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 1993.

REIS, Do Carmo, A; *História da Civilização Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1975.

SAMPAIO, Dilaine Soares, “Estratégias Missionárias dos Jesuítas nos Séculos XVI E XVII: entre África e Índia”. In *SÆculum: Revista de História*, João Pessoa, 21 (2014).

SANTOS, Angel, *Historia de la Iglesia. Las Misiones Católicas*. Valência: Edicep, Vol. XXIX, 1978.

S. DA SILVA, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

VELHO, Álvaro, “Relação da primeira viagem à Índia pela armada chefiada por Vasco da Gama”, in: José Manuel Garcia, *Viagens dos Descobrimentos*. Lisboa: 1983.

VILANCULOS, Júlio André. *The role played by Church and State in the democratisation process in Mozambique, 1975-2004*. *Studia Hist. Ecc*, Pretória, Vol. 39, nº. 2, Fev. 2013.

Índice

Resumo	2
Abstract	3
Siglário	4
Abreviaturas	5
Introdução	6
CAPÍTULO I	10
CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE MOÇAMBICANA	10
1.1. Contexto Geográfico, Político, Económico.....	11
1.2. A família moçambicana	14
1.3. A diversidade religiosa no Império Mutapa.....	17
1.4. Conceito de Paz e de Justiça	21
1.5. A Evangelização de Moçambique.....	24
a) Os Padroados.....	26
b) Concessões da Santa Sé, a coroa Portuguesa e a relação dos Jesuítas com a Coroa.....	28
c) Os Jesuítas e a Coroa portuguesa: A Universidade de Évora	29
Síntese do capítulo	36
CAPÍTULO II	38
O PAPEL DA IGREJA NA CONSTRUÇÃO E EDIFICAÇÃO DA PAZ E DA JUSTIÇA ... 38	
2.1. A paz política em Moçambique	40
2.2. A Igreja em Moçambique.....	41
2.3. O encontro entre a Igreja e a cultura do povo	46
2.4. A relação Igreja-Estado em Moçambique.....	50
2.5. A liberdade religiosa	55
2.6. A Igreja diante dos problemas sociais: Guerras, fome, injustiças e pobreza	57
Síntese do Capítulo	61

CAPÍTULO III	63
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA IGREJA ACTUAL	63
3.1. Possíveis caminhos e soluções para uma vida social mais humana.....	64
3.2. Encontrar Cristo na pessoa que sofre e na cultura do povo	69
3.3. Os anseios do povo na sua relação com Deus e com a Igreja	72
3.4. O verdadeiro rosto da Igreja.....	75
3.5. A Igreja Moçambicana do futuro	78
Síntese do capítulo	87
Conclusão Geral	90
BIBLIOGRAFIA	95
DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO.....	95
BIBLIOGRAFIA GERAL	96